



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

RODRIGO SALES QUEIROZ

LILI PRESENTE! GISBERTA PRESENTE!: um estudo comparativo da segurança
pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal

CACHOEIRA – BA

2019

RODRIGO SALES QUEIROZ

LILI PRESENTE! GISBERTA PRESENTE!: um estudo comparativo da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social ao Colegiado de Serviço Social, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

CACHOEIRA – BA

2019

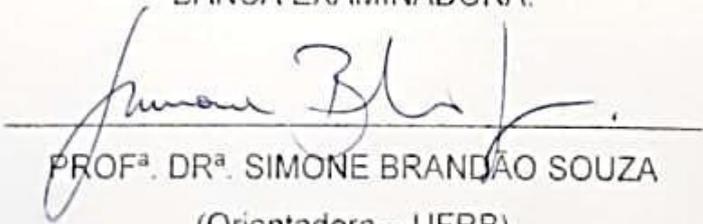
RODRIGO SALES QUEIROZ

LILI PRESENTE! GIBBERTA PRESENTE!:um estudo comparativo da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social ao Colegiado de Serviço Social, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

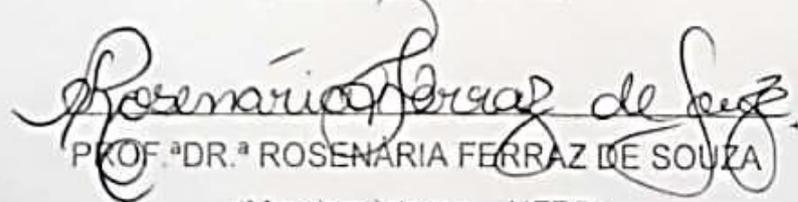
APROVADO EM 19/12/2019.

BANCA EXAMINADORA:



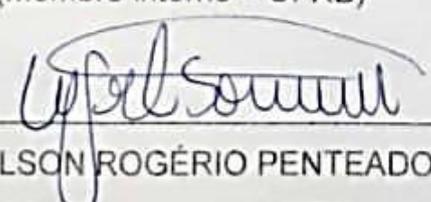
PROF.^a. DR.^a. SIMONE BRANDÃO SOUZA

(Orientadora – UFRB)



PROF.^aDR.^a ROSENÁRIA FERRAZ DE SOUZA

(Membro interno – UFRB)



PROF. DR. WILSON ROGÉRIO PENTEADO JÚNIOR

(Membro interno - UFRB)

Aos afetos revolucionários: a mainha e seu amor-combustível potente; aos meus amores viados e não-monogâmicos; e aos corpos tibiras.

AGRADECIMENTOS

“Esse talvez seja o momento que a rendeira para, respira, descansa a mão e consegue perceber o quão lindo é aquilo que ela tá construindo. E se orgulha [...]” (Lucas Bastos). Esse é o momento de agradecer pelas construções, de entender que nunca estive só, não cheguei até aqui sozinho e nada disso foi construído em primeira pessoa. Porque sinto tantos e tantos braços de sustentação.

E devo demarcar aqui a gratidão como um sentimento singular, que não carrega hierarquias, que é sublime, que é troca. Um sentimento de quem já entendeu que as relações comunitárias, a relação consigo mesmo e com a espiritualidade, representam um trabalho coletivo para a construção de nossas próprias histórias e de outra sociabilidade. Braços potentes nesta caminhada.

Então, primeiro agradeço e peço a benção! À espiritualidade que me acompanha como uma força que me sustenta, que está presente na minha construção dinâmica e profunda neste mundo. É o que me agracia, me dá sossego e me provoca. Ao meu Deus, por quem ele me ajuda a ser, por todo o afeto e entrega, pela proteção e regência espiritual, por ser presença constante de um Amor desmedido. E a toda a espiritualidade que conduz este universo, todos os meus espíritos protetores, anjos, santos, guias, porque me asseguram tranquilidade e aprendizado. Agradeço a minha mãe Maria, força revolucionária que me acalenta, me questiona, a quem me conecto nos momentos de dificuldade, nas crises de ansiedade, nas vitórias e alegrias. E a minha mãe Oxum, dona da minha cabeça, minha força de cachoeira, mas também a minha calma, a sensibilidade. Sobretudo, agradeço pela força de mãe, pela mão que direciona e que acarinha também.

Gratidão a minha orientadora Simone Brandão, que foi uma potência inspiradora e recíproca nas construções, que me acolheu como orientando, me conduzindo a reflexões fortes e holísticas no seu exercício docente, como supervisora de estágio, como orientadora e como amiga, a quem me permito falar sobre os meus processos, com afeto! Esse trabalho coletivo foi, efetivamente, um trabalho energético.

Peço benção a minha avó Irene, quem já partiu para outro plano há alguns anos, mas quem sinto que está sempre pertinho de mim! Sinto na energia que surge em dias exaustivos, sinto na força do posicionamento, na teimosia também.

Agradeço a mainha, a representação da empatia, da sensibilidade, da entrega na minha vida, com quem tenho uma conexão espiritual neste mundo e um amor sustentado na incomensurabilidade. Pai, obrigado por possibilitar que tudo isso pudesse acontecer, pela confiança e pelo amor!

A minha mãe Irenilda e minha irmã Júlia, expressões do amor e do apoio, da intimidade e de uma relação verdadeiramente construída.

Obrigado a todas as familiares que comemoram junto comigo o fim deste ciclo, e que aguardam na torcida pelo início de outro!

Zaira, Marcelo, Fernanda Queiroz, Clícia, Geisa e Romário, vocês são mais que irmãs, são energia. Gratidão pelas noites perdidas junto comigo, pelo companheirismo terno, pelos meus melhores risos, por enxugarem tantas lágrimas, por serem colo, carinho e parceria!

A Rafael, meu companheiro e amigo, que me ensina cotidianamente a ser alguém melhor. Alguém de um coração tão grande e verdadeiro, uma pessoa sincera, assertiva e que me revoluciona na minha própria existência porque me leva a refletir sempre sobre quem sou, a racionalizar, mas também a alcançar profundamente aquilo que sinto e externar para o mundo. Obrigado por me encontrar para voarmos juntos!

A Leonardo, meu amor, parceiro, meu sinônimo de reciprocidade e dedicação. A quem sou grato por ter cruzado a minha trajetória, por uma troca tão intensa e saudável, por todo o apoio de sempre em todos os meus processos. Alguém que me conhece mais do que muita gente que tá por aqui há um bom tempo e que me mostra todos os dias a expressão de um amor marcado pelo respeito e pelo companheirismo. Obrigado pela nossa conexão espiritual!

São muitas as amigas, muitas almas que me acalentam nesta caminhada. São tantas, diversas e energéticas. E devo mencioná-las porque sem elas, meu corpo adoecido por um início de depressão e crises de ansiedade que me atravessaram nesta graduação, ou simplesmente pela rotina que violenta, não se manteria de pé. A universidade é uma possibilidade de ruptura, mas tem se colocado, num contexto de precarização da educação, como uma possibilidade de adoecimento. Obrigado às amigas pelo cuidado com meu corpo, mente e espírito!

Gratidão às “Migxs”, Evelin, Luíse, Karem, Fernando, André, Hamilton, Gutemberg, Zaira, Marcelo e Geisa! Vocês me lembram todos os dias de como amar

e como ser pessoa no mundo, como se disponibilizar a outras pessoas e como nunca esquecer da minha espiritualidade.

Agradeço ao “Casulão do Amor”, desde as primeiras moradoras, recém-chegadas e agregadas, Clícia, Zaira, Fernanda, Daniele, Wagner, Kauana, Marta, Mariele, Iasmin, Flávio e Valdinei. Vocês são um verdadeiro lar aconchegante para a minha experiência de graduação. Amo e sou grato a cada uma de vocês pelo acolhimento, por me ensinarem com suas experiências de vida, pela diversidade que colocam no cotidiano, enquanto pessoas, reflexões, posicionamentos e formas de viver no mundo.

Camila, Thainá, Kleyne, Marcos, Aryelle, Jéssica, Lorena e Rogger, gratidão pelos amores mais sinceros, pelos rolês mais loucos, por me ensinarem tanto sobre política, sobre coletividade e educação, sobretudo, educação popular, sobre afeto e amizade!

Gratidão às amigas do “Confissões” por me ouvirem e compartilharem suas vidas comigo, sempre com tanto respeito e responsabilidade!

Meu “Esquadrão”, Tamires, Jocilene, Irlanne, Talita e Igor, companheiras de graduação, meu *date* diário nesses 4 anos, minha fortaleza em cada aula que não se conectava comigo, ou na vivência de nossas potencialidades que se encaixavam muito na divisão de tarefas, na organização dos repertórios que conduziram esse curso. Obrigado! Sei que nossa conexão está posta para além da graduação. E a toda a turma de Serviço Social da UFRB 2015.1, pessoas que respeito e admiro muito como Assistentes Sociais/futuras Assistentes Sociais que, com certeza, irão desenvolver um trabalho comprometido com o nosso Projeto Ético-Político, pautado nas rupturas com o sistema de opressões vigente.

Malucoviskis, minha família em Portugal, obrigado por me proporcionarem os melhores 5 meses da minha vida! Intensos, corajosos, reconstrutores, uma experiência de crescimento em todos os sentidos. Amanda, Joyce, Yasmi, Phillipe, Marcus, Juliane, Fernanda, Ruth, Geovan, Mônica, Felipe e Rosana, vocês estarão eternizadas em minha vida, mesmo que exista um oceano de distância.

Obrigado ao Movimento Escalada em Conceição do Almeida por me lembrar da minha espiritualidade e me ensinar sobre ela, por todas as mediações nas minhas construções com o divino, com as pessoas, comigo mesmo e com o mundo!

Muitas já foram citadas, mas agradeço a todas as companheiras do Centro Acadêmico de Serviço Social Marielle Franco (CASSMAF), que foram tudo aquilo

que representa desde o afeto ao aprendizado, do posicionamento ao processo de moldagem de um militante, na minha vida. Tenho muito respeito por este coletivo, muita felicidade em construí-lo e por levá-lo como marco da minha experiência política. Gratidão, em especial, a Elitânia, uma companheira aguerrida, energética, amorosa, de luta, de graduação, membro do CASSMAF, que teve sua vida ceifada pelo feminicídio e já não se encontra mais no plano físico! Você estará sempre em nossas memórias e nossas resistências, Liu.

Agradeço também às companheiras que a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) me proporcionou: Luísa, Vânia e Victor. Vocês são potentes na construção de outra forma de sociabilidade.

Obrigado ao Coletivo Casulo de Dissidência Sexual e de Gênero que, apesar de recente, é o meu canto de repouso com as experiências que me atravessam politicamente e enquanto um corpo abjeto!

Obrigado a todas as professoras de Serviço Social da UFRB, que me ajudaram nessa caminhada com a produção do conhecimento! Vocês têm um papel fundamental na construção deste curso importantíssimo no Recôncavo da Bahia. Em especial, quero agradecer a Heleni de Ávila, minha amiga, orientadora de pesquisa e na monitoria; Márcia Clemente, quem acolheu a turma de 2015.1 de forma afetiva e comprometida com a garantia de uma experiência mais tranquila para nós, na universidade; Jucileide Nascimento, também orientadora de pesquisa, profissional e pessoa envolvida com a construção efetiva da profissão do Serviço Social; Sílvia Pereira, ex-vizinha, por quem mantenho um carinho especial, meu socorro em momentos de preocupações acadêmicas; Cláudia Correia, orientadora de pesquisa, profissional sensível e forte nas reflexões e atuação profissional. Obrigado a todas!

Obrigado ao CIPÓS/TEMPOSS, ao LES e ao DESCUT, pelos aprendizados no campo da pesquisa e extensão!

Obrigado a minha supervisora de campo no estágio, Martharluam Conceição e às profissionais do CRAS Parteira Rufina de Conceição do Almeida, à Secretaria de Desenvolvimento Social e à Prefeitura Municipal do município, pela troca profissional no período de estágio!

Às entrevistadas no Brasil, em Portugal, e a Sara e Joni, em especial, pela articulação das entrevistas em Portugal!

À banca examinadora, Dr.^a Simone Brandão Souza, Dr.^a Rosenária Ferraz de Souza e Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior, por se disponibilizarem para a consolidação desta pesquisa!

Aos corpos sapatões, viados, bis, trans e todos os corpos abjetos! Que este trabalho possa contribuir para a garantia de nossas vidas!

Agradeço a mim mesmo, fugindo de uma lógica ocidental-europeia, pela força, pela coragem, pela reconstrução da autoestima, por me manter em pé e vivo, pelas produções e pelos dias que me dou descanso, que me permito ao amor próprio, pois reconheço também, a necessidade de um momento para reconstruir as forças produtivas.

Obrigado por fim, mas não menos importante, a Cachoeira por ter sido palco para o meu encontro com a liberdade, seja de pensamento, de construção intelectual, política, subjetiva e social. Este cantinho do Recôncavo da Bahia me ensinou a pisar forte no chão, com resistência, sem arredar, mas me ensinou também, com a fluidez de suas águas, a mergulhar, a ser imensidão.

E que eu nunca seja tolo e deixe de agradecer/ Ao solo onde piso, às águas que me batizam/ Aos espíritos que fortificam/ Aos afetos que solidificam/ Aos meus ecos que me materializam/ Aos punhos que reivindicam! Antes de ser, quero sempre agradecer.

(O autor)

“Perdi-me do nome/ Hoje podes chamar-me de tua/ Dancei em palácios/ Hoje danço na rua.

Vesti-me de sonhos/ Hoje visto as bermas da estrada/ De que serve voltar/ Quando se volta para o nada.

Eu não sei se um Anjo me chama/ Eu não sei dos mil homens na cama/ E o céu não pode esperar.

Eu não sei se a noite me leva/ Eu não ouço o meu grito na treva/ O fim quer me buscar.

Sambei na avenida/ No escuro fui porta-estandarte/ Apagaram-se as luzes/ É o futuro que parte.

Escrevi o desejo/ Corações que já esqueci/ Com sedas matei/ E com ferros morri.

Eu não sei se um Anjo me chama/ Eu não sei dos mil homens na cama/ E o céu não pode esperar.

Eu não sei se a noite me leva/ Eu não ouço o meu grito na treva/ E o fim quer me buscar.

Trouxe pouco/ Levo menos/ A distância até ao fundo é tão pequena/ No fundo, é tão pequena/ A queda.

E o amor é tão longe/ O amor é tão longe/ O amor é tão longe/ O amor é tão longe.”

(Maria Bethânia)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo fazer uma análise comparativa das experiências de segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal. A população LGBTI+ tem violências atravessadas na construção de suas historicidades, que foram institucionalizadas, em especial, pelas instituições religiosas e pelo Estado nas suas mais variadas expressões. Essas violências garantiram às pessoas que se identificam no campo da diversidade sexual e de gênero o lugar do corpo abjeto, que tem, não somente a preservação de sua vida negada, mas que é alcançado pelas políticas que materializam o poder do Estado de fazer morrer. A partir dessa historicidade, é possível afirmar que existem transversalidades que entrecruzam Portugal e Brasil nas construções de segurança para pessoas LGBTI+. Assim, essa produção com análises empíricas e de revisão de literatura, objetivou, essencialmente, comparar os processos históricos que marcam a diversidade sexual e de gênero no Brasil e em Portugal, traçando pontos de encontro entre estes, que têm como marco a colonização exploratória, movimento que garantiu, entre outras formas estruturais de violência, a implantação da heterossexualidade compulsória. Nesse sentido, entendeu-se como demanda da população LGBTI+, a garantia da segurança pública como política estatal que pode assegurar aos corpos de sexualidade e gênero diversos, a possibilidade de existência nessa sociedade. Esta pesquisa verificou, assim, o alcance das construções de segurança pública para a população LGBTI+, e se essas são efetivas, se correspondem às necessidades das populações, e se há responsabilidade histórica com as realidades construídas. Foram realizadas, como procedimento metodológico para esta apreensão, entrevistas semiestruturadas com ativistas integrantes de Movimentos Sociais LGBTI+ do Brasil e de Portugal, no período de Junho a Novembro de 2019. Demarcou, na centralidade da discussão, a educação como uma estratégia de segurança. Discutiu-se, também, numa perspectiva interseccional, questões que se conectam com os diálogos sobre as relações étnicas e raciais, compreendendo, portanto, a segurança pública como uma política embranquecida e que corrobora com as experiências de branquitudes tóxicas. Por fim, identificou-se os tensionamentos dos Movimentos Sociais que militam pela diversidade sexual e de gênero, nos territórios brasileiro e português, através da escuta de militantes LGBTI+ em ambos os territórios.

Palavras-chave: População LGBTI+. Segurança pública. Movimentos Sociais. Brasil. Portugal.

ABSTRACT

This course project aimed to make a comparative analysis of public safety experiences for LGBTI+ people in Brazil and Portugal. The LGBTI+ population has violations scarred in the construction of their histories, which were institutionalized, in particular, by religious institutions and the State in the most varied ways. These violations are guaranteed to people who identify any way of sexual diversity and gender the position of stigmatized body, who are not only denied to preserve their life, but who are also affected by policies that materialize the power of the State to kill. From this historicity, it's possible to indicate that there are cross-sections that intersect Portugal and Brazil in the safety constructions for LGBTI+ people. So, this production with critical empirical and literature review analyzes, objectively, comparing the historical processes that mark a sexual and gender diversity in Brazil and Portugal, drawing points of encounter between them, which present as a landmark of exploratory colonization, movement that guarantees, structural forms of violence, the implementation of compulsory heterosexuality. In this way, has come to a understand as the demand for the LGBTI+ population, a guarantee of public security as a state policy that can ensure the bodies of diverse sexuality and gender, a possibility of being in this society. This research verified the scope of public safety constructions for the LGBTI+ population, and whether these are effective, whether the captures of statistical needs, and in case there is historical responsibility to the constructed realities. Semi-structured interviews were conducted, as a methodological procedure for this grasp, with activists who are members of LGBTI+ Social Movements from Brazil and Portugal, from June to November 2019. In the center of the discussion, it outlines the education as a security strategy. In an intersectional perspective, we also discussed issues that connect with the dialogues on ethnic and racial relations, understanding public security as a white policy that corroborates with white toxic experiences. Finally, identify the tensions of the Social Movements that reach sexual and gender diversity in the Brazilian and Portuguese territories through listening to LGBTI+ militants in both territories.

Keywords: LGBTI+ people. Public security. Social Movements. Brazil. Portugal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Entrevistadas (es/os) no Brasil.....	48
Quadro 2 - Entrevistadas (es/os) em Portugal	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABL	Associação Brasileira de Lésbicas
ABRAGAY	Associação Brasileira de Gays
Antra	Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
Artgay	Articulação Brasileira de Gays
BO	Boletim de Ocorrência
Candaces/BR	Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas
CHOR	Coletivo de Homossexuais Revolucionários
CIG	Comissão para Cidadania e Igualdade de Gênero
CNT	Coletivo Nacional de Transexuais
GF	Guarda Fiscal
GNR	Guarda Nacional Republicana
GTH	Grupo de Trabalho Homossexual
ICPS	<i>International Centre for Prison Studies</i>
ILGA	<i>International Lesbian and Gay Association</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
Infopen	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Intersexuais, entre outras identidades
MP	Ministério Público
PAM	Polícia de Autoridade Marítima
PM	Polícia Militar
PSP	Polícia de Segurança Pública
RENOSP-LGBTI+	Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPAI	Superintendência de Assuntos Internacionais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFRB

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

NOTAS INICIAIS	16
1 “O AMOR É TÃO LONGE”: diversidade sexual e de gênero e os movimentos históricos em torno da construção de corpo, sexo e afeto.....	21
1.1 Sodomitas, Cudinhos, Sapatonas e Paneleiros: as múltiplas expressões da sexualidade e do gênero na história.....	25
1.2 Pecado e Crime: a institucionalização na sociedade de classes da violência contra corpos LGBTI+.....	37
2 “COM SEDAS MATEI E COM FERROS MORRI”: políticas de segurança para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal.....	43
2.1 A segurança pública no Brasil e em Portugal: há garantias de segurança?.....	49
2.1.1 Corpos LGBTI+ postos à prova diante da frágil política de segurança pública no Brasil e em Portugal.....	57
2.2 Lilis do Brasil, Gisbertas em Portugal: as transversalidades e dialética existentes nos processos da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal.....	64
3 “EU NÃO OUÇO O MEU GRITO NA TREVA”: os Movimentos LGBTI+ nos territórios brasileiro e português.....	70
3.1 Um Grito Militante: relatos sobre violência, sensação de [in]segurança e vivências, de militantes LGBTI+ brasileiras (es/os) e portuguesas (us/es)...	72
3.1.1 Meu Corpo LGBTI+ e a Experiência de Etnografia Implicada: um breve diário de campo.....	80
3.2 A Construção de Estratégias de Segurança e Resistência pelos Movimentos Sociais LGBTI+ no Brasil e em Portugal.....	87
NOTAS FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista: Brasil	104
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Brasil	107
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista: Portugal	109
APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Portugal	112
APÊNDICE E – Registros fotográficos da III Marcha de Vila Real	114
ANEXO A – Manifesto da 3ª Marcha de Vila Real	117

NOTAS INICIAIS

O processo epistemológico se materializa em momentos onde algumas autonomias éticas e holísticas são possíveis para a construção de nossas produções. Esse processo garante liberdades para que possamos transitar entre procedimentos metodológicos que demarquem, de forma propositiva, o lugar que a pesquisa pretende ocupar. Assim, utilizar “Notas Iniciais” e “Notas Finais”, como substituições de “Introdução” e “Considerações Finais”, foram escolhas que apontamos como necessárias no sentido de dizermos, como também afirma Colling (2015), que esse trabalho não é a introdução de uma discussão, na medida em que é fruto de tantas produções que falaram muito antes deste, sobre as categorias e diálogos aqui apontadas. Também não objetivamos pautar considerações finais, já que pretendemos ampliar a pesquisa em outras oportunidades e com outras metodologias. Assim, afirmamos que essas são anotações iniciais e finais nesta obra.

E como notas iniciais, é relevante para uma breve compreensão da discussão, analisarmos que as diversidades sexuais e de gênero, enquanto expressões de identidades, são campos construídos de formas marginalizadas e como categorias abjetas, que foram marcadas por violências legitimadas por diferentes instituições. Essas categorias se manifestaram, seja através de múltiplas orientações sexuais, identidades de gênero ou expressões de gênero, e foram violentadas em todas as suas performances.

O período de colonização exploratória do Brasil, especialmente por Portugal, marcou um processo de hostilização das populações tradicionais, inclusive pelas formas como direcionavam suas sexualidades, com naturalização das identidades dissidentes às normativas ocidental-europeias e das religiosidades judaico-cristãs, e foram perseguidas e exterminadas pela possibilidade de relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo, segundo Freire e Cardinali (2012).

Assim, é possível argumentar que Portugal e Brasil se transversalizam em suas construções históricas, através de questões linguísticas, de uma cultura com influências hegemonicamente europeias/portuguesas, e das expressões na contemporaneidade do processo de exploração, que garantem às populações não-brancas e as de sexualidades e gêneros dissidentes, a vivência de precarizações e vulnerabilidades.

É necessário pensar nesses corpos, denominados por Butler (2016) de corpos precários, como sujeitos que tiveram a insegurança como experiência histórica, e compreender os encontros históricos do Brasil e Portugal nesses processos, para que um movimento de reconstrução da história seja possível. E a segurança pública, como coloca Alves (2010 apud PORTUGAL, 2014), é um campo que direciona a garantia de proteção aos corpos, relevante, então, nas articulações que asseguram as vidas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas transexuais, transgêneras, intersexuais, entre outras identidades.

Além disso, é essencial trazer os Movimentos Sociais como importantes construtores da segurança, e no que toca os Movimentos que militam pela diversidade sexual e de gênero, segundo Mello, Avelar e Brito (2014), estes coletivos entendem como central às demandas da população, a garantia de segurança pública.

As nossas motivações acadêmicas para a construção desse estudo se deram, então, pelo entendimento da necessidade de visibilizar pesquisas que discutam sobre diversidade sexual e de gênero, como instrumentos que garantem intervenções específicas e que se materializam na direção da transformação social.

E os diálogos sobre Portugal foram oportunizados por uma experiência de Mobilidade Internacional, em que vivenciei a graduação sanduiche por 5 meses em um instituto politécnico de Portugal, onde pude construir redes e realizar as entrevistas com as militantes.

É fundamental apontar como motivação pessoal, também, o meu investimento durante a graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, pela compreensão da minha própria identidade, enquanto indivíduo que vivencia, atua politicamente e constrói epistemologicamente a diversidade sexual, me afirmando de forma política como um homem cisgênero gay.

A cultura LGBTI+ é revolucionária e ela se expressa de variadas formas, entre elas, através da intelectualidade. Escrever sobre a diversidade sexual e de gênero é caminhar organicamente na perspectiva da construção de uma pesquisa militante que carrega, simbolicamente, uma instrumentalidade de pesquisa marcada por vivências cotidianas no sentido do rompimento com as expressões da questão social que cerceiam sua existência, a partir de estudos de sua própria autoria.

Jaumont e Varela (2016, p. 416) dizem que “a produção de conhecimentos e o desenvolvimento científico não estão dissociados dos acontecimentos societários,

mas, pelo contrário, são partes constituintes dos mesmos.”. Então, essa intelectualidade é sustentada no pilar da coletividade – no que toca as intervenções sociais, e que transformam os fluxos das construções de realidades, e dos nossos olhares sobre elas – e no pilar da individualidade, transformando o seu próprio universo, e dispendo de uma intencionalidade mais subjetiva.

Apondo ainda, como motivação, as provocações moldadas através das construções nos Movimentos Sociais, seja no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) – a partir do Centro Acadêmico de Serviço Social Marielle Franco (CASSMAF) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) – ou do Coletivo Casulo de Dissidência Sexual e de Gênero, e também através das militâncias cotidianas que têm papel fundamental de alcançar os espaços onde os Movimentos Sociais ainda não conseguem se materializar.

Assim, trouxemos como pergunta de investigação: quais transversalidades marcam os processos da segurança pública para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, Intersexuais, entre outras identidades de gênero e orientações sexuais (LGBTI+) no Brasil e em Portugal? E pontuamos como objetivos de pesquisa, comparar os processos históricos que marcam a diversidade sexual e de gênero no Brasil e em Portugal; verificar o alcance das construções de segurança pública para a população LGBTI+; e identificar os tensionamentos dos Movimentos Sociais que militam pela diversidade sexual e de gênero, nos territórios brasileiro e português.

A principal base teórica dessa pesquisa seguiu uma vertente marxista, com fontes que direcionam seus estudos na perspectiva ótica do Materialismo Histórico Dialético, conceito marxista que diz respeito aos movimentos históricos existentes nas realidades sociais e às contradições postas em cada objeto de observação; fazendo também possíveis articulações com autoras (us¹/es) pós-estruturalistas. Essa linha de análise foi importante para pensarmos as realidades, não como fatos, mas como um objeto dialético e construído a partir de influências históricas que materializam essas realidades, mas também nas não-identidades, nos sujeitos que tiveram a autoafirmação negada, e por isso, são contemplados pelos estudos pós-estruturalistas.

¹ Utilizaremos o “e” ou “u” sempre que fizermos referência às identidades de gênero, no sentido de assegurarmos que as pessoas que têm identidades não-binárias sejam contempladas pelo nosso estudo.

Enquanto procedimento metodológico desse trabalho, utilizamos o estudo comparativo como um processo no qual conseguimos nos conectar com as realidades dos territórios estudados, e demarcamos pontos de encontro ou de dissidências, e possibilidades de crescimento mútuo. Esse estudo foi direcionado por uma observação crítica da realidade através de uma abordagem qualitativa. Laville e Dionne (1999) dizem que é através da pesquisa qualitativa que nos conectamos com as “nuances” dos objetos, e com as singularidades destes, bem como, com a forma com que eles se relacionam de maneira incomensurável.

O produto utilizou da análise de conteúdo e da pesquisa empírica através da entrevista semiestruturada, que é construída através de uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 188).

As entrevistas aconteceram com 10 ativistas de Movimentos LGBTI+ do Recôncavo da Bahia e de Salvador (Brasil), e da cidade de Vila Real (Portugal), sendo 5 de cada território, e contemplando na distribuição das entrevistas uma mulher lésbica, um homem gay, uma pessoa bissexual e uma pessoa trans, delimitação circunscrita como uma forma de visibilizar a diversidade das identidades LGBTI+, bem como, os recortes de território da pesquisa selecionados a partir da conveniência do autor².

O estudo está organizado em 3 capítulos, tendo o primeiro uma abordagem histórica, discutindo também, como se construíram as identidades expressas no campo da diversidade sexual e de gênero. As violências contra esses corpos também foram objeto desse capítulo, e as formas como estes foram alocados para o lugar do crime e do pecado, através de um investimento na institucionalização da violência contra LGBTI+. Trouxemos também, os diálogos sobre as ferramentas do Estado de deixar viver e fazer morrer, e como estas se materializam nas violências contra pessoas LGBTI+.

No segundo capítulo, discutimos a segurança pública como um conceito empírico e a educação como uma estratégia de segurança e de libertação. Falamos também, de reforma prisional e da segurança pública. Dialogamos sobre a segurança para corpos LGBTI+ e encerramos com os cruzamentos de dados e análises entre os dois países, com questões simbólicas que foram pontuadas ao

² Essa é uma pesquisa sem financiamento que foi realizada a partir da viabilidade de materialização dos instrumentos utilizados.

decorrer de todo o trabalho e que exercem influência direta sobre a segurança pública para pessoas LGBTI+.

O terceiro capítulo esteve mais próximo da experiência empírica, ouvindo relatos de militantes sobre violências, inseguranças, e as articulações e estratégias desenvolvidas pelos Movimentos Sociais LGBTI+. Nesse capítulo trouxemos também, um diário de campo, como metodologia de etnopesquisa implicada, procedimento complementar às entrevistas semiestruturadas, que possibilitou a minha implicação enquanto homem gay militante na pesquisa. Macedo (2006 apud SOUZA, 2018, p. 18) argumenta que a etnopesquisa implicada é materializada a partir da participação, da implicação de quem está pesquisando, afirmando que “um grupo social conhece melhor sua realidade que os especialistas que vêm de fora da convivibilidade grupal da comunidade”. Enfim, visibilizamos, fundamentalmente, a discussão da criminalização da lesbo/homo/bi/transfobia como uma estratégia de segurança, e quais as contradições postas a esse processo.

1 “O AMOR É TÃO LONGE”³: diversidade sexual e de gênero e os movimentos históricos em torno da construção de corpo, sexo e afeto

Os processos em torno das diversidades sexual e de gênero, e da construção das identidades, se movimentaram, historicamente, no que toca as suas expressões em diferentes territórios e contextos temporais. Essas identidades foram vivenciadas com enfrentamento em algumas conjunturas ou com naturalização em outros contextos. Os confrontos às identidades firmadas no lugar do que é diferente, sustentadas pela hierarquia identitária, foram legitimados por instituições em distintas sociedades e culturas.

Cabe-nos tecer reflexões sobre a categoria identidade, no sentido de olhar para o indivíduo em suas construções subjetivas e sociais, antes de nos aprofundarmos na coletividade.

Para Silva (2011), a identidade e a diferença se dicotomizaram ao longo da história como construções linguísticas que se diferenciam no sentido de que as identidades afirmam quem somos, enquanto a diferença fala sobre quem não somos. Quando se diz “sou um homem branco”, fala-se, conseqüentemente também, “não sou uma mulher negra”, e se afirma, através da linguagem, que existem identidades distintas.

É relevante pautar a problemática posta na construção de algumas identidades que, ao longo da história, normatizaram os formatos de viver e se estabeleceram, por diferentes determinações⁴, como a identidade padrão. Isso traz para a discussão a ideia de uma identidade matriz, como se as identidades – em especial, as hegemônicas, que se fazem representar e que carregam privilégios na sociedade – fossem o padrão, e a dissidência disso são manifestações negativas socialmente.

Segundo Louro (2004), no que toca a discussão sobre sexualidade e gênero, essa matriz identitária é a heterossexualidade – e podemos ainda acrescentar as

³ Os títulos de seção primária são trechos da música “Balada de Gisberta” de Maria Bethânia, composta em homenagem à Gisberta, um corpo político que irá direcionar discussões simbólicas e sobre a categoria direito e suas construções a partir de um movimento dialético e transversal (ver letra completa na epígrafe do trabalho).

⁴ No campo das identidades que dizem respeito ao gênero e à diversidade sexual, muito se foi construído em torno de fatores biológicos, em especial o falocentrismo – teoria que discute sobre o “falo”, o pênis, na centralidade da sociedade – e sociais, como as construções religiosas em torno dos corpos, para que estes se relacionem dentro do padrão monogâmico e heterossexual, interessantes para a lógica da procriação, como veremos mais à diante.

identidades cisgêneros⁵ – como a norma naturalizada e institucionalizada, que carrega um caráter compulsório e reprime as outras expressões da identidade sexual e do gênero, estigmatizando-as ao longo da história.

Essa estigmatização de algumas identidades atua para que o diferente seja aquele corpo do “não-acesso”, ou seja, que não poderá legitimamente acessar a outros corpos e, ainda, a políticas e direitos, inclusive, não podendo acessar a si mesmo, no sentido do direito ao autoconhecimento e à reflexão de suas próprias identidades.

Goffman traz uma importante contribuição para a nossa compreensão da categoria estigma e de sua construção histórica:

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, **que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos.** (GOFFMAN, 2004, p. 5, grifo nosso).

A afirmação de Goffman (2004) fala sobre como as identidades são marcadas, gerando exclusões e, ainda que assimiladas em alguns casos, são compreendidas e aceitas “até certo ponto”. Por exemplo, “a lésbica pode até ser lésbica, mas desde que não seja masculinizada, que mantenha um padrão de feminilidade associado às mulheres socialmente”.

Outra discussão que os escritos de Goffman nos coloca, fala sobre a não publicização dessas identidades estigmatizadas que, durante a história, tiveram seus corpos aprisionados em diferentes instituições de forma a não se tornarem visíveis ou públicos – como o corpo do louco, da mulher dita como histérica, do corpo homossexual em tempos de criminalização dessa identidade, dos povos escravizados, da pessoa em conflito com a lei – seja em prisões, em manicômios ou em outras instituições de aprisionamento de corpos. São corpos desumanizados que não têm direito à socialização.

Algumas identidades serão definidas desde o nascimento do indivíduo, como, por exemplo, a construção de gênero na sociedade, que atribui um gênero no

⁵ As identidades cisgêneros falam sobre pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento do seu nascimento. Essas identidades são a matriz para as identidades trans e de travestis.

nascimento da criança a partir do sexo biológico, de caráter “imutável, a-histórico e binário” (LOURO, 2004, p. 15). Esse gênero, feminino ou masculino, designado a cada pessoa ao nascer, vai estabelecer como esse corpo deverá se comportar durante toda a sua vida, além de para quem o seu desejo deverá ser direcionado.

Louro (2004) em “Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*”, discutindo sobre a construção da identidade, utiliza a metáfora da viagem⁶, como um processo de distanciamento de um essencialismo cultural, para refletir sobre as mudanças que nos alcançam nessa construção identitária. Ela traça o conceito de deslocamento, num processo singular e de movimentações em torno de si mesmo e de outras culturas. Stuart Hall (2015), por sua vez, dialoga com tal análise quando coloca que a globalização e a modernidade nos propõem um deslocamento de nossas identidades “essenciais”⁷, ao ponto em que nesta viagem (o distanciamento de si e do que lhe foi imposto socialmente), o sujeito pode se encontrar naquilo que é diferente do padrão.

Alguns corpos ousam subverter a norma a partir do deslocamento de suas identidades, assim como nas viagens, em que, às vezes, foge-se da rota (LOURO, 2004). Esse “corpo estranho” e dissidente da norma, numa sociedade em que identidades que se fazem representar, são hegemônicas e inserem-se em relações de poder de forma privilegiada, é um corpo que não importa, como traz Butler (2016).

Esses sujeitos que rasuram a norma, segundo Louro (2004), são corpos inconformados com a imposição de uma heterossexualidade compulsória⁸, um regime de poder que impõe a forma como devemos nos relacionar sexualmente, em especial, e da heteronormatividade, que nos direciona a padrões de gênero de como homens e mulheres devem se comportar, como veremos mais à frente. Essas

⁶ Tomaz Tadeu da Silva (2011) em “Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais” também vai trazer a discussão sobre identidade a partir da metáfora da viagem. Isso mostra uma tendência nos estudos pós-modernos para discutir a identidade pensando nesse movimento que nos acompanha em nossas viagens (literais e interiores).

⁷ O essencialismo cultural é uma lógica que nos impõe a ideia de que temos uma essência – a partir do Iluminismo, uma essência biológica – que deve ser racionalizada pelos nossos corpos, e vivenciada plenamente (HALL, 2015). Uma falácia, visto que nos transformamos no cotidiano, a partir de nossas trajetórias e das múltiplas determinações que nos atravessam; e problemática no sentido de que a ideia de essência tenta garantir que não vivenciemos as nossas identidades em suas variadas expressões, mas que fiquemos fixados em conceitos biológicos, e essencializados por uma lógica positivista, de ordenação dos corpos.

⁸ Adrienne Rich (2012), em “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”, constrói a ideia de heterossexualidade compulsória como uma instituição política, então, como estrutural desta sociedade, e faz referência a esse sistema como uma ferramenta de dominação masculina.

estruturas normativas aprisionam nossos corpos a padrões binários que nos educam numa feminilidade/masculinidade produzidas socialmente e em relações afetivo-sexuais dentro de um mesmo formato heterossexual e monogâmico.

É interessante notar que tanto a heterossexualidade compulsória quanto a heteronormatividade são construções romantizadas e, portanto naturalizadas e aceitas sem muita crítica, no entanto, para que outras expressões de sexualidade e gênero possam existir, é necessário a desconstrução dessa romantização e da naturalidade desses sistemas. Entendemos, assim, que a transgressão à norma nem sempre se dá por um desejo puro de transgredir, mas por uma necessidade, por ser uma identidade socialmente “extraviada” e que não dá conta de estar alocada em um determinado posto, sem se movimentar no sentido da superação da norma (LOURO, 2004).

Há ainda aqueles corpos que estão na fronteira, corpos que irão transitar entre uma identidade e outra. Louro (2004) vai trazer os corpos *drags* como corpos revolucionários, porque apesar de repetirem o padrão socialmente imposto de feminilidade, encontram-se em transitoriedade, incomodam com suas performances e estéticas, e pode-se dizer que é uma das representações do “viajante” pós-moderno.

Esses corpos que vivenciam a diversidade sexual e de gênero e o rompimento com a norma, conformam as identidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, e Transgêneros, Intersexuais, entre outras identidades de gênero e orientações sexuais (LGBTI+)⁹, que têm suas trajetórias marcadas por

⁹ Utilizaremos a sigla LGBTI+ como identificador desses corpos que vivenciam a diversidade sexual e de gênero, entendendo este símbolo – a partir da nossa revisão bibliográfica e da empiria destas – como uma possibilidade de nos conectarmos com os Movimentos Sociais, que vêm se ampliando em suas simbologias; e como um identificador mais universal, já que estaremos fazendo uma discussão internacional, no que toca a territorialidade desse debate. Sobre esse aspecto ainda, reconhecemos a importância dos Movimentos *Queer*, que trazem uma militância mais direcionada ao entendimento das categorias da diversidade sexual e de gênero como uma construção social, cultural e subjetiva fluida, superando a categorização fixa das identidades sexuais e de gênero, e entendendo a sexualidade e o gênero como espectros, energias móveis que transitam entre identidades, e que, em geral, se encontram em vulnerabilidades pelas suas expressões. Contudo, como coloca Leandro Colling (2015, p. 22), “[...] o *queer* ainda é visto pela maioria como demasiado acadêmico e a palavra em inglês, na opinião de muitas pessoas, não dá conta de contemplar as experiências no ativismo de cada local”, nos colocando a problemática do distanciamento das militantes e de suas necessidades materiais de vida dessa corrente política e teórica. Partindo das problematizações realizadas até aqui, cabe salientar que, optamos, neste trabalho, por aproximar as nossas produções da sigla LGBTI+, pensando na afirmação das identidades como uma ampliação das possibilidades de construção de políticas públicas, neste caso, na construção da política de segurança pública.

barbáries e violências cotidianas que transpassam profundamente suas subjetividades e, portanto, a sua existência.

No artigo “Corpos que ainda importam”, Judith Butler (2016) fala dos corpos que subvertem a norma como “corpos precários”, corpos vulneráveis. Afirmar e reconhecer a construção das identidades, especialmente no que diz respeito às identidades estigmatizadas, dos “corpos precários”, é um processo importante para o alcance de políticas públicas que garantem a qualidade de vida das pessoas LGBTI+, e, segundo Colling (2015), uma estratégia no sentido de garantir um trabalho íntimo na reconstrução das subjetividades dos sujeitos que são representados por estes movimentos, subjetividades estas que se encontram “estupradas”, no sentido de que foram invadidas pelas múltiplas violências e violações que seus corpos sofreram historicamente.

Se pensarmos, portanto, na construção de políticas públicas que reverberem na garantia de direitos para o segmento LGBTI+, a afirmação de uma identidade, então, pode atuar na ampliação do bem-estar desses sujeitos. Portanto, reconhecer as vulnerabilidades postas aos corpos de pessoas LGBTI+, é imprescindível para uma discussão sobre as políticas de segurança pública voltadas para esse segmento, a partir da análise do movimento histórico existente em torno da diversidade sexual e de gênero.

Para fazer tal análise, consideramos essencial trazer contribuições sobre as construções sociohistóricas que atravessam a diversidade sexual e de gênero, com recorte para uma análise mais aprofundada nas estruturas sociais em torno da diversidade sexual e de gênero, a partir do século XVI, abordando a colonização exploratória do território brasileiro, e em outro momento deste trabalho, discutir sobre as duas últimas décadas, com as novas interferências do Estado na construção das políticas para esses corpos.

1.1 Sodomitas, Cudinhos, Sapatonas e Paneleiros: as múltiplas expressões da sexualidade e do gênero na história

Traçando análises sobre as expressões da sexualidade e do gênero na história nas diferentes sociedades, nos deparamos com uma multiplicidade de experiências. Relevantes para a compreensão daquilo que atravessa na contemporaneidade as pessoas LGBTI+, o método histórico-dialético em direção à

temporalidade e o conceito de territorialidade¹⁰, no que diz respeito ao espaço, serão evocados para que possamos pensar em formas de rasura de uma história que é apresentada como linear, mas que é cíclica.

Trazer para o debate as movimentações históricas da categoria-objeto desse estudo – a diversidade sexual e de gênero – é uma possibilidade de reencontro com nossas histórias, ainda que violentas, nos identificando em registros palpáveis, no sentido daquilo que é material e concreto, que falam sobre a construção dos nossos contextos, nos forma enquanto sujeitos, e contribui para rompermos com as estruturas.

O padrão estabelecido socialmente, entretanto, é de que as histórias dos corpos LGBTI+ não sejam contadas, que sejam invisibilizadas. E quando são lembradas, entre uma prosa e outra, são demarcadas, muitas vezes, pelo pensamento acríptico, ora sustentado pela religiosidade cristã que trará parâmetros (institucionalizados) de corpo, sexualidade e afeto, através de metáforas como a história de Adão e Eva, a partir de um discurso moralizador que muito diz sobre as compulsórias matrizes normativas das identidades.

A estratégia de silenciamento dos verbos que manifestam aquilo que subverte a norma, é uma das formas de regular e conservar o caráter privado da sexualidade, como diz Foucault (2018, p. 9) em “A História da Sexualidade: a vontade de saber”, quando coloca que a sexualidade é algo que “[...] não tem eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também.”.

Foucault (2018) faz referência à sexualidade e à vivência desta sem as amarras impostas que o puritanismo da modernidade coloca. Ele discute a repressão como um dispositivo de controle, que atua no campo da sexualidade condenando as que são lidas socialmente como ilegítimas, ao desaparecimento. E isso fala, também, sobre os corpos que direcionam a sua sexualidade transgredindo a normativa heterossexual, sofrendo a devida repressão por suas identidades, mas que são resistentes na realização de um movimento de ruptura, no sentido de vivê-las, ainda que de forma dolorosa. Esses corpos são firmados no lugar daquilo que é dissidente.

Contudo, é relevante demarcar que as identidades trans e travestis, e o sexo diverso, nem sempre foram vistos como dissidências. Em alguns contextos foram

¹⁰ Que fala, não somente sobre demarcação de fronteiras, mas sobre as formas de vivenciar a cultura em cada território, e como uma ferramenta de poder.

tratados como o padrão a se viver, em outros, eram naturalizadas. Em algumas culturas, havia um olhar da intelectualidade para estes corpos, pois “[...] não apenas toleravam relações homossexuais, como também as reconheciam em sua cultura, literatura e mitologia”, como nas sociedades egípcias e mesopotâmia antiga (ESKRIDGE, 1993, p. 1437-1438 e nota 49 apud FARO, 2015, p. 125).

Löfström (1997 apud FARO, 2015) acrescenta que a lógica de que os opostos se atraem, no que toca as questões de gênero, não se respalda nem historicamente, já que não havia relevância nas especificações de gênero para as relações afetivo-sexuais durante a antiguidade e a Europa medieval, tendo ganhado importância para a cultura ocidental, apenas no período pós-Idade Média.

Na Grécia Antiga, por exemplo, as relações entre pessoas do mesmo sexo¹¹ se pareciam mais com os casamentos modernos e institucionalizados, do que a relação entre pessoas do sexo oposto, como demonstra Faro (2015). Havia tolerância com as pessoas que se relacionavam homossexualmente mesmo durante a baixa Idade Média (ESKRIDGE, 1993 apud FARO, 2015).

Esse cenário tomou outros formatos apenas durante a alta Idade Média, por volta do século XIII, quando passa-se a perseguir aqueles que cometem o ato da “sodomia” – como chamaremos as relações homossexuais da época¹², caracterizadas pela prática do coito anal entre indivíduos do mesmo sexo; e ainda a forma como as instituições identificavam as pessoas que vivenciavam a diversidade sexual e de gênero (ESKRIDGE, 1993 apud FARO, 2015).

Segundo Adelman:

Essa mudança de atitudes decorreu de pesado “investimento histórico” feito pelas instituições religiosas sobre um **“tipo de sexualidade**: aquela que permite a organização social a partir de um determinado tipo de família, **baseada num casal heterossexual e monogâmico e que restringe ou privilegia a prática sexual orientada para a procriação**” (ADELMAN, 2000, p. 164 apud FARO, 2015, p.126; grifo nosso).

¹¹ E aqui, será fundamental, utilizar a categoria sexo e não gênero, porque, nesses contextos, nem se falava em gênero como uma identidade. Então, o gênero era uma categoria associada de forma ineliminável ao sexo, onde o sexo biológico, que determinava (e ainda determina) o gênero que lhe seria atribuído no seu nascimento, era a única possibilidade de identificação de gênero.

¹² “[...] a sodomia caracteriza as relações sexuais contra a natureza humana, em especial o sexo anal. A expressão é uma referência à cidade de Sodoma que, de acordo com a Bíblia, era um local de depravação moral onde ocorreriam as mais perversas práticas sexuais” (TREVISAN, 2011 apud FREIRE; CARDINALI, 2006). É importante recorrer às expressões utilizadas nos períodos para que não cometamos anacronismos – erros cronológicos na utilização de conceitos.

Houve, então, uma escolha teleológica¹³, uma intencionalidade posta no que Adelman (2000 apud FARO, 2015) vai chamar de “investimento histórico”. Não foi sem vínculo direto com as doutrinas religiosas que os corpos que divergiam do padrão heterossexual passaram a ser perseguidos. Mas pela necessidade de garantir a higienização social, “limpar” a sociedade do grande mal pecaminoso, daquilo que, para a Igreja Católica, era um movimento subversivo aos valores cristãos – o pecado da “sodomia”.

Nesse sentido, traremos contribuições de Sérgio Lessa¹⁴ sobre a constituição do atual modelo de família, relevante para pensarmos em como religião e Estado estabeleceram um padrão, a partir de um sistema de organização social, para a forma como pessoas devem se relacionar.

Lessa (2012) dialoga sobre a construção da estrutura da família na sociedade de classes. Ele discute o modelo da família monogâmica, que é pertencente à organização da sociedade de classes. Nessa sociedade, a “exploração do homem pelo homem” acontece com a divisão social do trabalho. Homens pertencentes à classe dominante realizam o trabalho intelectual de fiscalização do trabalho manual, realizado pelos homens da classe dominada. Às mulheres, cabe o cuidado da casa, da alimentação e dos filhos. Estes, por sua vez, são importantes para perpetuarem os bens adquiridos pelos homens/pais/maridos.

Nessa estrutura, garantir que a família distancie-se dos formatos primitivos¹⁵, de cuidados coletivos com a comunidade, é essencial para que os bens sejam partilhados apenas com o núcleo familiar composto por marido, esposa e filhos (LESSA, 2012). Com a divisão sexual do trabalho, que dá funções a homens e mulheres numa mesma estrutura familiar, não há espaço para que corpos que divergem desse padrão relacional existam e sejam legitimados como corpos que importam.

¹³ A teleologia marxista fala sobre a intencionalidade disposta em determinada ação, e na escolha de “como fazê-la”.

¹⁴ Recomendamos a leitura do livro “Abaixo a Família Monogâmica!” de Sérgio Lessa, para outras reflexões sobre a constituição da família, do gênero e das sexualidades, cruzadas com a ideia de propriedade privada, remetendo a Engels que já fazia uma leitura sobre essas construções e como a sociedade de classes atravessa cada um desses processos.

¹⁵ Ou poderíamos chamar também, de tradicionais ou da cultura de povos originários. O conceito do que é “primitivo” é problemático, no sentido de que nos aproxima de uma lógica colonizadora. Em primeira instância, utilizaremos o termo, parafraseando autoras (us/es) da nossa literatura, mas à medida em que nos aprofundarmos nos estilos de vida desses povos, repaginaremos esse conceito, realizando as devidas problematizações, e daremos preferência ao conceito de “originário”.

Através das leituras de Lessa (2012) e Adelman (2000 apud FARO, 2015) demarcamos a necessidade do reconhecimento de uma severa lógica sustentada por séculos pela Igreja e Estado, que nos parece ambígua, no sentido de ter duas direções, mas que se encontra em caráter ineliminável.

Essa intencionalidade, que se destrincha nas ações propositivas do Estado na manutenção da propriedade privada, e da Igreja na centralidade da procriação e da família, se unifica, e nos desvela, à luz das literaturas consultadas, como houve (e ainda há) uma associação entre Estado e Igreja para a garantia da perpetuação do mercado e da exploração do homem pelo homem, que se sustenta na manutenção de uma família tradicional e seus valores, e que produz uma questão social¹⁶ com múltiplas expressões – entre elas, a violência contra corpos LGBTI+.

Na ascensão das instituições que regulam a sociedade de classes, que se deu na alta Idade Média, a Igreja pensa em uma instância ligada à própria religiosidade, como uma estratégia de controle, para combater – literalmente, porque a medida era a morte física desses corpos – os atos de heresia. A Inquisição “[...] perseguiu judeus, hereges, bruxas e pessoas que praticavam a inversão¹⁷” (FARO, 2015, p. 126).

Assim, uma onda se espalha por todo o mundo junto com as doutrinações religiosas, institucionalizando as perseguições contra pessoas LGBTI+. Na Ásia Moderna, nos arquivos dos períodos de colonização da Índia, por volta dos anos 1860 e 1861, foram encontrados registros com relatos de condenações contra pessoas que praticavam o ato da “sodomia” (ARONDEKAR, 2005 apud FARO, 2015). Na Grã-Bretanha, até o ano de 1861, os “sodomitas” eram punidos com enquadramento de crime capital.

À medida que esse estudo também abrange Portugal, é necessário resgatar a produção histórica sobre a trajetória das sexualidades e gêneros dissidentes neste país. Contudo, em Portugal, os estudos sobre a população LGBTI+ ainda encontram-se em fase embrionária, como coloca Almeida (2010). As produções acadêmicas são escassas, e se dão pela iniciativa de docentes que têm algum interesse pela temática, bem como a discussão sobre gênero e feminismo

¹⁶ Fenômeno pensado por Marx e Engels, que fala sobre as problemáticas que atravessam os indivíduos, na subalternização de suas vidas, e que são produzidas pelas relações de exploração do homem pelo homem.

¹⁷ A “inversão” era uma das nomenclaturas pejorativas utilizadas para falar dos “sodomitas” ou homossexuais.

(ALMEIDA, 2010). Assim, traçaremos um perfil das expressões das identidades dissidentes, no que toca identidade de gênero e orientação sexual, a partir do século XVI – que, de fato, é onde as nossas análises ganham corpo, e onde a relevância se manifesta para um possível estudo comparativo com o Brasil.

Almeida (2010, p. 71) traz a Inquisição em Portugal, como um dos “[...] símbolos mais fortes da memória *colectiva*”. Entre os anos de 1536 e 1821 a “Santa” Inquisição condenou os atos de sodomia, com 447 presos por cometerem o ato, e 390 destes, condenados. Estes dados, de acordo com Gameiro (1998 apud ALMEIDA, 2010) referem-se somente às cidades de Lisboa, Évora e Coimbra.

Segundo Mott (1994), no que toca as expressões da sexualidade e da identidade de gênero na América pré-colombiana, é possível encontrar importantes fontes para conhecermos as práticas homossexuais, em geral. Essas fontes se revelam tanto através de ídolos mexicanos, cerâmicas peruanas, profecias Maias, mitologias e espiritualidades, como o lugar de destaque ocupado pela deusa Xochipilli no panteão asteca:

[...] divindade hermafrodita, protetora do amor e da sexualidade não procriativa, a qual, quando representada como homem, tornava-se o deus Xochipilli, padroeiro da homossexualidade masculina, controlador das doenças sexualmente transmissíveis. (BULLOUGH, 1976 apud MOTT, 1994, n.p.).

No contexto da América, Freire e Cardinali (2012) trazem que a primeira expressão no Brasil, utilizada entre os colonizadores para falar de pessoas que se relacionavam homossexualmente¹⁸ também foi a de “sodomitas”, reforçando a participação religiosa na taxativa separação dos corpos humanizados dos demonizados e pervertidos.

Fernan Cortez (1519 apud MOTT, 1994, n.p.), um dos primeiros cronistas no “Novo Mundo”, coloca, em suas análises das relações entre ameríndios de Vera Cruz, em carta ao Imperador Carlos V, o seguinte relato “*hemos informados de cierto que todos (los indios) de Vera Cruz son sodomitas y usan aquel abominale pecado*¹⁹”. Isso demonstra um senso comum no uso da expressão sodomita

¹⁸ Em alguns momentos os nossos estudos serão direcionados à homossexualidade masculina, devido à escassez de registros e pesquisas que materializem as realidades dos corpos de mulheres lésbicas, pessoas bissexuais, travestis, transexuais, intersersexuais etc.

¹⁹ Trad. nossa: Informamos a verdade de que todos (os índios) de Vera Cruz são sodomitas e usam esse pecado abominável.

baseado em ideias religiosas, instalado naquele período, que alcançou, junto às colonizações, o contexto dos países explorados.

Mott (1994) discute sobre os incontáveis registros da prática da homossexualidade, através dos cronistas, missionários, viajantes que materializaram essas realidades em fontes, falando, também, sobre a presença de travestis nas etnias das Américas.

No Brasil, segundo Mott (1994), os termos usados entre os povos indígenas, foram o de “tibira” para os homens homossexuais e de “çacoimbeguirá” para as mulheres lésbicas. Os registros falam, também, sobre corpos que subvertiam as normas, que não seguiam o padrão heteronormativo ocidental e o regime da heterossexualidade compulsória.

Algumas índias há que não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios **como se não fossem fêmeas**. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos e vão à guerra com seus arcos e flechas e à caça, preservando sempre na companhia dos homens. E cada uma tem mulher que a serve, com quem diz que é casada. E assim se comunicam e conversam **como marido e mulher**. (GANDAVO, 1576 apu MOTT, 1994; grifo nosso).

Sobre a historicidade das expressões das identidades trans e de travestis no Brasil, existem relatos que falam sobre homens, por volta do século XVIII, residentes da nação Guarani nas margens do Rio Paraguai (MOTT, 1994²⁰), os chamados “cudinhos”, que tinham hábitos feminilizados, performances, vestimentas e ofícios que se assemelhavam com os das mulheres.

Destacamos que essas leituras não falam das diferentes etnias indígenas existentes naquele período, e como cada uma delas se expressava, mas podemos trazer aqui, baseando-se:

[...] nos principais estudos sobre a homossexualidade na América Latina, assim como em monografias antropológicas e históricas consagradas à diferentes culturas desta região, [...] a lista das etnias indígenas, do passado e do presente, sobre as quais há evidência arqueológica, histórica, etnográfica ou lingüística, comprobatória da prática do homossexualismo, [... no] Brasil: Bororó, Tupinambá, Guatós, Banaré, Wai-Wai, Xavante, Trumai, Tubira, Guaicuru,

²⁰ Citando a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo13, 1850, p.358; Tomol, 1839, pg. 32-33.

kaingaiç, Nambiquara, Tenetehara, Yanomani, Mehinaku, Camaiurá, Cubeo, Guaiakuil. (FOSTER, 1985 apud MOTT, 1994, n.p.).

Demarcar possibilidades de diferenças é importante, corroborando com intelectuais no campo dos estudos culturais dos povos indígenas, críticos a essa generalização que não pensa nas múltiplas distinções culturais entre cada etnia.

É relevante, portanto, pontuar uma intensa participação da religiosidade cristã nesse processo, através das Ordenações Portuguesas, em especial as Filipinas que perduraram por um período de mais de 200 anos, inclusive após a independência do Brasil (PRETES; VIANNA, 2008; RIOS, 2002 apud FREIRE; CARDINALI, 2012). Destacar o protagonismo da Igreja nessas construções é necessário para compreendermos a gênese da violência contra corpos LGBTI+, e a institucionalização dessa violência.

Trevisan (2011 apud FREIRE; CARDINALI, 2012), por exemplo, coloca que o poder da Coroa portuguesa e da Igreja, e, sobretudo, da associação entre estas, se pôde sentir no enfrentamento às práticas sexuais que dissidiam dos valores morais europeus.

No sentido da materialização do poder²¹, Mott (2000 apud FREIRE; CARDINALI, 2012) traz que a Igreja realizou frequentes visitas ao Brasil, através dos Inquisidores, **a primeira** “[...] entre os anos de 1591 e 1595, tendo percorrido as regiões da **Bahia** e de Pernambuco. **Salvador** foi destino ainda de outras duas visitas, nos anos de 1618 e 1646.²²” (TREVISAN, 2011; MOTT, 2010 apud FREIRE; CARDINALI, 2012, nota de rodapé 3; grifo nosso).

Isso nos revela a real necessidade de entendermos as interseccionalidades²³ nas construções sociohistóricas, onde as instituições reguladoras de vidas, naquele

²¹ Essa categoria será discutida em outro momento como um conceito associado ao controle dos corpos, a partir de Foucault, trazendo também problematizações em torno do extermínio destes corpos e da lógica em torno deste, referenciando Berenice Bento para essa discussão.

²² O destaque ao território da Bahia, e especialmente de Salvador, se põe diante da problemática realidade baiana na contemporaneidade, que aparece nas estatísticas em um ranking do 3º, estado que mais mata pessoas LGBTI+, desde 2017 (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018), como correlação a ser pensada em realidade hipotética, no sentido de avaliarmos as conjunturas atuais para esta população a partir de uma ótica histórica e de como ela foi construída. Isso nos leva a pensar se a visita da Inquisição à Bahia, em caráter de prioridade em detrimento dos outros estados, contribuiu para a vulnerabilidade que vivenciamos no contexto atual.

²³ Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177 apud RODRIGUES, 2013, p. 6) discute a interseccionalidade como “[...] uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.”.

período, atravessavam (e ainda atravessam), num processo de desumanização – velada pelo discurso da necessidade de salvação – os corpos escravizados por suas vivências étnico-raciais, e de forma especial, com outros formatos de punição, corpos negros e indígenas homossexuais.

Racializar a discussão é fundamental para pensarmos em como as vulnerabilidades que alcançam corpos que, além da questão da vivência da diversidade sexual e de gênero, carregam, em suas subjetividades, as violências étnico-raciais, se apresentam com mais expressividade. E isso será evocado em outros momentos para falarmos de corpos LGBTI+ brancos, europeus e de classe média e dos corpos LGBTI+ pretos, latinos e periféricos, e como as fragilidades os tocam de formas diferenciadas.

Ainda no desvelar da historicidade da sexualidade e identidade de gênero, Freire e Cardinali (2012) colorem²⁴ que após o século XIX, a busca do conhecimento, no auge do Iluminismo, contribui para a relação entre pessoas do mesmo sexo tornar-se uma categoria da seara das psicopatologias, como um transtorno mental que tornava propícia práticas criminosas, como abuso sexual de crianças e adolescentes, tornando-se objeto da saúde pública.

Foucault (2018) discute que as sexualidades que divergem do padrão socialmente imposto, apenas serão assimiladas no lugar que demarca a possibilidade de lucro sobre estes corpos. Assim, tanto as instituições que regulam a saúde, quanto as que se apoderam da sexualidade explorando-a e tornando o corpo do sujeito uma mercadoria sexual, se utilizarão desses corpos que vivenciam as suas sexualidades de forma periférica, no usufruto, mesmo daquilo que é não é aceito socialmente, na direção do lucro, do capital.

O psiquiatra e a “mulher histérica”, a “prostituta” e o cliente, são relações que, segundo Foucault (2018) serão toleradas. E as sexualidades que divergem da matriz heterossexual, também se apresentarão nesse contexto de atuação da saúde, na regulação dos corpos, e do lucro sobre eles.

Surge então, junto à medicina, o termo uranista que, segundo Rodrigues (2012), faz referência ao deus Urano, que na mitologia grega, teve seus testículos cortados pelo filho Cronos. Isso faz alusão a um corpo disfuncional biologicamente,

²⁴ Utilizaremos “colorir” fazendo alusão a tornar transparente, ao invés de nos apropriarmos de um ideal racista que fala em “esclarecimentos”, de “tornar claro”, como uma positividade, como se embranquecer trouxesse o conhecimento necessário.

como eram vistos os corpos homossexuais; um investimento das instituições que administram e materializam a saúde pública na higienização e moralização, no enfrentamento a esses corpos (FREIRE; CARDINALI, 2012).

Existem registros de atuações médicas patologizantes nos períodos datados do fim do século XIX ao início do século XX, protagonizadas por Pires de Almeida, Leonídio Ribeiro e Aldo Sinisgalli que se direcionavam a uma busca incessante pela cura do “homossexualismo²⁵” (GREEN, 2000; GREEN; POLITO, 2006; FRY, 1982 apud FREIRE; CARDINALI, 2012).

Freire e Cardinali (2012) ainda acrescentam que Pires de Almeida também teve participação relevante na importação de profissionais do sexo – prostitutas – para a conversão de homossexuais masculinos no Rio de Janeiro. Essa lógica da correção da sexualidade perdura até os dias atuais, através de manifestações da violência como o estupro corretivo de mulheres lésbicas, como se a lesbianidade destas fosse justificada pelo não-acesso a corpos do sexo oposto ou a um acesso, de fato, satisfatório.

E recordando a discussão realizada sobre a privatização dos corpos que subvertem normas, é importante demarcar que o médico Aldo Sinisgalli, segundo Freire e Cardinali (2012, p. 43) “[...] recomendou a criação de um ‘instituto para pederastas’, no qual ficariam confinados para serem estudados e receberem tratamento adequado, mantendo, assim, a ‘população normal’ a salvo”.

Já nessa conjuntura histórica, junto ao surgimento dos termos sodomita e uranista, as mulheres lésbicas adquiriram nomenclaturas, e tornaram-se objeto passível à moralização como pontua Trevisan:

As mulheres homossexuais eram chamadas tríbades, lesbinitas, sáficas, viragos e fanchonas. Uma das causas da homossexualidade feminina seria a “educação moderna”, que retirou a mulher do ambiente doméstico e abriu possibilidades até então desconhecidas por elas (TREVISAN, 2011 apud FREIRE; CARDINALI, 2012, nota de rodapé 6).

E a construção histórica de termos como invertidos, sodomitas, uranistas e lesbinitas (entre outros termos para mulheres lésbicas), e ainda, viado e sapatão, no Brasil contemporâneo, correspondentes de paneleiro e fufa, também na contemporaneidade em Portugal – como veremos em discussões posteriores –

²⁵ O sufixo “ismo” pertence ao conceito daquilo que é patológico e era utilizado para falar do que conhecemos, após uma despatologização formal, como homossexualidade.

desvelam para nós como somos “pejorativizados”, inclusive em nossas nomenclaturas, mas falam também, sobre como ressignificamos tais chamamentos, em um movimento dialético e revolucionário, as negatividades postas aos nossos corpos.

Em Portugal, no contexto do final do século XIX e início do século XX, a revisão do Código Penal, em 1886, passou a reconhecer a homossexualidade explicitamente como crime, o que só foi revogado no ano de 1981 (ALMEIDA, 2010).

[O Código Penal português de 1886, em seu artigo 71] punia com medidas de segurança – internamento em manicômio criminal, casa de trabalho ou colônia agrícola (por período de seis meses a três anos, para trabalhos forçados), liberdade vigiada, caução de boa conduta e interdição do exercício da profissão – quem se entregasse habitualmente à “prática de vícios contra a natureza”. (ALMEIDA, 2010a, p. 47 apud COLLING, 2015, p. 33).

No ano de 1933, Portugal passou a vivenciar um forte movimento conservador do Estado Novo – Ditadura de Salazar – que interviu violentamente contra as expressões da sexualidade diversa, tanto no sentido de aprisioná-las, extorquir e/ou chantagear esses sujeitos, quanto na intervenção sumariamente contra seus corpos. É relevante destacar que nesse mesmo ano foi criada a Mitra, em Portugal, espaço onde foram aprisionados muitos homossexuais, entre outros sujeitos que “apresentavam” alguma forma de “perigo moral” para a sociedade (ALMEIDA, 2010).

Enquanto Portugal, no século XX, sentia com profundidade a experiência do fascismo e da violência contra homossexuais, o Brasil, desde 1830, com a entrada do novo Código Criminal, já não criminalizava mais a prática da sodomia (FREIRE; CARDINALI, 2012). Apesar dessa descriminalização, Pretes e Vianna (2008 apud FREIRE; CARDINALI, 2012, p. 41) “[...] apontam a permanência de uma “criminalização indireta”, já que as práticas homossexuais eram enquadradas como “ato obsceno” e/ou “atentado ao pudor” pelos policiais.”.

Em uma conjuntura de pequenos avanços políticos, inspirados com a Revolta de *Stonewall*²⁶, surge após os anos de 1975 o Movimento de Libertação

²⁶ Freire e Cardinali (2012) trazem como marco das expressões da diversidade sexual e de gênero na contemporaneidade, a Revolta de Stonewall em meados do século XX, que aconteceu em Nova York e que será aprofundada no último capítulo desta pesquisa. Este acontecimento despontou em manifestações dos Movimentos de Homossexuais – como eram chamados o que seria

Homossexual no Brasil, ainda no contexto da Ditadura Militar. A homossexualidade “[...] também começa a aparecer nas artes, na publicidade e no teatro” (LOURO, 2001, p. 543).

No início dos anos de 1980, a epidemia da HIV/AIDS, chamada de “câncer gay”, traz uma grande tensão para a população LGBTI+ em todo o mundo, à medida em que um elevado número de homossexuais era acometido pela infecção, o que associava a infecção às pessoas homossexuais, porém somente a elas, segundo Freire e Cardinali (2012). No Brasil, o número de mortes de homossexuais com AIDS, interferiu diretamente nas construções dos Movimentos Homossexuais (FREIRE; CARDINALI, 2012).

Portugal, com o fim da Ditadura em 25 de Abril 1974, teve a democracia restaurada e a ascensão dos Movimentos Sociais. Contudo, a homossexualidade ainda se expressava no Código Penal como um crime, o que perdurou como supracitado, até o ano de 1981, e os casos de HIV/AIDS também tocaram profundamente a população LGBTI+ no país.

Assim, nos anos pós-1990, a atuação dos Movimentos LGBTI+ e *Queer* contribuiu efetivamente para a construção de experiências pautadas na garantia de direitos e na qualidade de vida para a população (ALMEIDA, 2010; LOURO, 2001; FREIRE, CARDINALI, 2012), como será discutido nos capítulos a seguir.

Louro (2001) colore que nos últimos dois séculos, a sexualidade tornou-se um objeto da saúde, da educação, de intervenção religiosa e da ciência, estando em evidência desde então, e se configurando como uma “questão”. Mas a institucionalização dos olhares para a sexualidade diversa, seja no sentido de compreendê-la ou de violentá-la, teve múltiplas consequências que tocam a população que vivencia a diversidade sexual e de gênero até a contemporaneidade.

E para estendermos a discussão sobre essa institucionalização, iremos tomar como estruturantes desta sociedade as religiões e o Estado, e nos aprofundaremos, a seguir, nos movimentos realizados por estas, na garantia da regulação dos corpos.

1.2 Pecado e Crime: a institucionalização na sociedade de classes da violência contra corpos LGBTI+

A discussão sobre a diversidade sexual e de gênero, e a sua construção sociohistórica, é, sobretudo, uma discussão que fala sobre a desumanização dos corpos LGBTI+. Esses indivíduos, marcados pela demonização – no sentido do que é pecaminoso a partir do discurso religioso e moralizador da Igreja – e pela criminalização de seus corpos, foram estigmatizados no campo do pecado e do crime. Corpos abjetos que terão como experiência a institucionalização da violência pelo Estado e pela religião.

Butler (2016) fala que alguns corpos não são devidamente reconhecidos, ou nem mesmo são reconhecidos, como as minorias sexuais. Esses corpos são submetidos a múltiplas violências e vulnerabilidades, ao ponto de não se encontrarem mais com a realidade concreta, porque são corpos que viverão nas sombras, viverão de restos, ou não viverão. Serão corpos desumanizados, figuras fantasmagóricas.

Assim, utilizaremos o questionamento de Butler para falar sobre corpos matáveis, corpos humanos desumanizados e o severo movimento da institucionalização da violência contra corpos LGBTI+ pela Igreja e pelo Estado, dentro da lógica da hierarquização de corpos.

“Que pessoas humanas contam como o humano?”²⁷.

Que pessoas humanas são elegíveis ao reconhecimento dentro da esfera da aparência e quais não são? E mais ainda, como nos referimos àquelas pessoas que não aparecem e tampouco podem aparecer como “sujeitos”, a partir do discurso hegemônico? (BUTLER, 2016, p. 35).

Foucault (2018), nos diálogos sobre a constituição do poder sobre a vida, no contexto de Estados soberanos, traz que “o poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la.” (FOUCAULT, 2018, p. 146).

²⁷ BUTLER, 2016, p. 35, grifo nosso.

Nesse sentido, é importante destacar que o poder sobre o corpo foi exercido na sociedade de classes pela Igreja e pelo Estado, que se mesclaram facilmente na hierarquização de corpos, na centralidade da desumanização.

Na ampliação da discussão acerca do exercício do poder sobre os corpos dissidentes, no que toca orientação sexual e o gênero, retomar a discussão em torno da construção do sujeito sodomita será relevante. Esse diálogo se dará na análise de como o indivíduo de sexualidade periférica passa de humano a um sujeito de outra espécie, como aponta Foucault (2018) – bem distante daquilo que era visto pelas instituições como “da espécie humana” – e como a racionalização especista subalterniza esta e outras espécies em detrimento do padrão hegemônico.

E é na direção da inferiorização da espécie homossexual – porque a homossexualidade passa a ser tratada como outra espécie como discute Foucault (2018), quando coloca que a prática da sodomia é uma reconfiguração interior, “da alma”, um sujeito que foi desentendido como humano – que Gerard (1985 apud MOTT, 1994, n.p., grifo nosso) fala que a sodomia era vista como “**o mais** torpe, sujo e desonesto pecado”. Não apenas um pecado entre outros, mas “o pecado”.

Foucault (2018) coloca que a homossexualidade não é atribuída ao sujeito homossexual, nesse cenário, como um pecado usual, mas como algo de sua própria natureza. Então, já que esses corpos não podem ser corrigidos, a Igreja e o Estado – firmando o exercício através do direito canônico e civil – passam a caçar esses corpos e aniquilá-los.

A gravidade deste pecado era tamanha que a Igreja chamava-o de pecado “nefando” da sodomia, ou seja, aquele que o nome não pode ser falado (MOTT, 1994). Além disso, segundo Freire e Cardinali (2012) a sodomia tinha caráter igual ou maior de ofensa ao Estado, que o crime de lesa-majestade, e era sobreposta a pecados como “[...] o matricídio, a violência sexual contra crianças, o canibalismo, o genocídio e **até o deicídio** [ou o ato de matar o próprio Deus...]” (MOTT, 1994, n.p., grifo nosso).

Essa caracterização da sodomia no campo do pecado, e no que diz respeito à potencialização deste pecado, nos coloca a dureza vivenciada pelos corpos sodomitas, e a produção histórica de um indivíduo sujo e que não deve ser desconsiderado como humano, que tem rebatimentos nas formas de vivenciar as expressões diversas da sexualidade na contemporaneidade.

E para ampliarmos a discussão sobre a participação das religiosidades judaico-cristãs na institucionalização da violência contra a sodomia, evocaremos a própria Bíblia, a partir de São Paulo apóstolo, discutindo alguns pontos trazidos na Carta aos Romanos.

Paulo é considerado um dos pilares da Igreja Católica por sua história de conversão. Paulo não foi um dos discípulos de Cristo. Ele perseguia os cristãos, e através de uma experiência com Cristo, se converteu ao cristianismo. Tornou-se então uma das figuras mais importantes para a Igreja Católica, tendo sido o apóstolo a escrever mais livros da Bíblia.

No primeiro capítulo da carta aos Romanos, nos versículos de 24-27, Paulo faz uma referência direta à homossexualidade como uma subversão aos desejos de Deus, como algo impuro e pecaminoso:

Foi por isso que Deus os entregou, conforme os desejos do coração deles, à impureza com que desonram seus próprios corpos. Eles trocaram a verdade de Deus pela mentira, e adoraram e serviram à criatura em lugar do Criador, que é bendito para sempre. Amém. Por isso, Deus entregou os homens a **paixões vergonhosas**: suas mulheres mudaram a relação natural em relação contra a natureza. Os homens fizeram o mesmo: deixaram a relação natural com a mulher e arderam de paixão uns com os outros, cometendo atos torpes entre si, **recebendo dessa maneira em si próprios a paga pela sua aberração**. (A BÍBLIA, [s.d.], p. 1442; grifo nosso).

E através das palavras de Paulo, pode-se perceber a forte atuação da Bíblia como instrumento colaborativo para o conservadorismo das estruturas sociais. Ele fala das paixões vergonhosas, fazendo referência à sexualidade periférica, e ainda acrescenta ideias de caráter punitivo, trazendo os corpos homossexuais como merecedores de condenações pelos seus atos.

Souza (2018)²⁸ discute sobre como o discurso mantido historicamente pelas religiões judaico-cristãs se materializam na garantia da manutenção das experiências tidas como naturais. Ela traz que “o discurso é, portanto, um código moral, baseado na fé, que é um discurso universal, e que se esquivava de críticas e organiza vidas, caminhos, valores [...]”.

²⁸ SOUZA, Simone Brandão. Lésbicas, Entendidas, Mulheres Viados, Ladies: as várias identidades sexuais e de gênero que reiteram e subvertem a heteronorma em uma unidade prisional feminina da Bahia. 2018. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociologia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

As condenações acontecem, então, no contexto das Inquisições e fora dele, como o caso de um índio Tupinambá que foi chamado tibirá. Ele “[...] foi amarrado na boca de um canhão sendo seu corpo estralhaçado com o estourar do morteiro [...]” (MOTT, no prelo apud MOTT, 1994, n.p.). No ano de 1678, um negro escravizado tornou-se mais uma experiência de morte a um corpo sodomita, na Capitania de Sergipe del Rei, tendo sido “[...] morto de açoites por ter cometido o pecado de sodomia”²⁹.

Na mesma carta, no capítulo 4, versículos de 1-2, intitulado “Abraão, pai dos que têm fé”, Paulo faz referência a uma raça, como se os seguidores da religiosidade judaico-cristã pertencessem a uma espécie diferente e “agraciada”, retomando ao especismo discutido anteriormente, que hierarquiza indivíduos.

Em vista disso, qual vantagem podemos dizer que obteve Abraão, pai da nossa **raça**? Se Abraão se tornou justo por suas obras, ele tem algo de que se gloriar, mas não diante de Deus. (A BÍBLIA, [s.d.], p. 1445).

Na carta aos Romanos, Paulo ainda faz referências recorrentes à Lei – em maiúsculo para falar da Lei de Deus – em especial no capítulo 7. Paulo fala, no versículo 12, que “a Lei é santa e o mandamento é santo, justo e bom” (A BÍBLIA, [s.d.], p. 1448), colocando a Lei de Deus em um lugar de perfectibilidade, uma Lei que não erra. E se a Lei de Deus é a mesma Lei da Igreja, então esta é uma instituição que não se pode questionar, é uma instituição que não vivencia contradições, mas numa perspectiva maniqueísta³⁰, se encontrará no lugar daquilo que é bom.

Nos versículos de 5-6 deste mesmo capítulo, Paulo fala sobre a entrega de Cristo à morte como um processo de superação das antigas leis para que novas Leis pudessem ser vivenciadas. “Mas agora, morrendo para aquilo que nos aprisionava, fomos libertos da Lei, a fim de servirmos sob o regime novo do Espírito, e não mais sob o velho regime da **letra**.” (A BÍBLIA, [s.d.], p. 1448, grifo nosso).

Esses diálogos revelam como a Lei “de Deus” era superior à própria lei do Estado, ainda que essas instituições fossem associadas. Então se a lei do Estado era submissa à Lei da Igreja, essa era a Lei que direcionava as formas de viver, de

²⁹ MOTT, 1989 apud MOTT, 1994, n.p.

³⁰ O Maniqueísmo é uma filosofia religiosa que acredita no bem e mal, no certo e errado, e em indivíduos que se alocam em cada um desses adjetivos, e que não compreende a dialética que nos atravessa.

se relacionar e de existir no mundo. É a lei soberana, no contexto da própria materialização do poder, inclusive, controladora da promoção de vida e regulação da morte.

Berenice Bento (2018) no artigo “Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?”, traz a discussão sobre o necrobiopoder como uma categoria que supera os conceitos de biopoder de Michel Foucault, e de necropoder de Achille Mbembe, no sentido de pensar o Estado e as suas tecnologias de deixar viver e fazer morrer.

Bento (2018) discute sobre a forma como o biopoder e necropoder são indissociáveis, o que ela vai chamar de necrobiopoder, porque eles se sustentam numa lógica de hierarquização dos corpos. Separam-se corpos, e para uns, o Estado promove o cuidado com a vida (corpos brancos, racionais, heterossexuais, cristãos) – biopoder, segundo Foucault – e para outros há um investimento na morte ou deixa-se morrer – necropoder segundo Mbembe. Então, essa impossibilidade de dissociação desses conceitos, se dá no sentido de que alguns corpos estão sendo mortos para garantir a soberania da racionalidade branca, heterossexual e cristã.

O Estado e a Igreja, no contexto da regulação das expressões da orientação sexual e identidade de gênero (e de outras identidades), atuaram e ainda atuam, com suas governabilidades e doutrinas, na sustentação do necrobiopoder, e da garantia de uma lógica que promove vida (prol-vida) a corpos, e que previne e cuida dessas vidas, mas que as mata, se elas subvertem as normas.

O estigma sobre corpos, então – estes que serão “sinalizados com cortes e fogo no corpo³¹” – se corporifica no discurso, na ação e na doutrinação da Igreja e do Estado, no entendimento dos corpos sodomitas/homossexuais como “[...] mercedores [...] da pena de morte na fogueira [...]” (MOTT, 1994, n.p.).

Ainda no contexto do exercício do poder das instituições que taxam o pecado (Igreja) e o crime (Estado) e que aniquila os corpos que se encontram com estes, Foucault (2018, p. 148) questiona “de que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem?”.

E essas reflexões tomam corpo, sustentadas no especismo, na conversão biológica do corpo homossexual em outra espécie e no entendimento de uma raça

³¹ Ver discussão de Goffman na página 23.

soberana e detentora das graças de Deus, como referenciada por Paulo (A BÍBLIA, [s.d]).

Para um poder desse tipo, a pena capital é, ao mesmo tempo, o limite, o escândalo e a contradição. Daí o fato de que não se pôde mantê-la a não ser invocando, nem tanto a enormidade do crime quanto a monstruosidade do criminoso, sua incorrigibilidade e a salvaguarda da sociedade. **São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros.** (FOUCAULT, 2018, p. 148, grifo nosso).

A experiência da violência contra corpos LGBTI+ é colonialista, à medida em que grande parte dos povos originários não experimentavam essas violências entre si, e na reflexão da lógica que sustenta o racismo, próxima daquela que garante as violências contra corpos LGBTI+: a lógica da biologia.

“Vocês compreendem então, nessas condições, como e por que os Estados mais assassinos são, ao mesmo tempo, forçosamente os mais racistas”? (FOUCAULT, 1999 apud BENTO, 2018, n.p., grifo nosso).

A lesbo/homo/bi/transfobia no Brasil está, sobretudo, intersectada com uma branquitude tóxica³².

³² Castiel Vitorino Brasileiro, uma artista travesti, estudante de psicologia, no “Ciclo 2019.2 de seminários, laboratórios e encontros com foco nas vitalidades e urgência da arte”, que aconteceu no dia 24 de setembro de 2019 na UFRB (Cachoeira/BA), trouxe em sua fala a branquitude tóxica como uma expressão das formas coloniais de materialização da branquitude, que oprime e se apodera de corpos no sentido de violenta-los e aniquilá-los, central às discussões sobre lesbo/homo/bi/transfobia. Apesar disso, é importante falar que esse conceito já foi mencionado em artigos de internet anteriores a essa fala, inclusive no período de quase um ano antes a esta, e que não identificamos a origem, de fato, do termo.

2 “COM SEDAS MATEI E COM FERROS MORRI”: políticas de segurança para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal

O movimento cronológico realizado no primeiro capítulo deste trabalho nos permitiu observar, na construção histórica da violência contra corpos LGBTI+, a materialidade e a constante reatualização desta. A repaginação contínua da “morte de invertidos na fogueira” desvela que a discriminação contra pessoas LGBTI+ é histórica, mas se corporifica, de maneiras cada vez mais requintadas, na contemporaneidade.

Como pontuado anteriormente, através das discussões desenvolvidas por Mott (1994), Freire e Cardinali (2012), Almeida (2010), Faro (2015) e Souza (2018), a institucionalização das violências contra pessoas LGBTI+ se deu no sentido da não-garantia da segurança para essa população, mas também, e essencialmente, no sentido de que as pessoas que vivenciavam a diversidade sexual e de gênero, não somente encontravam-se desprotegidas, mas eram taxadas como as próprias geradoras de insegurança, “criminosas”.

Essas leituras falam, também, sobre um atravessamento importante entre os territórios brasileiro e português, que se entrecruzam desde o período da colonização exploratória do território brasileiro. E nesse transpassar dos territórios, se deu a implantação da heterossexualidade compulsória como única possibilidade de vivência da orientação sexual para os povos originários indígenas, pelas instituições gestoras de Portugal.

Os caminhos históricos de Portugal e do Brasil, então, são transversais³³, inclusive no que toca a questão linguística, uma matriz cultural brasileira hegemonicamente marcada por Portugal, traços estruturalmente violentos que resistem até a contemporaneidade, como a marginalização de populações e suas fragilidades sem a devida reparação histórica, entre outros entrelaces que serão discutidos nesse trabalho.

E dialogar sobre as violências contra a população LGBTI+, com seus novos formatos e em diferentes territórios, é relevante para ampliação de estratégias de

³³ Entenderemos como transversalidade, os pontos de encontro entre os dois territórios, desde as contribuições que poderão ser identificadas, como as influências trocadas, e os processos violentos que marcam as trajetórias de Brasil e Portugal, reconhecendo as divergências postas nas conjunturas e formações sociohistóricas de cada país.

garantia da vida desses corpos, com análises supranacionais que busquem ampliar redes de apoio e de informações.

Nesse sentido, é relevante, pensando nesses pontos de encontro, demarcar como um fato simbólico dessa transversalidade – que desenvolveremos com mais profundidade posteriormente – o assassinato de uma mulher transexual brasileira, Gisberta, no ano de 2006, na cidade do Porto, em Portugal, por 12 meninos de um internato da Igreja Católica (COLLING, 2014). A partir do assassinato de Gisberta, surgem legislações em Portugal que criminalizam a violência contra a diversidade sexual e de gênero.

E é na compreensão das vulnerabilidades vivenciadas historicamente por esses corpos, que é necessário pensar em políticas públicas que proporcionem qualidade de vida às pessoas LGBTI+ em ambos os territórios. Assim, garantir, em primeira instância, a vida em si, com proteção e segurança, é relevante, através de políticas de segurança: caminhos para a reparação das violações aos corpos de pessoas LGBTI+ e das legitimações institucionais das violências.

Mello, Avelar e Brito (2014), entendem a reivindicação da segurança pública como uma das principais pautas de luta dos Movimentos Sociais que militam pelo gênero e diversidade sexual. Nessa perspectiva, interessa-nos uma militância no campo teórico e empírico, por um *devoir*-histórico, um movimento de transformação do que foi posto pela história.

Sobre a construção do que é “segurança” ou a “segurança pública” Costa e Lima (2014 apud LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2014) trazem a categoria, não objetivamente como um conceito, mas como um campo que direciona as articulações institucionais e que, efetivamente, conduz as organizações em torno da dimensão dos conflitos sociais.

Luiz Eduardo Soares (2002) corrobora com Costa e Lima (2014 apud LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2014) sobre o caráter empírico da segurança. Ele dialoga sobre a construção da sensação de risco ou de segurança, que acontece no campo empírico, subjetivamente, tendendo-se a passar pelo filtro que naturaliza e generaliza os discursos e símbolos que circulam as taxas, índices e a violência, de fato.

Soares (2002, p. 23), em experiência de análise crítica, observou “o caráter defensivo³⁴ da retórica e das práticas mais visíveis, no conteúdo e na forma [...]” de atuação dos gestores, no que toca as questões que envolvem a segurança pública. Essa transparência que se constrói como um muro de proteção, desenvolve imagens simbolicamente defensivas no campo das representações sociais, quando discutimos e analisamos a questão da política de segurança pública. É certo que as percepções construídas afetivamente de maneira escudada, inclinam-se a dialogar sobre o conceito de segurança, em geral, de formas defensivas.

A ideia, aqui, é pensar a segurança pública para esses “corpos precários” (BUTLER, 2016) a partir de uma perspectiva mais alternativa, e menos generalista em torno da política pública de segurança, entendendo a via da criminalização da violência como um caminho, mas não como o único. “Pensando assim, a política não se reduz a códigos binários e abre-se às variabilidades cotidianas.” (GIVIGI; OLIVEIRA, 2013).

É possível e imprescindível trazer a segurança a partir de uma perspectiva não institucionalizada para dialogarmos sobre métodos construídos pelas populações e nos Movimentos Sociais para a garantia de uma “sensação de segurança” e, objetivamente, da segurança como uma política, podendo traçar um mapa estratégico de enfrentamento e tensionamento na formulação e implementação de novas políticas e legislações que garantam, institucionalmente, segurança para essa população.

A proposta é desconstruir a ideia de que o exercício da vida é condicionado pelo direito. “Os direitos podem garantir o alargamento dos repertórios”, segundo Givigi e Oliveira (2013, p. 23), mas não são as únicas ferramentas de gestão da vida. Essas estão constituídas de maneiras muito mais subjetivas do que o direito pode alcançar. E essa percepção é necessária para que os discursos e ações não sejam legitimados unicamente por legislações, mas por observações subjetivas da realidade.

Assim, pensaremos a segurança pública a partir de trajetórias que garantam aos corpos o acesso à educação, para que estes, compreendendo as suas

³⁴ Entenderemos como defensivo o discurso prático composto pelas seguintes características “a explicação das tragédias; o deslocamento e a disseminação metonímica – isto é, por contiguidade – de responsabilidades; a mobilização analógica – metafórica – da memória; a reatividade; o voluntarismo; a fragmentação discursiva e prática; a estratégia especular; a destruição moral da vítima.” (SOARES, 2002, p. 23).

historicidades e, holisticamente, as realidades sociais às quais pertencem, subvertam a lógica na qual estão inseridos de materialização do poder do Estado de fazer morrer e deixar viver (BENTO, 2018). bell hooks³⁵ (2013) no livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” traz a educação como essa ferramenta de ruptura com as arestas que aprisionam almas.

E além de pensar na educação atuando na transgressão dos corpos, é necessário pensá-la, não numa perspectiva horizontalizada, nem mesmo unilateral, mas como uma construção coletiva (hooks, 2013).

A obra de Freire afirmava que a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se fosse uma plantação em que todos temos que trabalhar. Essa noção de trabalho coletivo também é afirmada pela filosofia do budismo engajado de Thich Nhat Hann, focada na prática associada à contemplação. Sua filosofia é semelhante à insistência de Freire na “práxis” – agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo. (hooks, 2013, p. 26).

Contudo, é importante tensionar a participação do Estado, através das atuações governamentais na construção de políticas para o exercício da educação, oportunizando o acesso a uma educação, de fato, libertadora, pautada em outra forma de sociabilidade. “[...] São os processos e as ações políticas que favorecem a autonomia e a independência de indivíduos e grupos explorados por outros, promovendo libertação em relação a realidades de dependência e desigualdades.” (GIDDENS, 2002 apud MELLO; AVELAR; BRITO, 2014, nota de rodapé 42).

Assim, um paradoxo está posto na reflexão de que o Estado que deveria garantir a prática da libertação através da educação, é o mesmo Estado que sustenta a necessidade de que os corpos permaneçam acríticos e alienados. Se a ideia de segurança-educação³⁶, colocada pelas governanças tóxicas que direcionam o Estado, não respondem às demandas, de fato, postas pela realidade social da população, os Movimentos Sociais atuam na fiscalização e na pressão ao Estado para reconfigurações na gestão dessas políticas. E não somente, mas na construção de estratégias paliativas que promovam educação popular e sensação de segurança para a população.

³⁵ O nome da autora em minúsculo é uma escolha da mesma. hooks diz que deseja ser conhecida pelas suas reflexões e não pelo seu nome.

³⁶ E essa outra construção de escrita para essas políticas/direitos se dará no sentido de compreendê-las como transversais e inelimináveis

Ao reivindicarem a implementação e a execução de políticas públicas afirmativas e emancipatórias para a população [...], as/os ativistas disputam poder, interesses e posições na construção da agenda política e reivindicam espaço para acompanhá-las e monitorá-las, exercendo o controle social que legitima uma ação de governo. (MELLO; AVELAR; BRITO, 2014, p. 303).

Exatamente nesse sentido que direcionamos a nossa pesquisa. Na escuta de militantes através de diálogos que se firmaram, essencialmente, na apreensão das subjetividades das militantes LGBTI+ no Brasil e em Portugal, no que toca a sua sensação de segurança ou de insegurança, bem como, buscando compreender as organizações dos Movimentos Sociais na construção de estratégias que garantam segurança e proteção para a população LGBTI+.

Para isso, utilizamos como procedimento metodológico, entrevistas semiestruturadas com ativistas de Movimentos LGBTI+ do Recôncavo da Bahia e de Salvador (Brasil), e da cidade de Vila Real (Portugal), e as (es/os) selecionadas (es/os) para a aplicação metodológica do instrumento entrevista estão correspondidas (es/os) em 5 pessoas no Brasil – contemplando, ao menos, uma mulher lésbica, um homem gay, uma pessoa bissexual e uma pessoa trans, todas (es/os) ativistas de Movimentos Sociais – e o mesmo quantitativo e organização dos segmentos, em Portugal.

Essa delimitação se deu de forma a contemplar os segmentos mais expressivos que compõem a diversidade sexual e de gênero, bem como, os recortes de território da pesquisa, selecionados a partir da conveniência do autor³⁷. É importante apontar que não foram contempladas na delimitação pessoas intersexuais, assexuais, entre outras identidades, pelo complexo acesso a essas populações que não são visibilizadas pela sociedade, nem mesmo dentro dos Movimentos Sociais. É possível, contudo, em outras oportunidades, onde esteja disposto mais tempo para a construção da pesquisa, que essas identidades sejam contempladas.

Atribuímos às (aes/aos) entrevistadas (es/os), codinomes, preservando as suas identidades, asseguradas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICES B e D). Estes codinomes foram pensados no sentido de rememorarmos figuras importantes na historicidade da população LGBTI+ no Brasil e no mundo: Marielle Franco, Matheusa, Lili, Tibira, João Antônio Mascarenhas,

³⁷ Essa é uma pesquisa sem financiamento que foi realizada a partir da viabilidade de materialização dos instrumentos utilizados.

Frida Kahlo, Karl Heinrich Ulrichs, Sylvia Rivera, Marsha P. Johnson e Gisberta [PRESENTES!].

Construímos um esquema apresentando, brevemente, como se identificam cada uma (ume/um) das (des/dos) militantes, expresso nos quadros 1 e 2 abaixo:

Quadro 1 - Entrevistadas (es/os) no Brasil

Codínome	MARIELLE	TIBIRA	LILI	MATHEUSA	MASCARENHAS
Identidade de gênero	Mulher cis	Homem cis	Mulher cis	Mulher trans	Homem cis
Orientação sexual	Bissexual	Gay	Lésbica, Sapatão ou Caminhoneira	Relaciona-se com homens	Gay
Cidade em que reside	Salvador	Conceição do Almeida	Salvador	Conceição do Almeida	Santo Amaro
Raça/Etnia	Negra	Preta	Parda	Negra	Preta
Movimento Social que constrói	MESS: ENESSO	Grupo Arco-Íris: Movimento LGBTQI+ de Conceição do Almeida	MESS: ENESSO e CASSDAN/ Coletivo Casulo/ LES	Grupo Arco-Íris: Movimento LGBTQI+ de Conceição do Almeida/ Construiu o Fórum Baiano LGBT	Construiu o Levante Popular da Juventude e o Grupo LGBT de Cachoeira

Fonte: O autor.

Quadro 2 - Entrevistadas (es/os) em Portugal

Codínome	FRIDA	KARL	MARSHA	RIVERA	GISBERTA
Identidade de gênero	Mulher cis	Homem cis	Pessoa trans não-binária	Pessoa trans não-binária	Mulher cis
Orientação sexual	Lésbica	Gay	Pansexual	Bissexual	Lésbica
Cidade em que reside	Lisboa	Vila Real	Vila Real	Vila Real	Vila Real
Raça/Etnia	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Movimento Social que constrói	Bloco de Esquerda/ Catarse	Catarse	Catarse/ The Save Movement	Catarse/ Somos Blergh	Catarse/ Movimento LGBT de Bragança

Fonte: O autor.

O nosso objetivo, neste capítulo, é verificar se há efetividade nas construções formais e informais de segurança pública para a população LGBTI+ no Brasil e em Portugal, trazendo as percepções das militantes sobre o assunto, e propondo uma discussão simbolicamente transversal no tocante dos territórios aqui apresentados.

2.1 A segurança pública no Brasil e em Portugal: há garantias de segurança?

Não existe segurança pública. A segurança pública que a gente tem no Brasil é uma segurança pública para os brancos. A segurança pública serve e sempre serviu pra proteger a burguesia. Então, sou muito fudida com a segurança pública, tenho várias críticas, principalmente por trabalhar no Sistema Penal, principalmente por perceber como **o Sistema Penal, ele ainda continua sendo reflexo desse processo de escravidão, desse racismo estrutural no Brasil, que a gente não fala**. Segurança pública no Brasil, pra mim, é falácia. (MARIELLE, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Existe segurança pública [em Portugal], tu sentes que pode andar na rua sem qualquer problema, mas as forças de segurança pública, há um grande trabalho pra fazer. (KARL, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019).

A segurança pública, enquanto um conjunto de políticas que promovem o cuidado com a vida e com os corpos, tem se tornado tema central de profundos debates, a partir da necessidade de se pensar na garantia de direitos sociais e humanos. Essa discussão, como nunca antes, tem estado em foco, segundo Souza e Minayo (2017), e diante da conjuntura violenta e da demanda de construir-se, de forma cada vez mais aberta e democrática, esta política, é relevante o desenvolvimento de um diálogo sério e comprometido com a centralidade deste assunto.

Alves (2010 apud PORTUGAL, 2014) traz a segurança relacionada à preservação, no sentido de se conservar o estado fundamental de algo ou alguém. Fernandes (2015, p. 143), entretanto, coloca a necessidade de não se pensar a segurança exclusivamente de forma defensiva, mas também, como “[...] uma dimensão positiva de realização de objectivos político-estratégicos.”.

A palavra de ordem dos nossos diálogos sobre segurança e segurança pública, então, é estratégia. Nessa direção, é importante apreendermos quais são as estratégias construídas de segurança, seja pelo Estado, não necessariamente com foco na atuação policesca desta instituição (defensiva), apesar da necessidade de passarmos por análises deste exercício, seja dos Movimentos Sociais, ou da própria população em sua experiência empírica, na construção comunitária dessas estratégias.

José Portugal (2014) coloca como as três finalidades que o Estado se propõe a alcançar, teleologicamente, a promoção do bem-estar social, da justiça e da

segurança. E é entendendo o papel mediador do Estado, do exercício da segurança, que é fundante pensar na construção formal de estratégias de segurança pública, discutindo, também, o que Brasil e Portugal entendem por segurança pública e como se dá a vivência destas políticas nos territórios supracitados.

No que toca a construção dessas estratégias no território brasileiro, a Constituição Federal de 1988, marco na democracia política do país, fala da segurança pública como um dever do Estado e direito de todas (es/os) no artigo 144, mas atribui o seu exercício à “I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares” (BRASIL, 2016).

Assim, uma observação crítica sobre as problemáticas postas na construção da segurança pública a partir da Constituição Federal, desvela, a *priori*, a necessidade de pontuar que, apesar de ser um demarcador importante na gestão da ordem baseada nas ideias de proteção dos direitos, justiça e cidadania (LIMA; SINHORETTO, 2011 apud LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2014), a Constituição Federal, enquanto instrumento que materializou uma transição efetiva para a democracia, não reformou, em profundidade, a segurança pública, como fez com a economia e mesmo com as políticas de seguridade social, como apontam Lima, Sinhoretto e Bueno (2014).

Outra questão a se levantar é sobre a centralidade policesca das instituições às quais se atribui o exercício da segurança pública, que deixa evidente:

[...] a manutenção de práticas institucionais e de culturas organizacionais ainda balizadas pela legitimidade da ação violenta e discricionária do Estado, por formas de controle social que operam as desigualdades, por relações intra e interinstitucionais que induzem a antagonismos e falta de transparência ou participação social (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2014, p. 124).

Ainda sobre a Constituição Federal de 1988 como instrumento que marca o processo de democratização no Brasil, uma discussão interessante é sobre a “coincidência histórica” entre o momento de abertura democrática no país e o surgimento do fenômeno do crescimento de crimes violentos (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2014).

Soares (2007) fala sobre a espontaneidade deste fenômeno em relação às políticas de segurança, pois, segundo ele, esta manifestação da violência pode se

dar, não somente pela inércia do Estado na garantia da segurança pública, mas por fatores externos a isso como, por exemplo, as crises econômicas e as tragédias naturais, que tornam o ambiente propício ao fenômeno da violência.

É importante trazer, porém – e esse diálogo poderia ser feito em nota de rodapé, mas introduzimos no corpo do texto, no sentido de destacá-lo – a necessidade de cautela nesse discurso, para que não se entenda aqui, que a discussão está sendo direcionada no sentido de corroborar com uma lógica neoliberal de minimização do Estado, já que foi pontuado que os fatores elencados são extrínsecos à atuação estatal. Uma leitura atenta ao parágrafo anterior colore que a proposta, na verdade, é falar desses fatores não exclusivamente ligados à atuação do Estado na construção da política de segurança pública, mas entendendo a possibilidade de atuação de outras políticas públicas, a saber ambientais e econômicas, que regulam a manifestação dos fatores citados à cima.

Lima, Sinhoretto e Bueno (2014) dialogam sobre a construção na população de insegurança na atuação do Estado, que se dá a partir dessa coincidência histórica e da espontaneidade desse fenômeno. A fragilidade na relação de confiança entre Estado e sociedade civil, produz uma perigosa pressão popular, que se manifesta também, na “[...] ideia de que algo precisa ser feito a qualquer custo para conter os “criminosos”, abrindo margens para medidas de extremo rigor penal e, mesmo, para reforçar políticas criminais anacrônicas e discriminatórias.” (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2014, p. 125).

Redução da idade penal, aumento de vagas no sistema carcerário, expansão do aparato policial militar, endurecimento das ações punitivas dos agentes de segurança, fortalecimento das práticas de linchamento. Essas são algumas das propostas e ações recorrentemente apresentadas como estratégias para atenuar o quadro de violência e insegurança urbana das grandes e médias cidades brasileiras. Desde as que se camuflam detrás de uma suposta racionalidade até aquelas que podem ser consideradas “bárbaras” por violar explicitamente direitos fundamentais da pessoa humana, todas as propostas citadas no início deste parágrafo compartilham duas características: atuam no processo de **criminalização da pobreza** e são práticas inefetivas para enfrentar o cenário de insegurança urbana. (MIRANDA; PAIVA, 2017, p. 46, grifo nosso).

Evocaremos Miranda e Paiva (2017) como referência, no artigo intitulado “Os Becos sem Saída do Debate Sobre Segurança Pública: Notas Sobre o Fetiche do

Estado Penal”, para introduzirmos a discussão sobre as ferramentas antiquadas da segurança pública. O texto traz a seguinte questão “Polícias, Presídios e Linchamentos: **A Quem** e a Que será que se Destina?” (MIRANDA; PAIVA, 2017, p. 46, grifo nosso).

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen (MOURA, 2019), até o primeiro semestre de 2017 a população carcerária no Brasil tinha demarcadores correspondentes às seguintes composições: 54% das pessoas aprisionadas eram jovens, num diálogo sobre raça/etnia pontua-se que aproximadamente 63,6% das pessoas eram negras (contemplando pretas e pardas) e 66,2%, tinham como nível de escolaridade, no máximo, o Ensino Fundamental completo. Miranda e Paiva (2017) ainda afirmam que não há indicadores referentes à renda antes do encarceramento, mas, numa perspectiva de classe, a maior parcela da população prisional no Brasil pertence a classes subalternizadas/pobres.

A segurança pública no Brasil, então, é uma segurança pública que criminaliza e aprisiona a juventude negra e pobre. “Parece que sobrevivemos à escravidão, mas os mecanismos que constituíam o sistema escravocrata brasileiro também sobreviveram.” (MIRANDA; PAIVA, 2017, p. 48).

Isso corrobora com a fala da entrevistada Marielle, exposta no início desta seção, e também, dialoga com discussões trazidas por Lili e Tibira, quando perguntadas sobre como compreendem a política de segurança pública no Brasil:

Segurança pública brasileira, então, eu entendo como, por vezes, a reprodução ali do capitão do mato mesmo, sabe? É essa a segurança pública do Brasil. Uma segurança militarizada, uma segurança pública totalmente fora do aspecto civil, mas é aquela que é oprimida e oprime, uma segurança pública que desreconhece determinados corpos, é essa segurança pública do Estado, é essa segurança pública que tá pra nós assim. (LILI, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Aí eu tenho uma crítica a isso, eu acho que a segurança pública, **ela tem sido pensada em um molde que ela seleciona sujeitos e corpos que podem sofrer violências e corpos que não podem sofrer violência.** Então, eu vejo a segurança pública, como política pública no papel, como algo muito eficaz, mas quando ela, justamente, é aplicada, ela é atingida por diversas questões aí transversais, interseccionais como de classe, raça, gênero e aí é o grande problema. (TIBIRA, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

A fala de Tibira se articula com as discussões que colorem sobre como o Estado, em suas formas de materializar o necrobiopoder, separa os corpos para violentá-los, como dialoga Bento (2018). Tibira reforça a necessidade de refletirmos sobre os acúmulos de opressões, e sobre como estes corpos que vivenciam a soma de violências são oprimidos de formas ainda mais dolorosas pelas intervenções da política de segurança pública.

Miranda e Paiva (2017) colorem que o Estado brasileiro foi construído por um longo período, de mais de 300 anos, de um sistema escravagista sustentado no trabalho escravo de povos negros e indígenas. Em contraponto, apenas em 1888, há menos de dois séculos, foi promulgada a Lei abolicionista (Lei Áurea) que demarcou o fim da escravização no Brasil, mas não estabeleceu políticas de reinserção da (de/do) ex-escravizada (de/do) na sociedade.

Esse cenário pós-abolição impôs à população negra no Brasil uma maior probabilidade de se encontrar no lugar da miserabilidade, da pauperização e do não-acesso à qualidade de vida. E como pontuam Miranda e Paiva (2017), se o Estado não proporciona condições para, ao menos, a sobrevivência dos sujeitos, a criminalidade lhe parecerá uma possibilidade atraente.

O Brasil, até setembro de 2018, segundo dados do relatório *World Prison Population List*, construído pelo *International Centre for Prison Studies* – ICPS (WALMSLEY, 2018), era o 3º país do mundo com a maior população carcerária com um quantitativo de 690 mil pessoas aprisionadas. O aprisionamento desses corpos, em sua maioria negros e pobres, possibilitou, contudo, a garantia de segurança pública no território brasileiro? Essa questão será refletida a partir de Angela Davis (2018) em “Estarão as Prisões Obsoletas?” para pensarmos em reformas e/ou abolições do sistema prisional.

Davis (2018) discute sobre o caráter obsoleto das prisões. Ela traz, sobre o debate da pena de morte, que já se consegue racionalizar a gravidade e condição ultrapassada desta penalidade. As prisões, entretanto, não são pensadas como um “instrumento de segurança” a ser superado. Ainda que se aponte para algumas reformas nesse sistema, de forma muito incipiente fala-se da sua abolição.

A autora coloca as prisões como tecnologias de precarização de vidas e da morte a elas (DAVIS, 2018), mais uma das estratégias do Estado de fazer morrer/deixar viver, uma ferramenta de necrobiopoder, como pontua Bento (2018)

que atua no isolamento dos corpos de suas famílias, da sociedade, da construção das possibilidades de outras formas de participação social.

As prisões ainda são naturalizadas, como se não fosse possível uma sociedade que penaliza pessoas em conflito com a lei, permitindo a estas, uma vida em liberdade, segundo Davis (2018). Então, é distante da racionalidade pensar em um contexto de segurança sem prisões. Talvez porque a socialização ocidental-europeia tenha nos direcionado à repressão da liberdade como uma necessidade para a existência nesta sociedade.

Em paralelo, Davis (2018) traz que há um desinteresse, ou uma dificuldade para encarar a realidade intraprisional. É algo necessário no discurso hegemônico, mas ninguém deseja estar inserido neste, ou construí-lo, no sentido de pensar em suas estruturas.

Angela Davis (2018) reforça a discussão sobre como estes espaços estão atravessados pelo aprisionamento de “pessoas de cor”. O sistema prisional é, então, não somente ultrapassado, obsoleto, mas também, racista, sustentado na criminalização de corpos marcados pela experiência do racismo.

Assim, pensamos na prisão com um destino reservado a outros, um destino reservado aos “malfeitores”, para usar um termo popularizado por George W. Bush. Devido ao poder persistente do racismo, “criminosos” e “malfeitores” são, no imaginário coletivo, idealizados como pessoas de cor. (DAVIS, 2018, p. 16).

Davis (2018), por fim, delimita também, a educação como uma estratégia necessária, corroborando com hooks (2013), na perspectiva de uma reforma da segurança pública. Lili faz uma crítica em sua fala, à construção da segurança pública brasileira pautada, não na educação como centralidade, como trazem Davis (2018) e hooks (2013), mas na opressão dos corpos:

[...] a concepção ideológica da segurança pública brasileira [...] é uma concepção a partir da lógica da opressão, e não da lógica da sócio-educação, da, de fato, construção de uma outra sociedade, né, a partir desse processo de uma educação, de fato, popular e socialmente referenciada, mas a partir da coerção dos corpos, da opressão, da repressão, do medo. Que não me parece efetiva. Não me parece não, não é efetiva, da maneira que tá posto na sociedade. (LILI, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019).

Por fim, para que possamos adentrar nos olhares sobre Portugal, trataremos como notas finais desta discussão realizada por Davis (2018), central às reflexões sobre segurança pública, a necessidade de que haja responsabilidade com a conjuntura brasileira, pensando nas discussões de Davis como uma possibilidade efetiva para o contexto da contemporaneidade estadunidense. Este território tem uma formação sócio-histórica diferenciada do Brasil, tendo, inclusive, experienciado um Estado de bem-estar social, enquanto o Brasil, ainda recorda e reatualiza resquícios de uma ditadura militar (MIRANDA; PAIVA, 2017).

A abolição prisional é, não somente uma possibilidade, mas uma necessidade material a ser vivenciada, também no Brasil. Mas antes, é imprescindível a reforma da segurança pública, na garantia de proteção aos corpos sem a necessidade de criminalizar outros em detrimento destes, e das políticas públicas em geral, para que as populações tenham viabilizados, com qualidade, os direitos à saúde, assistência social, previdência social, educação, ao mercado de trabalho formal, e enxerguem outras possibilidades de sociabilidade, distanciando-se da via da criminalidade.

Se no Brasil os enfrentamentos no concernente à política de segurança pública se dão contra a criminalização da juventude negra, em Portugal as tensões são construídas pela necessidade de solucionar o dilema posto à segurança, no sentido de se pensar que o país é um dos mais seguros do mundo, segundo dados do Sistema de Segurança Interna e do Instituto Nacional de Estatística (INE), mas tem uma das populações da Europa mais preocupadas com a segurança (TULUMELLO, 2018). De onde vem esse fenômeno? O que se pode pontuar sobre ele?

No que toca a organização da segurança pública em Portugal, segundo os artigos 272 e 273 da Constituição da República, esta política se divide em duas funções: a segurança externa – que é materializada nas forças armadas – e a segurança interna – competente às forças e aos serviços de segurança; como aponta Pereira (1990).

O foco da nossa breve análise será na atuação da segurança interna, que, segundo a Constituição Portuguesa, é a ferramenta do Estado de garantia da proteção e segurança, de defesa dos direitos dos cidadãos e da legalidade da democracia (PEREIRA, 1990). É importante demarcar, também, a criação da Lei nº 53/2008, a Lei da Segurança Interna, que sistematizou o artigo 272 da Constituição

da República, atribuindo à segurança interna, em seu artigo 1, os seguintes objetivos:

As medidas previstas na presente lei destinam-se, em especial, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública. (PORTUGAL, 2008).

Segundo Pereira (1990), as forças de segurança em Portugal são compostas pela Guarda Fiscal (GF), Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP) e Polícia de Autoridade Marítima (PAM). Sobre a GNR e a PSP, que são, segundo as pessoas entrevistadas, as forças que atuam na garantia da segurança urbana, Karl faz a seguinte crítica, relevante para pensarmos algumas características da atuação dessas instituições em Portugal:

Tu não te sentes seguro. Mesmo existindo leis que te protejam e leis que criminalizem a discriminação, as próprias autoridades, as próprias forças de segurança, são as primeiras a discriminar, a olharem-te de lado. (KARL, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

A fala do entrevistado dialoga com as produções de Simone Tulumello (2018) que propõe a reflexão sobre a manifestação da contradição entre a existência da segurança, mas também, de uma grande preocupação da população com esta. No início desta seção, a fala de Karl traz a sensação de segurança vivenciada em Portugal. Contudo, quando perguntado sobre a segurança pública institucionalizada (materializada nas forças de segurança), o mesmo demonstrou uma preocupação com a atuação destas forças no país. Isso revela uma militarização e atuação truculenta das forças de segurança em Portugal.

Tulumello (2018, p. 76) fala também, do papel da mídia na construção dessa sensação de insegurança nas (nes/nos) portuguesas (us/es) “[...] por via da espetacularização dos (poucos) crimes violentos [...]”. Ela coloca que a comunicação social transmite para a população, fundamentada no senso comum, a sensação de que a violência tende a um aumento gradativo.

Por fim, a autora discute sobre a Lei 5/1999 que reformou a PSP no país, aproximando a polícia da população e de suas demandas reais, aparentando uma democratização da segurança (TULUMELLO, 2018). Contudo, ela reforça que

Portugal é um país fincado na centralização e repressão. Segundo a autora, as reformas garantiram a presença da PSP nos bairros mais privilegiados do país, enquanto “nos chamados bairros ‘difíceis’, a acção policial é marcada por ‘rusgas’ mediatizadas, num processo reprodutor de estigmatização.” (TULUMELLO, 2018, p. 77).

Para Karl “[...] existe, nas forças de segurança, um grupo de extrema direita, muito bem instalado, muito bem agrupado, com um suporte muito forte, e isso sente-se na rua, muito.” (KARL, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019).

Assim, Tulumello (2018) reflete que a segurança pública pode contribuir para o fechamento da democratização de um país, sobretudo quando esta se coloca no sentido de reprimir o acesso da população aos espaços públicos, mas traz também, que sem esta política, não se pode haver a vivência democrática das vidas, com cuidado e preservação e garantia das existências.

Reconhecemos, então, a fragilidade da política de segurança pública no Brasil e em Portugal, e a necessidade de reformas profundas nesta política, pensando nas singularidades das demandas da população, na desconstrução da militarização das políticas de segurança, e em estratégias que, de fato, garantam segurança aos corpos, sem criminalizá-los, violentá-los e exterminá-los ainda mais.

Mas e a população LGBTI+? Como tem enfrentado os dilemas postos à segurança pública no Brasil e em Portugal? Quais os recortes podem ser realizados no sentido de pensarmos nas interseccionalidades de classe, gênero, raça e território e como cada uma dessas dimensões atravessa a população LGBTI+?

2.1.1 Corpos LGBTI+ postos à prova diante da frágil política de segurança pública no Brasil e em Portugal

Se a segurança pública é uma política em crise, quem dará conta de assegurar as nossas vidas? Quem dará conta de garantir a redução das violências contra as pessoas LGBTI+ e a efetivação das legislações? É preciso reconstruir estratégias e diálogos, apreender as demandas da população, proporcionar o acesso à educação e tensionar o Estado para a aplicação de medidas efetivas.

Nesse sentido, esta seção buscará discutir sobre as estruturas formais/ legais que se propõem a aparatar o Estado na materialização efetiva da segurança dos corpos LGBTI+. E mesmo reconhecendo os distintos processos existentes entre

Portugal e Brasil, pensaremos em direções alternativas de reflexão sobre a política pública de segurança nos territórios brasileiro e português, estreitando inclusive, os laços de contribuição mútua para a segurança dos corpos de pessoas LGBTI+.

Até aqui, duas questões importantíssimas a serem destacadas são (1) o fato de que a população LGBTI+ construiu-se através de um processo histórico e institucionalizado de violências contra os seus corpos e (2) o entendimento da segurança pública como uma política com fragilidades centrais à corporificação das estratégias formais de segurança. Então, nos encontramos diante de um paradoxo: existe uma população que coloca, através de suas existências e de ações políticas, a demanda da segurança, mas não se há uma política efetiva de segurança pública que possa responder a essas demandas.

Cabe-nos, então, analisar quais são os aparatos burocráticos do Estado, as legislações, as atividades realizadas para a população LGBTI+, e o que as(es/os) militantes têm pontuado quanto à ação do Estado e da Sociedade Civil no debate sobre a garantia da vivência humanizada da diversidade sexual e de gênero.

Na busca por uma percepção crítica da realidade, no que toca o território brasileiro, alguns demarcadores estatísticos são importantes. Segundo Michels, Mott e Paulinho (2018), o Brasil é o primeiro país do mundo nos registros de crimes contra pessoas LGBTI+, sendo assassinada, em média, uma pessoa LGBTI+ a cada 20 horas. No ano de 2018, 420 pessoas LGBTI+ morreram no país, como consequência da lesbo/homo/bi/transfobia, entre elas, 100 foram suicidas³⁸.

Michels, Mott e Paulinho (2018) colocam também, a população trans – transexuais, travestis e transgêneros – como o segmento mais vulnerável às mortes violentas, dentro da sigla LGBTI+, em termos relativos ao quantitativo total de pessoas trans, no Brasil.

O “Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017” traz que o aumento das mortes de mulheres lésbicas “do ano de 2000 a 2017, [...] foi de 2700%, considerando que no ano 2000 foram registrados 2 casos de lésbicas assassinadas e no ano de 2017, 54 casos.” (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 69). Contudo, o dossiê problematiza a necessidade da institucionalização dos registros das mortes de mulheres lésbicas, capacitando, também, servidores públicos das forças de

³⁸ Falar em “corpos suicidados” é dizer que os corpos que cometem suicídio foram motivados ao suicídio, pelas vulnerabilidades que alcançam a saúde mental. Então, quando alguém se suicida, ela foi suicidada pela conjuntura que a atravessa, de alguma forma, em sua subjetividade. E o descuidado com a saúde mental é mais uma necrobiopolítica do Estado.

segurança para atuar nos casos de lesbocídio, e para que se haja uma compreensão real dos números de lesbocídio no Brasil.

Outro dado interessante que se revela em uma pesquisa realizada no ano de 2012 é o de que aproximadamente 60% dos crimes contra pessoas LGBTI+ foram cometidos por pessoas conhecidas, entre elas vizinhas (es/os) e familiares (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018), o que nos conduz à reflexão de que a segurança pública militarizada, a presença da polícia militar nos espaços públicos, não dá conta de garantir a vida de pessoas LGBTI+.

Essas estatísticas são relevantes para que possamos compreender, quantificar, ainda que de forma superficial, o quadro principal de violências contra a população LGBTI+ no Brasil, subsidiando a criação de políticas públicas e legislações para os segmentos.

Quanto aos instrumentos estatais que contribuem para os processos de segurança pública de pessoas LGBTI+, a antiga Secretaria de Direitos Humanos³⁹, segundo Musskopf (2013), contemplava uma Coordenação para Políticas LGBT no Departamento de Promoção dos Direitos Humanos. No contexto dos governos Dilma Roussef e Luiz Inácio Lula da Silva, também formou-se um Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e foram realizadas Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, além da construção de um Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (BRASIL, 2009 apud MUSSKOPF, 2013).

As Conferências foram realizadas, a primeira no ano de 2008, a segunda em 2011 e a terceira em 2016. Todas elas deliberaram diretrizes concernentes à pauta da segurança pública.

A 1ª Conferência construiu, no eixo sobre “Justiça e Segurança Pública”, 86 diretrizes que, em geral, trazem como demandas principais a capacitação das instituições públicas de segurança, como as Defensorias Públicas, Ministérios Públicos (MP), Delegacias, para o exercício profissional sem discriminar pessoas LGBTI+, e a criação ou garantia de leis e políticas públicas para a população

³⁹ Esta Secretaria foi compilada às antigas Secretarias de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e, atualmente, formam o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

LGBTI+ (CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2009).

A 2ª Conferência, no eixo sobre “Sistemas de Justiça, Segurança Pública e Combate à Violência”, construiu 5 diretrizes, com discussões que retomam desde às pautas sobre capacitação e legislação, apontadas com frequência na 1ª Conferência, às sobre pesquisa e fortalecimento de campanhas (CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LGBT, 2011).

Na 3ª Conferência, realizada em 2016, o mapeamento que realizamos mostra que as discussões do eixo “Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT”, materializadas em 32 diretrizes, reforçam a necessidade de capacitação e instrumentalização dos órgãos de segurança pública, mas são acrescidas a esta, a demanda de ampliação dos orçamentos públicos para serviços que se destinam à população LGBTI+ (CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2016). Esta nova pauta fala sobre a percepção das lideranças LGBTI+ sobre as necessidades materiais para a construção de políticas públicas. Não é possível, dentro do sistema capitalista, construir políticas sem investimentos.

Uma última observação realizada, referente às diretrizes, é sobre o caráter formalista da segurança pública no Brasil. Este está construído no imaginário coletivo de forma naturalizada, e as vias de segurança pública são evocadas, quase sempre, através da relação com algum instrumento burocrático do Estado. A educação como prática que conduz à segurança dos corpos, por exemplo, como trouxemos no início desse capítulo, foi colocada como uma discussão paralela às diretrizes sobre segurança pública, sendo abordada de forma pontual apenas nas diretrizes da 1ª Conferência.

Contudo, é importante questionar se há efetivação das orientações discutidas nas Conferências. Matheusa (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019) problematiza a inércia no que toca a aplicabilidade dos direitos e projetos para a população LGBTI+, e quando perguntada se o Estado brasileiro contribui para a proteção da população e garantia desses direitos, ela afirma que:

Não, não contribui. Eu já venho acompanhando [...] há um tempo, participei de conferências, seminários, principalmente territorial e não

sei se é municipal... Territorial e estadual. E vemos assim essa luta, de que a gente vai tentando ter essa questão dos nossos direitos, e a gente não consegue, porque a gente tem todo aqueles paramentos de leis, de artigos, que a gente vai querendo trazer pra tentar nos resguardar, e tem lá projetos, e muitos projetos pro público LGBT, e eles nunca são aprovados, ficam tudo só... Todo ano a gente tem... De 4 em 4 anos nós temos Conferências, mas pra nada. Porque eles não tão nem aí, só fica no papel, eles não fazem nada, então por isso que eu acho que eles não tão nem aí pro público LGBT. (MATHEUSA, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019).

Mello, Avelar e Brito (2014) trazem que as políticas e ações de segurança para pessoas LGBTI+ no Brasil podem ser categorizadas de duas formas. Na primeira estão as ações para atuar diante da violência já materializada, através da implantação de delegacias especializadas, das intervenções das Defensorias Públicas, da gestão dos conteúdos que dão sustentação às construções de políticas públicas. Na segunda, estão inseridas as legislações, planos de governo para a população LGBTI+ e a instrumentalização das instituições que atuam na garantia da segurança, objetivando a prevenção de violências.

Sobre a construção de delegacias, Mello, Avelar e Brito (2014) pontuam que há um debate no Brasil, no que toca a necessidade de delegacias especializadas ou da capacitação das delegacias já existentes onde algumas (mes/ns) militantes defendem a elaboração de um serviço específico para atender às demandas de pessoas que vivenciam a diversidade sexual e de gênero, enquanto outro grupo, coloca que as delegacias especializadas reforçam as diferenças.

No que compete às legislações no campo da segurança pública para a população LGBTI+, é importante destacar que mesmo antes da criminalização da lesbo/homo/bi/transfobia, já haviam sido formuladas Leis, Decretos e Resoluções estaduais e municipais, no Brasil, que previam “[...] sanções civis para a discriminação por orientação sexual” (MELLO; AVELAR; BRITO, 2014, p. 309).

Em junho de 2019 o Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, considerando omissos o Congresso brasileiro às questões de diversidade sexual e de gênero, aprovou a interpretação da lei que criminaliza o racismo, para contemplar as questões referentes à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, segundo Moura (2019) para o jornal Estadão.

Marielle entende a criminalização da lesbo/homo/bi/transfobia como:

[...] um demarcador importante, de criminalizar violências contra segmentos de, tanto de orientação sexual ou de identidade de gênero, assim como o racismo. É uma violência que mata, é uma violência que invisibiliza, e que, infelizmente, a gente ainda precisa criminalizar pra ver se, em algum momento, as pessoas compreendem que a gente não quer ser tolerado, e sim respeitado. (MARIELLE, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

É importante ressaltar, contudo, o contexto de um governo ultraconservador, na presidência de Jair Bolsonaro, que se manifestou contrário à decisão do STF e assinou a medida provisória, no início do mesmo ano (2019) – em seu primeiro dia de governo – que retira a população LGBTI+ das diretrizes dos Direitos Humanos, um retrocesso para a segurança pública de pessoas que vivenciam a diversidade sexual e de gênero.

Durante o período das campanhas eleitorais, os ataques aos Movimentos Sociais e às populações em vulnerabilidade, fizeram parte do projeto de governo de Bolsonaro, o que já apontava para o retrocesso nos direitos conquistados pela população LGBTI+.

Nesse contexto de um governo sustentado por manifestações que se revelam em defesa das formas tradicionais brancas e cishetero-patriarcais de vivenciar a família e a religião, é relevante problematizar as intervenções das governanças, junto à legitimação de violações de direitos básicos e humanos, como liberdade, segurança pessoal e direito à vida. Mascarenhas problematiza a institucionalização das violências contra os grupos subalternizados na atual conjuntura do Brasil, no contexto do governo de Jair Bolsonaro:

Então, no Brasil eu vejo que a gente tá num momento muito difícil, né? Não só pros LGBT, mas como as minorias em geral. E cada vez mais vem ficando difícil. É um momento que a gente precisa tá se fortalecendo com o atual governo que a gente tá, também, os direitos que a gente, tipo, digamos que a gente tinha, tá sendo perdido. Cada vez mais, a questão do cuidado com a gente mesmo, sabe? De sair na rua, de como se comportar. Então, pra mim, atualmente, assim, tá muito, muito difícil e agressivo, né? Porque as pessoas parecem que começaram a ter coragem de mostrar que são preconceituosas, sabe? Isso pra mim é muito, muito difícil. Até porque quem era que tava escondido porque tinha vergonha, agora a gente tem um representante que tipo "ó, cê pode ser!", sabe? (MASCARENHAS, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019).

No que toca a construção da segurança pública para pessoas LGBTI+ em Portugal, o país vivencia uma realidade que diverge do Brasil em pontos

importantes. Se no Brasil a violência física e o extermínio é uma manifestação recorrente da violência contra pessoas LGBTI+, em Portugal, essa violência se dará por meio de insultos, de violências verbais e psicológicas. Segundo Oliveira et al. (2010 apud CARVALHO, 2012) a partir de um estudo realizado com mais de 900 pessoas, entre elas mulheres, lésbicas, homens gays, pessoas bissexuais, pansexuais e *queer*, analisou-se que a principal forma de estigmatização em Portugal é por meio da violência verbal, onde as (es/os) participantes colocaram que já sofreram mais de 3 vezes insultos por sua orientação sexual. Essa pesquisa corrobora com as falas das (es/os) entrevistadas (es/os), dispostas à seguir:

Bocas isso há muitas, verbais, questões verbais há muitas, há várias vezes, sobretudo então quando se houve “vá arrumar macho” e assim, é muito frequente. Ou então se preciso tá a me despedir da minha namorada e a maneira como tem comentário, **mas não passa de comentário infeliz e não violência**, acho que nunca. (FRIDA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

[...] a nível psicológico já houve [... violência]. Em Lisboa há aquelas bocas. Só que uma pessoa, depende da altura em que tem que está e da postura que já tem, e da sua aceitação mesmo pra si, pra consigo mesmo, já vai aceitar isso de maneiras diferentes, já não ouve, ou já consegue ignorar. **Porque a nível de violência psicológica, já houve várias ao longo dos tempos**. (MARSHA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

É importante destacar nos relatos à cima um caráter de assimilação da violência, como se as violências verbal e física tivessem um impacto mínimo sobre a vida dos sujeitos, revelando uma naturalização da violência, em Portugal. Outra questão relevante que Rivera (Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019) trouxe em sua fala, é sobre a violência que se dá através da invisibilização das pessoas LGBTI+, que não se sentem representadas na política, na educação e nas mais variadas dimensões da vida pública.

Para isso, as legislações se fazem importantes, no sentido de visibilizar as demandas da população LGBTI+ e garantir a proteção desta.

Em 22 de abril de 2004 foi aprovada a inclusão da orientação sexual no artigo 13 da Constituição, que proíbe várias discriminações [...]. Apesar disso, a identidade de gênero não foi incluída na lista. [...] O Código Penal Português, que foi alterado em setembro de 2007 e em fevereiro de 2013, em seu artigo 240, criminaliza a discriminação racial, religiosa e sexual através do chamado discurso de ódio. (COLLING, 2015, p.34).

No campo da segurança pública, em Portugal, segundo Almeida (2010a apud COLLING, 2015, p. 34), há uma Comissão para Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG), que tem início nos anos de 1970 com outra nomenclatura e estrutura, passando à atual a partir de 2007. Essa Comissão tem como função “[...] coordenar, no âmbito do governo federal, ações de combate aos preconceitos [...]”. O pesquisador aponta, contudo, que a Comissão tem se materializado no sentido de pensar apenas nas identidades de mulheres cis e em suas particularidades, não abarcando também, questões concernentes à população LGBTI+ no tocante às identidades de gênero e orientações sexuais subalternizadas.

Outra questão discutida por Almeida (2010a apud COLLING, 2015) é a falta de registros oficiais sobre os crimes contra a população LGBTI+, bem como de agências que fiscalizem as violações no âmbito do trabalho e das instituições educacionais em Portugal.

Assim, nota-se a existência de demarcadores diferenciados entre os dois territórios, legislações que se manifestam em períodos diferentes, e conjunturas distintas da relação comunitária com a população LGBTI+. Nesse sentido, tecemos até aqui análises estruturais e conjunturais sobre a população LGBTI+ e apontamos realidades que entrecruzam Brasil e Portugal. O objetivo, como notas finais deste capítulo, é falar brevemente das transversalidades que marcam os processos de segurança pública nos dois territórios e comparar algumas realidades postas aos territórios do Brasil e de Portugal.

2.2 Lilis do Brasil, Gisbertas em Portugal: as transversalidades e dialética existentes nos processos da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal

Após realizarmos uma análise do movimento histórico e dos rebatimentos deste na construção contemporânea da política de segurança pública no Brasil e em Portugal, identificamos que algumas importantes transversalidades circunscrevem a relação entre os dois países.

Pretendemos aqui, desenvolver uma breve síntese de alguns pontos já mencionados nesse trabalho e analisar o caráter simbólico das transversalidades

existentes nos processos dialéticos de segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal.

Assim, delimitamos como duas discussões interessantes a serem refletidas, o processo de colonização exploratória do Brasil e o caso Gisberta em Portugal, e a articulação simbólica entre estes. Além disso, traremos algumas outras pontuações que tocam este caráter de transversalidade entre os territórios, e falas de militantes sobre suas percepções, que dialogam com a discussão deste tópico.

Inicialmente, é importante recordar, como falamos no primeiro capítulo deste trabalho, que os povos indígenas no período pré-exploratório toleravam e naturalizavam as relações homossexuais e as identidades que dissidiam do padrão socialmente imposto de masculinidade e feminilidade, segundo Mott (1994).

O processo de colonização exploratória no Brasil foi encabeçado por Portugal, que, junto à Igreja Católica, interviu, a partir dos parâmetros morais europeus, na vivência das relações e da cultura desses povos, bem como, dos povos africanos que foram escravizados. Uma das intervenções, como aponta Mott, é a implantação da heterossexualidade compulsória.

Miranda e Paiva (2017) discutem sobre as políticas pós-abolição que não efetivaram a garantia de qualidade de vida e reinserção social de pessoas não-brancas ex-escravizadas. Assim como a Lei Áurea foi um de aparato burocrático do Estado que não propiciou a experiência de reinserção social, o Código Criminal brasileiro de 1830, que deixou de enquadrar a homossexualidade como um crime, também não assegurou uma nova realidade social para pessoas que vivenciavam a diversidade sexual e de gênero, antes criminalizadas por suas identidades, como colocam Pretes e Vianna (2008 apud FREIRE; CARDINALI, 2012).

As consequências desse processo se revelam na contemporaneidade, nos demarcadores estatísticos apontados por Michels, Mott e Paulinho (2018). O Estado não realizou um movimento de reparação histórica e as populações subalternizadas vivenciam duramente vulnerabilidades que lhes garantem um lugar na sociedade: o lugar do corpo abjeto. Os segmentos trans e de travestis no Brasil, inclusive, são atravessadas por vulnerabilidades de classe e por violências profundas que lhes impõe uma expectativa de vida de 35 anos, e uma inexistente qualidade de vida.

São muitas as Lilis no Brasil, muitos corpos vulnerabilizados e desconsiderados pelo Estado. E é importante falar de Lili nesta seção, como uma figura política que intitula este trabalho, uma travesti da cidade de Cachoeira/Bahia,

presidenta da Associação Grupo Gay de Cachoeira, morta a tiros próxima a uma das principais praças do município. Lili não é só mais uma estatística, mas ela expressa o verdadeiro quadro da violência contra transexuais e travestis no Brasil. O caso de Lili nos mobiliza enquanto Recôncavo da Bahia para um levante necessário nas reconfigurações de nossas realidades.

No contexto de Portugal, pontuamos que no ano de 2006, após o “[...] caso Gisberta⁴⁰, trans brasileira assassinada na cidade do Porto, [...] torturada por 12 meninos de um internato da Igreja Católica” (COLLING, 2014, p. 248), as leis para pessoas LGBTI+ se ampliaram, “garantindo” a criminalização da violência sexual. Gisberta era uma mulher transexual brasileira, que vivenciou a experiência de ser profissional do sexo em Portugal, residindo no país como imigrante ilegal e se encontrando em situação de rua.

Mas o que se pode pensar sobre esse caso?

Vejam como estamos simbolicamente e dialeticamente atravessados enquanto territórios, no sentido de pensarmos que Portugal, junto à Igreja Católica, implantou a heterossexualidade como o padrão a se viver no Brasil, subalternizou corpos por suas orientações sexuais e performatividades de gênero e não realizou reparação histórica. Ao mesmo tempo, pode-se observar que um corpo extremamente vulnerável no contexto do território brasileiro, um corpo trans, migra para Portugal em busca de subsistir, vivencia novas vulnerabilidades e, por fim, é assassinado por meninos de um internado da Igreja Católica, a mesma religiosidade que institucionalizou a violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil, junto ao Estado.

O que este movimento cíclico carrega de simbólico? O caso Gisberta e o processo de colonização exploratória no Brasil falam sobre como não é ultrapassado discutir sobre soberania religiosa, sobre a centralidade da Europa ocidental no controle dos corpos, e, principalmente, como o necrobiopoder vivencia um caráter supranacional, e não somente territorial.

Essa transversalidade, que simbolicamente continua sendo marcada pelos frutos da branquitude tóxica, se revela essencialmente no perfil étnico-racial das (es/os) entrevistadas (es/os) da pesquisa e, sobretudo, no discurso das (es/os) entrevistadas (es/os) brasileiras (es/os) comprometido em demarcar as

⁴⁰ Ler mais sobre o caso em:
<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160218_brasileira_lgbt_portugal_mf>
(MADAME FILHO, 2016).

interseccionalidades, aspectos de raça e classe que falam sobre as diferenças existentes entre as conjunturas desses dois territórios.

As (es/os) 5 entrevistadas (es/os) do Brasil, apresentaram como perfil étnico-racial as identidades preta, negra ou parda, e trouxeram em suas falas problematizações quanto aos atravessamentos que lhes submetem a um contexto de vulnerabilidade. As (es/os) portuguesas (us/es), entretanto, se identificaram com o perfil étnico-racial branco, em unanimidade, em consonância também, com o que foi colocado por estas (us/es) quando todas (es/os) afirmaram que se sentem seguras (es/os) em Portugal.

A segurança pública no Brasil, como vimos, é uma segurança pública racista, uma segurança pública que direciona a sua truculência e desproteção a corpos pretos e pauperizados. Então, podemos afirmar, afinal, que a inexistência da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil é consequência do caráter racista e classista do Estado brasileiro e de suas formas de materializar a segurança pública.

Com esse comparativo, não estamos afirmando que há uma hierarquia de opressões, já que corroboramos com a perspectiva de reflexão de Audre Lorde (2015), que discute sobre a não-hierarquização das opressões. A proposta é discutir que há, a partir das análises realizadas, uma combinação de opressões, a interseccionalidade de classe, gênero e raça. São vivenciadas diferenciadas opressões, que, quando combinadas, manifestam novos fenômenos e outras expressões de vulnerabilidades, como coloca Crenshaw (2002 apud RODRIGUES, 2013).

Outra característica interessante para pensarmos as transversalidades postas aos territórios brasileiro e português é a percepção coletiva de Portugal sobre o Brasil, no sentido de reconhecerem as fragilidades postas ao território, no que toca a conjuntura sócio-política e de segurança do país. 4 das (es/os) 5 entrevistadas (es/os) em Portugal, mencionaram o Brasil como referência de país que se contrapõe ao contexto de segurança português.

[...] acho que Portugal, ainda é bastante seguro, porque se for comparar com muitos exemplos que temos aí pela Europa, talvez não tenha o que temer, e há algumas políticas sociais no que toca esse aspecto. E existir, existe mais a homofobia, mas as pessoas é difícil partirem para a violência. Se calhar muito fruto também, da covardia que nós temos. E esses assuntos são muito batidos.

Enquanto que eu acho que se comparar com um país como o Brasil, **toda a gente vê o Brasil como um país muito liberal e as pessoas também recriminam muito as coisas, e agora, se precisam, elas partem mais rápido para a violência ao próximo. É uma percepção que eu tenho forte.** (FRIDA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Existe segurança pública, porque comparando aos sítios onde eu estive, **estive no Brasil, em muitos estados, durante dois meses** e tive no oriente também, em vários países **e relativamente, Portugal é um país seguro.** (KARL, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Na verdade, sinto que [a questão da segurança pública...] é realmente um contraponto em comparação a muitas realidades à nível mundial. **Por exemplo, o próprio Brasil está na situação em que está. Principalmente pela parte política.** (MARSHA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Eu tenho um amigo meu brasileiro que ele veio estudar por Portugal e uma vez, acho que perguntei se ele tá a pensar ficar em Portugal ou voltar pra o Brasil. Ele disse que ainda não sabia muito bem, mas que, em Portugal, ele tinha a certeza que ao sair de casa não ia levar um tiro. E isso sempre me sensibilizou bastante, porque isso é coisa que a mim nem sequer me passar na cabeça, não é? [...] O resto do mundo, tu vês que, por exemplo, no Brasil, tens muitas pessoas trans que morrem todos os dias. Eu acho que enquanto o mundo tiver como está, acho que tens sempre um objetivo político e uma mensagem em todas as marchas que tu organizar. (GISBERTA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019).

Essa percepção se dá essencialmente através do senso comum, observado em nossas experiências etnográficas, que constrói em Portugal a ideia de que o Brasil é apenas um país pauperizado e extremamente violento, de forma espetacularizada, seletiva, que nos parece estar associada a uma socialização comprometida com a inferiorização do território brasileiro.

Apontamos, por fim, que existem lacunas nas legislações para pessoas LGBTI+ em Portugal, segundo Almeida (2010), importantes para pensarmos a transversalidade entre Brasil e Portugal. A realidade no país é de uma legislação que ainda não reconhece o casamento entre portuguesas (us/es) e estrangeiras (es/os) homo/bissexuais, explicitamente, bem como, não se solidariza na abertura para asilo de pessoas perseguidas por orientação sexual ou identidade de gênero, como coloca Almeida (2010).

Isso envolve objetivamente a relação de Portugal com outros países, no que toca as questões de acolhida a pessoas que vivenciam a diversidade sexual e de gênero, e é relevante para pensarmos nos direitos das pessoas brasileiras no

território português. Essa é uma das vias alternativas de estabelecimento da segurança pública. Garantir segurança, em determinadas conjunturas, é garantir acolhida para “refugiadas (es/os)”, ou estruturas legais para que essas pessoas permaneçam no território – inclusive através do casamento.

Assim, reconstruções são necessárias em ambos os países para uma nova vivência de realidades sociais, de ressignificação das percepções, e para a construção de uma segurança supranacional, que se sinta confortável em buscar amparo em outro território, marcado, inclusive, por semelhanças linguísticas e culturais que favorecem os processos de adaptação.

Enfim, questionamos se há garantias de segurança no Brasil e em Portugal, e, sobretudo, se há segurança para pessoas LGBTI+ e identificamos, no desenvolvimento deste capítulo, uma ineficiência do Estado na garantia da segurança dos corpos estigmatizados por suas orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes. É importante salientar que as violências vivenciadas nos territórios brasileiro e português são distintas, se expressando a violência em Portugal através da agressão verbal e psicológica, e no Brasil, de forma mais física e letal. Contudo, qualquer forma de violência apontada, demanda discussão e enfrentamento, e não pode ser inferiorizada ou comparada, já que atuam de formas diferentes com impactos distintos e que devem ser considerados. Para uma ampliação dessas discussões, recorreremos aos Movimentos Sociais, a uma conexão profunda com estes, tornando, organicamente, esta uma pesquisa, uma ferramenta intelectual militante.

O capítulo final deste trabalho se debruçará sobre as falas de militantes LGBTI+ do Brasil e de Portugal, que trazem em seus relatos como se sentem, como se organizam estrategicamente e politicamente, e o que se pode pensar enquanto articulação de melhorias de vida para a população LGBTI+ em um contexto de crise estrutural, a nível mundial, das relações sociais.

3 “EU NÃO OUÇO O MEU GRITO NA TREVA”: os Movimentos LGBTI+ nos territórios brasileiro e português

Se nos capítulos anteriores, o grito foi uma ferramenta de manifestação literal ou metafórica da violência – seja pela ação truculenta das forças de segurança na contemporaneidade, ou pelas violações profundas das instituições que construíram a nossa historicidade – neste capítulo, o grito será uma estratégia de resistência, uma ressignificação deste símbolo para falarmos de quem tem se posicionado contra políticas de austeridade, a discriminação de determinados segmentos e na construção de outra sociedade livre de opressões.

As vozes que realizam um movimento contra-hegemônico são expressas pelos Movimentos Sociais. Esses Movimentos tiveram início com os Movimentos Operários, influenciados pelos direcionamentos do marxismo, mas outros Movimentos identitários surgiram *a posteriori* no sentido da garantia de condições objetivas de existência para determinados indivíduos nesta sociedade, como aponta Montaño e Duriguetto (2011 apud CRUZ, 2019).

Duriguetto, Souza e Silva (2009) discutem que os Movimentos Sociais, como formas de organização da Sociedade Civil, tiveram um crescimento expressivo no contexto nacional e latino-americano no final de 1970, com o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”. Boschi (1987 apud DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009) pontua que esses Movimentos trazem, a partir de então, como demanda, direitos sociais, civis e políticos.

No que toca os marcos para o Movimento LGBTI+, é importante rememorar a Revolta de *Stonewall* que aconteceu no ano de 1969 em Nova York, um movimento político de enfrentamento de lésbicas, gay, bissexuais e pessoas trans contra as frequentes batidas policiais no bar *Stonewall*, frequentado por pessoas LGBTI+ (FREIRE; CARDINALI, 2012). Após esse movimento, grupos de homossexuais por todo o mundo começaram a despontar, dando início ao que hoje conhecemos como Movimentos LGBTI+ e *Queer*.

No que toca a construção das primeiras expressões do Movimento LGBTI+ no Brasil, é somente nos anos pós-1975 que o chamado Movimento de Libertação Homossexual no Brasil se constrói, a partir da experiência de pessoas que tinham sido exiladas durante a Ditadura Militar e que retornaram com vivências do exterior, e inquietações que possibilitaram a construção desse Movimento (LOURO, 2001).

Louro (2001) discute também, o lugar que esse Movimento ocupou repetindo a lógica centrada na masculinidade branca, já que o Movimento de Libertação Homossexual não visibilizava – e, de algumas formas, ainda não visibiliza – os segmentos de mulheres lésbicas, pessoas bissexuais, pessoas trans e travestis. Este Movimento, também não dialogou com as questões interseccionais, se conectando com as demandas de pessoas LGBTI+ que não correspondiam ao padrão cis, branco, de classe média/alta e de performatividade heteronormativa.

No início da década de 80, o Movimento Homossexual foi marcado por um processo de estigmatização profundo com o surgimento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), em especial o HIV/AIDS, que foram associadas às pessoas homossexuais, uma expressão, segundo Louro (2001), da forma crua da homofobia.

A partir dos anos de 1990, o Movimento Homossexual se conectou com novos tensionamentos, especialmente após a aprovação da Constituição de 1988, que não garantiu a criminalização da homofobia, demanda colocada pela militância LGBTI+ da época, como aponta Trevisan (2011 apud FREIRE; CARDINALI, 2012).

Em 1995, foi realizada a primeira Parada Gay do Brasil, no Rio de Janeiro, como colocam Freire e Cardinali (2012), conquista importante para o Movimento. A partir de então, o Movimento Homossexual adquiriu novas roupagens.

Estes grupos passaram a se denominar por diversas siglas, como GLT (Gays, Lésbicas e Travestis); GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais); GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) etc. (FREIRE; CARDINALI, 2012, p. 46).

Sobre a historicidade dos Movimentos LGBTI+ em Portugal, Colling (2015) traz que mesmo antes do surgimento de coletivos LGBTI+ institucionalizados, que se deu a partir de 1990, já havia ações no país, ligadas à temática. Santos (2004a apud COLLING, 2015) colore que logo depois do “abril de 1974”, que data a Revolução dos Cravos e o fim da Ditadura de Salazar em Portugal, algumas manifestações centradas na homossexualidade começaram a aparecer, e em 1980 foi criado o Coletivo de Homossexuais Revolucionários (CHOR).

Após a epidemia mundial referente ao HIV/AIDS, os coletivos LGBTI+ em Portugal construíram as suas primeiras articulações. Assim, segundo Colling (2015) em 1991 foi criado o Grupo de Trabalho Homossexual (GTH), e posterior a ele, outros importantes Movimentos surgiram, como a *International Lesbian and Gay Association* (ILGA), em português, Associação Internacional de Gays e Lésbicas, o

Clube Safo, entre outros que serão trazidos nas falas das (es/os) entrevistadas (es/os).

Colling (2015), Freire e Cardinali (2012) e Louro (2001) afirmam que os Movimentos LGBTI+, através da ação política e estratégica, conquistaram direitos expressos através de legislações, políticas públicas e atividades voltadas à população. Contudo, como vimos no capítulo anterior, as estruturas asseguradas ainda não são suficientes para a garantia das possibilidades de existência de pessoas que vivenciam a diversidade sexual e de gênero.

Esse capítulo se constituirá em uma experiência aprofundada na fala das (es/os) ativistas, através de uma escuta sensível às suas histórias, demandas, e observações sobre as realidades para a população LGBTI+ no Brasil e em Portugal. O objetivo aqui, não é apenas apontar as fragilidades postas às pessoas LGBTI+, nem mesmo utilizar os discursos que serão apresentados como estratégia de comoção, mas como fatos que precisam ser dialogados de maneira séria e comprometida com a transformação das realidades, e, essencialmente, objetivando identificar os tensionamentos dos Movimentos Sociais que militam pela diversidade sexual e de gênero nos territórios brasileiro e português, no sentido de visibilizá-los e contribuir para as suas efetivações.

3.1 Um Grito Militante: relatos sobre violência, sensação de [in]segurança e vivências, de militantes LGBTI+ brasileiras (es/os) e portuguesas (us/es)

A princípio, é relevante apontar a metodologia que será utilizada nesta seção, que será construída com foco nas nossas análises das referências primárias, a partir dos diálogos realizados nas entrevistas semiestruturadas, e tratará de falar sobre alguns pontos centrais que envolvem a construção da subjetividade das (es/os) militantes em relação às suas sensações de risco/segurança, casos de violências sofridas por estas (us/es) e as suas observações sobre o lugar que se encontram, e sobre a identidade que carregam.

É necessário demarcar, contudo, que os relatos apresentados a seguir pertencem a militantes inseridas (es/os) em territorialidades específicas, podendo os seus discursos, terem características inerentes à experiência territorial. Então, o objetivo é entender cada discurso, não como pertencente a uma amostragem, mas como uma experiência subjetiva, através do uso da etnografia implicada e com

militantes, no Brasil, do Recôncavo da Bahia e capital do estado supracitado, bem como, em Portugal, da região administrativa (não implementada) de Trás-os-Montes e Alto Douro, equivalentes às regiões do Brasil, e mais especificamente, as cidades de Vila Real e Bragança.

Ao longo de nossas análises, observamos uma característica na fala de militantes do Brasil, corroborando com os estudos desenvolvidos no capítulo anterior, sobre a relação das forças de segurança no país com as militantes LGBTI+ e sobre como essa relação de contradições se dá no cotidiano, com conflitos simbólicos inseridos nessa dialética e nos embates existentes entre esses dois grupos.

Optamos por trazer os relatos na íntegra, contextualizando de que forma a segurança pública no Brasil tem sido uma política que, não somente é inerte na construção de uma efetiva garantia de segurança, mas se apresenta como a figura que amedronta e viola direitos, que constrói novas formas de violências institucionais.

A entrevistada Lili fala do medo como uma experiência da população LGBTI+, e demarca como esse sentimento se transporta, na construção de um imaginário coletivo, para as figuras das forças de segurança, em especial da Polícia Militar (PM).

[...] vivemos o medo enquanto segmento LGBTI e enquanto mulheres lésbicas, assim, a partir de outras particularidades, né, do medo a partir do lugar de mulher e o medo enquanto mulher lésbica que tem outras violências aí que compõem e que estão aí para os nossos corpos, né? **Inclusive o medo da própria segurança pública.** No meu contato, assim né, eu já fui presa, já fui detida, já fui levada pra uma delegacia por conta do uso da maconha. Numa praia, perto da casa de mainha, ali em Itapuã, aquele rolê que já compunha a minha vida e tudo o mais, que eu fui lá fumar um antes de ir pra uma outra atividade, com uma galera que já tava lá na praia, curtindo a praia, olhando o mar, relaxando mesmo, fumando um, socializando, aquela pegada, ninguém oprimindo ninguém, ninguém, sabe? Nada, nada rolando assim. **De repente, a segurança pública está ali, né? E aí a forma como essa segurança pública constrói as suas abordagens, já nos coloca num lugar de insegurança, já nos violenta.** E aí particularmente, né, em relação a mim foi uma atuação que desconsiderou a minha existência, né? E o tempo todo os policiais repetiam que eu era um homem e que se eu queria ser homem, eu ia ser tratada como homem naquele espaço. E ainda que eu dissesse pra eles que eu não era um homem, que eu não queria ser homem, que eu era uma mulher e uma mulher lésbica e queria que ele me respeitasse enquanto mulher, ele reafirmava pra mim que

o tratamento seria um tratamento de um homem. E aí na linguagem deles, né, o tratamento de um homem é esse tratamento violento, é esse tratamento sujeito a espancamentos, algo que seja, né? E aí foram suscetivas violências nesse processo de abordagem, diante destes, né, que **deveriam me garantir a segurança** e que muito pelo contrário. Então, foi um momento de muita tensão, né, de muito medo em que a todo o momento eles construíram aquela relação a partir da coerção, então, por estarem armados e mostrarem as armas, tiraram fotografias indevidas e tiraram porque seguraram os nossos rostos, né, seguraram o meu rosto, assim, seguraram na arma como se me dissessem "se você não tirar a foto, cê morre!". Fui pra delegacia, na ida pra delegacia eu tava de carro, eles vasculharam meu carro todo e não tinha espaço pra todo mundo que foi detido no momento irem nos camburões, né, que se tinham ali nos carros, nas viaturas. E aí eu fui entre duas viaturas E aí nesse processo de ida eu consegui ligar pro meu pai, consegui botar o celular na coxa e ligar pro meu pai e dizer pra delegacia que eu tava indo, a delegacia lá de Itapuã. E aí quando eu cheguei nesse espaço foram várias outras violências, assim né, da qual fui submetida, de ficar nua, e de ter que agachar diversas vezes **com uma mulher, né, mas dessa atuação, dessa relação também ser uma relação muito violenta**. E depois tá ali em contato com o delegado e ele tirando arma, botando a arma na mesa, pra poder, de fato, nos amedrontar. E sempre muito violento, né, de trancar pessoas na sala, fazer todo mundo sair, trancar pessoas na sala e ficar lá, assim, imaginando "o que é que tá ali acontecendo com aquele corpo? Aquele outro corpo vulnerado que tá ali também sendo violentado.". E aquilo é uma violência, né? Estar exposta a isso, sentada no chão, sem água, sem alimento, sem possibilidade de ir ao banheiro. E aí o momento mais violento, assim né, foi quando eles nos levaram pra cela e aí era um compartimento de celas dividido em três celas, e aí eu era a única mulher desse grupo que foi detido. E todo o grupo, ele falou pra todos eles ficarem de cueca e entrarem em uma das celas. E aí ele disse que eu ia entrar na cela também, que eu ia entrar na cela com esses homens de cueca. E naquele momento eu entendi que se eu entrasse naquela cela, eu ia ser estuprada. Ia ser estuprada por todos eles porque ninguém ia, de alguma forma, me defender, né? E aí eu sentei no chão e comecei a chorar, comecei a chorar e comecei a dizer pra eles que eu não ia entrar naquela cela, que ou eles me matavam ou eles me colocavam numa outra cela. Mas naquela cela eu não ia entrar. E aí eles tiraram as armas e gritando pra que eu entrasse na cela, e eu chorando, chorando no chão, sabendo que eu tava ali porque eu preferia morrer do que ser estuprada. E aí eles foram e me colocaram numa outra cela, assim. Eu cheguei lá às 3 da tarde e fiquei lá até meia noite, e **eles só nos violentando psicologicamente**, iam, voltavam, diziam "é, né? Cês não vão sair hoje. Cês não vão sair hoje." por causa de um baseado. Na realidade, por causa de sermos quem éramos, né? Eu saí meia noite porque consegui ligar pro meu pai, e meu pai é um homem branco advogado, e que conseguiu que eu saísse meia noite. Mas eu fiquei lá até meia noite porque eu era esse corpo sapatão com uma performatividade dissidente. Os outros rapazes que ficaram lá até o dia amanhecer foram presos porque eram pretos, periféricos. E foi isso que teve, né, um lugar principal pra nos inserir nesse contexto de tantas violências, foram as nossas identidades, quem somos.

Para além do delito, do que se quiser, né, que queira se dizer sobre, crime, sei lá, não é nem crime fumar baseado, mas assim, **os nossos corpos que garantiram a eles a legitimidade de nos violentarem como violentaram.** (LILI, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Pontos importantes observados por Lili desvelam as distintas formas de violência direcionadas a corpos abjetos pelas forças de segurança pública no Brasil. Ela demarcou a violência psicológica, a violência moral – manifestada através das contínuas humilhações e exposição a situações de constrangimento – a própria violência física nos relatos sobre a ação coercitiva e truculenta dos policiais, expressões da violência sexual na submissão do corpo de uma mulher lésbica à experiência da possibilidade de um estupro coletivo e corretivo. Houve com Lili, um abuso de poder, o uso da repressão à sexualidade como ferramenta de controle, como discute Foucault (2018). Sobretudo, uma intervenção disciplinar do corpo sapatão e que não performa a feminilidade.

E de maneira muito energética, Lili demarca a construção da violência institucional, que nos mostra como as instituições estatais no Brasil têm se inserido num contexto de fragilidades no seu papel de mediação entre o direito e a Sociedade Civil.

Outro aspecto a ser refletido quando Lili fala da policial mulher que contribuiu para uma abordagem violenta, é sobre os deslocamentos realizados entre o lugar de quem é oprimido para o de quem reproduz a opressão, e sobre como estamos inseridos nas instituições estatais, e nesse caso, mais especificamente, nas forças de segurança pública, enquanto grupos identitários vulneráveis, mas sobre, também, como muitas representações desses grupos se mantêm inertes, não subvertendo a norma dentro desses sistemas, ou reproduzindo mais opressões.

Matheusa problematiza outra forma de violência contra os corpos LGBTI+ que se dá através da negligência da segurança pública com os nossos corpos:

Sinceramente, o único local que a gente tem como direito ir é a delegacia, mas eu não garanto se você vai ser realmente bem atendido. [...] Se a sua ocorrência vai ser atendida, realmente, com respeito. Porque aqui, geralmente, que já aconteceu de eu ir fazer algumas, porque já tive bate-bocas, essas coisas, então eles não dão muita importância pra uma denúncia de uma transexual, de um gay. Eles fazem pouco caso, “é viado, briga de viado, é briga...”. Eles não tão nem aí. (MATHEUSA, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019).

A fala de Matheusa acompanha o que apontam Mello, Avelar e Brito (2014, p. 305) sobre a complexa construção de estatísticas e pesquisas que apresentem o quadro severo de violências contra pessoas LGBTI+ no Brasil, “[...] entre outras razões, porque o sistema policial ainda não faz o registro adequado de ocorrências contra essa população [...]”. Mello, Avelar e Brito (2014), colorem, contudo, que existem iniciativas ainda incipientes e pontuais que têm desenvolvido estratégias de registro efetivo dos Boletins de Ocorrência (BO) apresentados pelas pessoas LGBTI+.

[...] era um dia 4 de novembro de 2018, eu tava saindo da universidade pra casa de uma amiga minha que ela tava fazendo aniversário, e nisso, eu tava lá, a gente começou a beber e tal e aí na saída foi quando eu fui abordado por esses dois caras, e aí essa amiga minha começou a correr, e ela correu e foi pedir ajuda, né, só que tipo, nisso começou a seção de agressões. Um dos caras ainda correu atrás dela, só que não conseguiu alcançar e aí ele começou as agressões, né? Ele usava um tipo de um objeto na mão, tipo um soco inglês, mas só que não era exatamente soco inglês, eu não lembro, né? Mas era um objeto metálico que ele machucava bastante. Enquanto o outro tava parado na minha frente, soltava frases tipo de "vamos matar esse viado!", sabe? E isso ficou o tempo todo, né? Quando eles conseguiram se dispersar que eu consegui correr, pedi ajuda em um bar, fui pro hospital. E aí começa a segunda fase da violência, porque foram diversas violências naquela noite. Eu cheguei no hospital e eu tava sangrando muito, e aí o médico tipo, olhou, limpou a área e pegou e falou assim "ah, isso não foi nada demais!", o médico falou isso "não foi nada demais!". E eu tinha perdido três dentes da boca, né? E olhou pra minha cara e falou "ah, é só você botar de novo! Tá tudo certo.". E aí eu tava dentro do hospital quando... Aí a recepcionista, né, eu saí do hospital, fui conversar com a recepcionista e eu tava muito assustado de sair do hospital e ir pra casa, que era algo tipo assim impossível pra eu fazer naquele momento. E aí a recepcionista ligou pra polícia militar, a polícia militar falou que estava a caminho e não chegou lá, e aí ela ligou novamente, foi quando a polícia militar chegou e me levou até a delegacia pra poder prestar o BO, né? E nisso, quando eu cheguei na delegacia, o plantonista tava dormindo, ainda tem esse rolê que **eu fiquei lá chamando por horas, ele acordou e falou que o hospital tinha que ter me dado um documento pra eu levar pra delegacia pra eu prestar o BO.** Só que eu olhei e falei assim "o hospital nem me atendeu, como é que eles vão me dar algum documento pra fazer o BO?". E nisso, ele mandou eu voltar no outro dia, 10 horas da manhã, porque o sistema tava fora do ar. Aí eu voltei 10 horas da manhã, fiz o BO e nisso eu vim pra Santo Amaro, né, que era a cidade mais próxima, fiz o corpo de delito, né, que foi encaminhado pra delegacia. [...] E aí depois disso a cidade conseguiu uma advogada pra mim, e aí o processo começou rolando, né? E aí as audiências, eu sempre ia pras audiências sempre tá revivendo, sempre aquilo ali. E aí sempre algumas

peças eram intimadas, só que **os agressores, de fato, que já tinham sido identificados, eles nunca foram intimados.** E tipo se passou um ano depois, sabe? [...] **o meu BO saiu como roubo, sendo que nada meu foi roubado, entende?** Tipo, saiu como roubo e quando foi questionado, eles queriam colocar que era, tipo [...] uma palavra, assim, que diminuía o peso da homofobia, sabe? (MASCARENHAS, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Mascarenhas apresenta importantes questões a serem discutidas, em seu relato. O primeiro ponto é sobre as disfunções da burocracia que dificultam o desenvolvimento da denúncia e que desmobilizam a vítima na condução do processo.

Destaca-se, também, a desassistência das instituições estatais aos corpos que vivenciam a diversidade sexual e de gênero, sejam as instituições de saúde, o hospital, ou as de segurança, a delegacia, e a própria Universidade, já que, em outro momento da fala (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019), Mascarenhas traz que vinha denunciando à gestão da Universidade, casos recorrentes de homofobia e violências de gênero que foram negligenciados por esta. Assim, é possível falar de uma atuação institucional coletiva para a materialização do Estado do seu poder de fazer morrer corpos (BENTO, 2018).

É importante questionar também, no contexto em que se comemora a aprovação da criminalização da lesbo/homo/bi/transfobia no Brasil, a efetividade desta e como será conduzida, visto que as realidades que se apresentam circunscrevem que não há efetividade no acompanhamento, investigação, e penalização, na ocorrência de alguma forma de violência contra pessoas LGBTI+.

Livia Santana Vaz⁴¹, em uma fala proferida no IV Seminário Nacional de Segurança Pública sem LGBTIfobia⁴², trouxe algumas críticas sobre a criminalização da lesbo/homo/bi/transfobia no Brasil, importantes de serem contempladas nesse trabalho.

De início, é relevante compreendermos a aprovação do STF. Muito tem se falado sobre a lei que criminaliza a lesbo/homo/bi/transfobia no Brasil, mas o que ainda não está no campo daquilo que é acessível à população é que a aprovação do STF não criou uma nova lei, mas decidiu pela criminalização da

⁴¹ Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz é Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, Mestra em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

⁴² O seminário aconteceu no dia 6 de dezembro do ano corrente na UFBA, em Salvador, e trouxe como eixo central da discussão "Segurança Pública e Interseccionalidade".

lesbo/homo/bi/transfobia a partir da Lei do Racismo (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989), entendendo que há um processo de divisão da humanidade em classes e algumas delas são subalternizadas em detrimento de outras, corroborando com as discussões que apontamos ao final do primeiro capítulo.

Contudo, Livia Santana Vaz construiu algumas reflexões entendendo como problemática a relativização do conceito de racismo, o que abarcaria nessa concepção outras formas de subalternização de indivíduos através da misoginia, do capacitismo, da gordofobia, entre outras formas de opressão. Uma questão importante que ela colocou em sua fala, relevante para um entendimento mais palpável da discussão é se “mulheres brancas sofrem racismo ao serem agredidas pelo companheiro”.

Ela coloca que as violências irão atuar de formas diferenciadas, e que é necessário reconhecer os processos históricos distintos para cada segmento populacional, para não correremos o risco de “colocarmos tudo no mesmo pacote” e deslegitimarmos algumas lutas históricas postas por essas populações.

E, de fato, quando apontamos que a lesbo/homo/bi/transfobia no Brasil é fruto de uma política de subalternização da natureza e da biologia (vida) de determinados grupos, e, conseqüentemente, de uma branquitude tóxica, não estamos aqui apontando que essas violências atuam da mesma forma que o racismo contra pessoas não-brancas. As violências contra pessoas LGBTI+, segundo Livia, carregam, por exemplo, características muito específicas como a exclusão por parte da família, a patologização e criação de políticas curativas para esta população, e vulnerabilidades no que toca a saúde do segmento, na hormonização e redesignação sexual de pessoas transexuais, na saúde sexual das mulheres que se relacionam com mulheres, no acesso às instituições de saúde pela população LGBTI+.

Por fim, a deputada estadual Robeyoncé Lima⁴³ complementou a fala de Livia no mesmo seminário, concluindo que criminalizar a lesbo/homo/bi/transfobia no Brasil carrega dois objetivos, “mata [literalmente] dois coelhos com uma cajadada só”. O primeiro atua na higienização social, construindo uma nova expressão para uma legislação, no sentido de criminalizar e aprisionar pessoas negras e pobres, corroborando com a discussão de Davis (2018). O segundo se materializa no

⁴³ Co-deputada estadual pelo “Juntas”, e primeira advogada travesti de Pernambuco.

amansamento dos Movimentos Sociais, em outras palavras, “um cala-boca pras travestis” que estão tensionando por medidas no âmbito legislativo para a população LGBTI+.

É necessário, portanto, uma pressão por parte dos Movimentos LGBTI+, *Queer*, Movimentos de Negras e Negros, Movimentos Indígenas, para que debates profundos sejam construídos no sentido da efetiva construção de aparatos legais que não contribuam para novas formas de opressão e de insegurança, ou mesmo que desconsiderem a interseccionalidade.

Marielle, reforçando a necessidade de pensarmos de maneira interseccional as expressões da questão social, traz o seguinte relato:

[...] tive que ser sempre muito forte porque as minhas condicionalidades de classe e raça sempre me atravessaram. Então, quando eu me descobri uma mulher bissexual, que ama outras mulheres, foi algo que eu tive que ter ainda mais força pra continuar sendo quem eu já era. (MARIELLE, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019).

No contexto de Portugal, as expressões da violência contra pessoas LGBTI+, como já apontado por Oliveira et al. (2010 apud CARVALHO, 2012), se dão por meio de agressões verbais, e as (es/os) militantes destacam que as violências se dão com mais intensidade contra as performances de gênero dissidentes, do que com própria identidade ou orientação sexual.

Eu acho que ser mulher lésbica em Portugal já não é tão difícil como antigamente. Eu sou uma lésbica em Trás-os-Montes. Eu assumi-me como lésbica e como ativista em Bragança, em Trás-os-Montes, e agora também em Vila Real. E, assim, no meu dia-a-dia, na rua, não sinto grandes represálias. **Sinto mais represálias mais até a nível da expressão de gênero.** (GISBERTA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Pronto, como pessoa que passa, se calhar, muitas vezes por cis[gênero] hétero, acabo por não sofrer a mesma discriminação que sentiria, se calhar, se fosse uma pessoa que fosse mais visivelmente LGBT. Ao mesmo tempo, isso implica uma invisibilidade né? (RIVERA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

No que toca os relatos das (es/os) militantes sobre as experiências em que se sentiram inseguras (es/os), Marsha trouxe um relato que nos permite compreender que ainda que problemáticas estejam postas às forças de segurança em Portugal,

outras realidades estão atravessadas no país, que traz a segurança pública para um lugar de atuação efetiva, ainda que em ocorrências vivenciadas pelos corpos LGBTI+.

[...] em Lisboa, numa cidade dita, há muito mais tempo, já com mais aceitação destas causas, claro que se depende sempre dos bairros, entre muitas circunstâncias, mas eu e o meu namorado, à altura – isso já foi há 10 anos, imagina, algumas coisas não se esquece – fomos perseguidos, durante metros, desde o sítio onde entramos e nem sequer, na altura estávamos de mão dada e nos demos um beijo, porque pelas nossas conversas, à espera do metro [metrô], estava um homem na esquina, na altura, grande "brutamontes" mesmo, de metros, cheio de tatuagens [...]. Em público não nos assumíamos muito, mas temos as nossas conversas. Ele ouviu-nos a falar, então reparou que éramos gays, então perseguiu-nos o tempo todo durante as várias estações. Nós saímos numa estação antes [...], sabíamos que havia muita gente muita gente, e vai aumentar a polícia, e ele a seguir-nos o tempo todo. Nós já em pânico, "o que é que vai acontecer?". Um homem daquele tamanho, em que nós éramos dois, mas ele conseguia lidar conosco, certeza. Tinha cento e tal quilos de músculo gigantesco, quase 2 metros de altura e com um comportamento, e com um olhar que era mesmo de ataque e de reprovação e etc. E só conseguimos livrar-nos dele quando numa vez, por lá, **encontramos polícia, ficamos atrás da polícia durante meia hora. E aí ele dispersou, falamos com a polícia, ela acompanhou-nos até uma saída**, e fomos dali à pé até a casa. A andar 40 minutos até a casa, com um medo tremendo. (MARSHA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Assim, há importantes demarcações nas falas das (es/os) entrevistadas (es/os) que contribui para que possamos apreender a realidade social em ambos os territórios e construir estratégias de luta e resistência, na construção de uma sociabilidade livre de opressões.

E antes de elencarmos quais estratégias já estão sendo traçadas e como os Movimentos Sociais têm se organizado para a materialização destas, faremos um adendo na discussão, trazendo um diário de campo de uma experiência importante para a ampliação de alguns olhares moldados até aqui.

3.1.1 Meu Corpo LGBTI+ e a Experiência de Etnografia Implicada: um breve diário de campo

Outro dia, andando na rua com um outro cara/ Ouvi gritos, ele também/ Nós abraçados, os braços trançados com afeto/ Os corpos um tanto descobertos para o frio que fazia/ E o frio de alguns lugares dói!/ Mas não foi tão doloroso quanto as palavras naquela via/ Uma

viela escondida, e nós tão expostos/ Eles diziam: paineleiros, procurem uma mulher pra vocês!/ E doía/ Não porque um bando de babacas resolveram perturbar dois caras/ Que já se acostumaram a engolir a acidez/ De ser um sodomita, um viado, um paineleiro,/ Ou qualquer expressão da vez/ Doía porque são milhares de babacas/ E nós, limpando a baba dos que nos procuram durante a noite/ E aturando em nossas histórias as suas podres carcaças/ Que desgraça!

Pra onde vou agora?/ Pra onde corro? Onde me escondo?/ Ou devo me expor um pouco mais?/ Ah, então eu devo me expor? Não era pra eu ficar eternamente no armário? Então vem! Senta aqui pra ouvir uma história!/ Não demoro nem meia hora/ Pra falar do que me dói/ Talvez nem 30 segundos/ Pra te dizer de quantas vezes fui um pêssego mordido/ Um objeto sexual/ Uma oferenda para acalmar os desejos/ Dos homens incontidos/ Não preciso disso tudo pra falar/ De quantas vezes já dancei na fogueira/ Do calor aquecendo minhas pernas/ E não era calor de lareira/ Meus olhos refletiam a cor do fogo/ Então meio alaranjados/ Talvez a cor de pêssego,/ Pouco menos desbotado./ Vi minhas “bolas” amarradas/ Meu corpo dilacerado/ E parece que a caça às bruxas/ Caçou um bando de viado/ Meus ancestrais foram estourados no ar/ Sabe canhões? É, canhões.../ Explodia em milhões/ Os restos de um corpo taxado pelo crime e pelo pecado/ Vou te contar só mais um pouquinho/ Sobre os campos de concentração/ Coisa que não se fala na televisão/ Talvez porque não seja interessante para a mídia/ Falar de historicidade, representatividade/ O discurso da diversidade/ É muito bonito/ Contemplando os tantos homens brancos heteros com grana no bolso/ Fico perplexo como eles são diferentes um do outro!/ E me perdoem o deboche/ Mas deboche é cansaço/ Grito é exaustão/ Por ver tantos corpos tombados no chão/ De ver meus pares num campo de concentração pra amontoar futuros mortos/ E foram mais de 220 mil homossexuais/ Isso mesmo, 220 mil homossexuais, meus amigos/ Espíritos tortos/ Assassinaados pela fuga do padrão/ Ah, obrigado igreja, religião/ Por abrir as portas da prisão/ Ou pra minha entrada no caixão/ A minha história carrega uma doença consigo/ Lá nos anos 80, “pobres esquisitos, agora têm AIDS/ E eles serão eternamente culpados por isso/ Proíbam já as suas experiências de corpo/ Espanquem, pais! É melhor ter um filho morto que um filho viado”/ E nossas crianças CRI-AN-ÇAS/ Elas já são violentadas por não carregarem o trejeito padrão/ Elas são estupradas pelo padrasto, tio, pai, vizinho, irmão/ Violados no cerne de sua sexualidade/ Obrigados a entender e não opinar/ Somente se calar!/ Mas não ficará assim/ Não! Não vai ficar!/ Porque nós falaremos com elas,/ Porque já nos posicionamos,/ Porque já envelhecemos/ Já sabemos o que é ser uma bicha velha/ Já sentimos também,/ A dor de ser um corpo enrugado e frágil/ E marcado pelos flagelos da heteronorma/ E isso é vitória!/ Ser a primeira geração de nossos pares a chegar na velhice/ Mesmo com tantas perdas na história/ A história está mudando!/ Mesmo com a minha amiga sapatão/ Tendo que ouvir ainda, na reunião da igreja/ Que isso não é coisa de cristão/ O meu amigo pelo pai foi ameaçado/ E a cada dia afirma ainda mais o seu “ser viado”/ E assim nós resistiremos/ Lili foi assassinaada, a travesti do Recôncavo favelada/ Mas nós resistiremos/ E eu não aceito mais não falar do meu amor/ Não aceito escondê-lo do mundo/ Não aceito que sejamos aniquilados/ E a negligência do Estado/ Quando não é

ele que nos mata diretamente/ NÃO! Nunca irei aceitar./ Não sei onde estaremos na próxima estação/ Que não esteja quente como o calor de um verão/ A ponto de gerar desconforto, insolação,/ Nem como o inverno, frio e inerte a toda essa questão./ Talvez uma primavera seja necessária/ No mais florido e aviadado estado de uma estação/ Para alcançarmos em plenitude/ O direito de ser e de dizer não!/ Não a ser assassinado a cada 25 horas/ Não ao estupro corretivo/ Não ao amor escondido num armário trancado/ Não aos direitos retirados/ Não a ouvir nas ruas: paineleiros, procurem uma mulher pra vocês!

NÃO!

(O autor)

Peço licença, nesta seção, para falar em primeira pessoa porque acredito que este relato pertence a uma construção que atravessa as minhas subjetividades enquanto autor, de olhares sobre a realidade empírica à qual, também pertenço. O procedimento metodológico utilizado neste tópico, então, se materializa a partir da etnografia implicada. Segundo Mattos (2011):

Etnografia é também conhecida como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos, por exemplo: uma escola toda ou um grupo de estudo em uma determinada sala de aula.

Assim, nos apropriamos desse procedimento metodológico no sentido de entender que os relatos das (es/os) militantes que participaram da entrevista semiestruturada seriam relevante para o processo empírico da pesquisa, mas um breve diário de campo que contribuísse para uma análise mais aprofundada e para a abordagem de pontos que não foram trazidos em suas falas, seria complementar. E assim, construí o relato disposto a seguir, no sentido de me entender enquanto uma pessoa LGBTI+ que teve a oportunidade de analisar os contextos de ambos os territórios estudados, Brasil e Portugal, e de se compreender inserido nesses contextos.

Então, devo dar início a esta seção, afirmando que a experiência de ser um corpo político LGBTI+ em outro país é assustadora, principalmente quando esse corpo se movimenta no campo da intelectualidade e carrega conhecimento sobre as dimensões de violências que podem ser vivenciadas por determinados segmentos.

Morei em Portugal, permanecendo neste território – que para mim, simboliza sensação de segurança e hostilidade, de uma forma paradoxalmente arranhada, mas que será discutida mais à frente – por um período de 5 meses. Residi na cidade de Bragança, um município português com pouco mais de 35 mil habitantes, a partir da experiência de Mobilidade Internacional no Instituto Politécnico de Bragança (IPB) – um programa da Superintendência de Assuntos Internacionais (SUPAI) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), à qual estou vinculado como discente de Serviço Social – cursando componentes curriculares da licenciatura de Educação Social e do mestrado de Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida.

Bragança é uma cidade com formato interiorano, com um aparente crescimento após a chegada do IPB, e que carrega as expressões de ser uma cidade de interior, com pouco acesso a espaços de desconstrução e de debate, para novas vivências de realidades, e para um efetivo acolhimento das realidades oprimidas.

E a adaptação desse meu corpo de um homem cisgênero gay, e que neste território, carregou uma nova questão, a marca de ser um corpo latino na Europa, é assustadora. Assustadora porque é uma realidade desconhecida, porque nossas vidas são vidas que sentem-se inseguras constantemente, porque simbolicamente, existe um desafio ao corpo brasileiro, principalmente pelos portugueses, que foram os maiores exploradores do nosso território e que nos violentaram enquanto povos e indivíduos de diversas formas.

Por outro lado, pude experimentar uma sensação de segurança que jamais tinha sentido no Brasil. Isso está relacionado com os investimentos do Estado português em políticas públicas que garantem qualidade de vida à população, com um governo, atualmente, de esquerda socialista, e com a construção de legislações, que, no campo formal, garantem a proteção de corpos LGBTI+.

As primeiras observações surgiram em sala de aula, já que tentei aproximar o desenvolvimento dos trabalhos que realizei nas disciplinas com a minha linha de pesquisa. E me causou estranheza o fato de algumas (mes/ns) portuguesas (us/es) não conhecerem nem a sigla LGBTI+, não saberem o que significa, e não terem o menor tipo de aproximação com o debate, ainda que essa observação tenha sido realizada dentro da Escola de Educação do IPB, uma escola com cursos mais no campo das ciências humanas, artes e educação.

Aparentemente, isso está associado a um distanciamento das juventudes que compõem esse território, dos Movimentos Sociais. Ainda em sala de aula, pude perceber que alguns conceitos, que estão inseridos no cotidiano do ativismo brasileiro, ainda se encontram distantes de Portugal, como o conceito de “empoderamento”, “militância” e a própria sigla “LGBTI+”, como já mencionado.

Isso pode revelar uma participação superficial da população portuguesa em atividades políticas, dentro de Movimentos Sociais, ou em militâncias cotidianas, objetivando a reivindicação dos seus direitos. Em Bragança, por exemplo, só se realizou a sua primeira marcha LGBTI+ em 2018, com participação efetiva de brasileiras (es/os) lá residentes.

Essa questão está associada com a qualidade de vida, que garante as condições objetivas de subsistência desta população, e que não provoca profundamente uma mobilização para as reivindicações.

Outro ponto a ser discutido – numa era em que as tecnologias dão conta de garantir encontros entre pessoas, construção de afetos e sexo – é a utilização dos aplicativos de relacionamento como o Tinder e o Grindr, em Portugal. Acredito que tudo nessa experiência é científico, e é relevante expor alguns processos cotidianos, inclusive a utilização dos aplicativos, analiticamente.

Existe uma questão interessante nessas redes, que é o fato de que os homens gays, bissexuais ou que carregam outra orientação sexual não-binária, portugueses, não têm o hábito de postar fotos nesses aplicativos, e muitos deles, nem mesmo o nome. A demanda do sigilo se destaca, inclusive nas mensagens, e isso pode estar associado a uma sensação de insegurança, ao medo de ser exposto e das retaliações em função da orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Nesses aplicativos, pode-se observar também, uma hipersexualização do corpo latino, do corpo brasileiro, na Europa, nas mensagens que fazem questão de relacionar estética, desejo, a uma nacionalidade/raça, e que se revela em *posts* do tipo “Br’s são lindos” (Grindr, 28 fev. 2019), ou na abordagem que objetifica, que oferece dinheiro, e que pensa no corpo latino como um corpo comprável, um corpo-mercadoria.

Essa objetificação se revela no cotidiano fora das redes sociais, também, na incessante necessidade de pensar no corpo brasileiro como uma espécie de objeto sexual, e como um objeto que transcende o padrão das relações afetivo-sexuais,

corpos sexualmente transcendentais. Isso pode ser observado nos comentários como “os brasileiros sempre me surpreendem”.

Nessa ambiguidade, da sensação de segurança e do medo do novo, passei por duas experiências que me marcaram, e que entendi como violência psicológica, a violência que causa pânico e desconforto.

A primeira delas aconteceu em um café em Bragança. Estávamos eu e um companheiro de mãos dadas, sentados na mesa e notamos uma presença estranha fora do estabelecimento. Havia uma janela de vidro, e um homem português nos olhava constantemente durante horas, sem desviar a visão, nem quando o encarávamos. Depois de algum tempo vivendo aquele desconforto, resolvemos ir embora, mesmo sentindo medo também, do espaço “rua” e da forma como ele se relaciona com os corpos precários.

A segunda situação aconteceu também, quando eu estava com um companheiro abraçado na rua, e passou um carro com vários homens portugueses, e um deles gritou “paneleiros, procurem uma mulher para vocês!”. “Paneleiro” é a expressão utilizada em Portugal para falar pejorativamente dos corpos de homens gays, e “Fufa” para mulheres lésbicas. Dessa segunda situação, surgiu a poesia que compus, e que disponibilizei no início desta seção, pensando nas violências que tocam os nossos corpos.

Essas situações precisam ser analisadas, não apenas como pontuais, mas na sua forma intrínseca à subjetividade dos posicionamentos de uma população, ou de um determinado grupo de pessoas. No campo legal, as legislações nos protegem, mas será que no campo informal, no desenrolar das vidas e trajetórias de pessoas, a segurança nos é garantida?

As casas de show em Portugal, também revelam como a violência velada, formas de conservadorismos simbólicos, está posta para a população. Portugueses LGBTI+ tentam, profundamente, manter a “discrição” nas festas noturnas, e, inclusive, estranham as nossas conexões com o entretenimento, os jeitos como dançamos, e as nossas manifestações afetivas, como naturalizamos o beijo, o abraço, o carinho em público.

Estive na 3ª marcha LGBTI+ de Vila Real, uma cidade próxima a Bragança, um interior com pouco mais de 51 mil habitantes, no dia 02 de junho, uma experiência, que me deu um gás político e rememorou vivências de militância no Brasil, além de permitir um encontro com meus pares.

Intelectualmente, observei, refleti, pensei nesse momento inserido em diferentes estruturas e num contexto, e olhando organicamente pra tudo isso, entendendo meu corpo político como parte da minha própria pesquisa. Fiz contatos com o Catarse – o Movimento LGBTI+ de Vila Real, bem como, com militantes do Porto e de Bragança, com o objetivo de construir com elas (us/es) uma troca de diálogos para a minha pesquisa.

Foi um momento de acolher os manifestos, também. Ouvi um grito militante de uma mãe, vi performances se expressando politicamente, me movimentei em meus sentidos de empatia por quem grita do lugar de ser trans, assexual, pansexual, de ser invisibilizado.

A marcha foi o meu primeiro contato efetivo com os Movimentos LGBTI+ de Portugal, e se tornou relevante para as minhas observações de como se organizam, como se manifestam, quais as suas pautas de luta.

Vila Real recebeu Movimentos LGBTI+ de algumas cidades de Portugal, como Porto e Viseu, e percebi uma parceria importante entre os coletivos que encheram as ruas de Vila Real gritando pela igualdade de direitos – principal reivindicação dos Movimentos, expresso no Manifesto da 3ª Marcha de Vila Real (Ver ANEXO A).

A marcha acontece com um formato diferente das paradas que têm sido realizadas no Brasil. As paradas brasileiras têm o objetivo de luta, mas também, trazem momentos voltados ao entretenimento da comunidade, como as performances de *Drags*, a apresentação de DJs, shows etc., expressões políticas através da arte das militantes. A marcha de Vila Real foi um momento de manifestações percorrendo as ruas da cidade, com gritos de ordem, cartazes com frases, bandeiras etc.

Através da experiência de pesquisa, realizei entrevistas semiestruturadas com militantes da cidade de Vila Real. Uma delas, atualmente reside na cidade de Lisboa, mas constrói o coletivo Catarse, também.

Por fim, quero demarcar aqui, corroborando com as falas das entrevistadas, que me senti seguro vivendo em Portugal, mesmo com todas as adversidades que elenquei nesta seção. A experiência de ser um corpo LGBTI+ em Portugal é sentir com sutileza as opressões, mas, de fato, senti-las.

Contudo, é relevante problematizar mesmo as violências mais veladas, mais simbólicas, e que interferem na nossa construção subjetiva enquanto pessoas. E

principalmente, tensionar – um movimento que busquei realizar, junto às companheiras de luta que estiveram comigo nos posicionamentos cotidianos. Tensionar para que todo e qualquer tipo de opressão seja eliminada desta sociedade.

3.2 A Construção de Estratégias de Segurança e Resistência pelos Movimentos Sociais LGBTI+ no Brasil e em Portugal

Por fim, chega o momento de falar sobre articulação. De compilarmos o que os Movimentos Sociais LGBTI+ têm apontado enquanto estratégias de segurança e resistência no Brasil e em Portugal, podendo, assim, compreender como é possível apoiarmos esses coletivos, e, organicamente, construí-los, estes que têm uma relação ineliminável com a formulação e implementação de políticas públicas e com a garantia das existências e afirmações identitárias de segmentos múltiplos que vivenciam a diversidade sexual e de gênero.

Assim, estruturamos esta seção para que ela venha a cumprir os seguintes objetivos: (1) apontar alguns dos Movimentos que estão inseridos na luta política em ambos os territórios; (2) indicar quais os principais objetivos dos Movimentos LGBTI+ no Brasil e em Portugal; e (3) compreender quais as estratégias construídas por estes Movimentos para assegurar a proteção de pessoas LGBTI+.

Questionamos às (aes/aos) entrevistadas (es/os) sobre quais os Movimentos LGBTI+ que elas conhecem. E no sentido de visibilizar esses Movimentos, traremos as falas na íntegra, quando elas (us/es) elencam os Movimentos Sociais LGBTI+ sobre os quais têm conhecimento. É importante demarcar mais uma vez que as falas do Brasil apontam, de maneira mais focalizada, os Movimentos Sociais que têm construído ações na Bahia. Enquanto em Portugal as falas são mais abrangentes, já que a reduzida extensão territorial do país abre possibilidades para essa experiência.

No contexto do Brasil, os Movimentos Sociais LGBTI+ apontados pelas (es/os) militantes foram:

Eu conheço um que foi um dos primeiros, assim, que eu comecei a ficar apaixonada, que é um lá de São Paulo, chamado **Coletiva Luana [... Barbosa]**, que é um coletivo que foi fundado após o violento homicídio de um crime de homofobia, um lesbocídio, esse é

o título correto, lesbocídio de Luana que era uma mulher lésbica que não performava feminilidade, uma mulher negra que foi assassinada por policiais, em São Paulo. Tem até um documentário dessa companheira, e aí tem esse coletivo. Tem também um coletivo aqui em Salvador, que eu tento me aproximar, mas ainda não consegui porque a minha graduação ainda não me permite, que é o **Brejo**, que é o coletivo de sapatonas, e de lésbicas e bissexuais, lésbicas e bissexuais. Tem também o Movimento de um companheiro, que é o **De TRANS Pra Frente**, que eu conheço algumas pessoas, né, e já me aproximei também, de algumas companheiras, que eu tenho adorado conhecer [...]. (MARIELLE, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Tem os Movimentos LGBT em Salvador, tem... Tem os locais em Salvador, tem o **Âncora do Marujo** que é um lugar bem frequentado em Salvador, temos o **Caras & Bocas**, muito, muito bons. [...] Tem o **Grupo de Mangabeira**, temos o **Glamour** que é de associação de travestis de Cruz das Almas, temos o **Grupo Liberdade** de Santo Antônio. [...] Temos o nosso, né? Que é o **Grupo Arco-Íris**, temos também o de São Miguel das Matas que, se eu não me engano, também é Grupo Arco-Íris, mas já é outro nome se eu não me engano. Alguma coisa assim, não me recordo. É porque é muito nome e a gente se atrapalha. Temos **GGB [Grupo Gay da Bahia]** em Salvador. Tem, já falei Glamou, né? Tem o **ATRAS [Associação de Travestis e Transexuais de Salvador]** que é de Salvador. (MATHEUSA, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

O **Grupo Gay do Calabar**, eu conheço também o **Brejo 44**, que é um Movimento Social, né, de sapatonas aqui de Salvador, tem também a própria **ENESSO [Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social]**, quando ela constrói a **setorial LGBTI**, ela também se insere nesse contexto de Movimento Social, deixa eu pensar aqui. O **Grupo Gay da Bahia**, a **Comissão do CRESS [Conselho Regional de Serviço Social] de Diversidade Sexual**, né, o **CRESS** como um movimento político da categoria, também insere as suas comissões nesse sentido da organização da categoria, mas numa perspectiva mesmo de Movimento Social, né? O **CRESS** enquanto instância política da categoria do Serviço Social. **De TRANS Pra Frente** é um outro Movimento Social LGBTI, tem uma companheira que constrói, que sempre tá ali socializando, compartilhando as construções, né, as produções do Movimento, então, de alguma forma, tem aí uma proximidade com as construções nossas e só. Tem o **Santa Sapataria** também, que é de Vitória da Conquista. (LILI, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Eu vou começar pelo **Levante [Popular da Juventude]**, né, que foi de onde eu fiz parte, aonde tinha o **núcleo LGBT**, e aí a gente vai ter também o **Quilombismo**, que tem também esse núcleo LGBT. Porque eu não consigo pensar em algo que pensa só LGBT, mas que também traga essa coisa da raça, né? E aí eu sempre vou trazer coletivos que a gente pensa a questão da interseccionalidade. E aí vai ter o Quilombismo. O Quilombismo ele é uma vertente do pan-africanismo, só que, tipo, ele traz a questão de gênero e sexualidade [...]. Tem o **LES [Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidades]**, da professora

Simone Brandão. Tem o **FEMPOS [Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias anti-hegemônicas]**, que é um grupo coordenado pela professora Catarina Rea e aí que eu comecei a construir um tempo, que é um grupo que pensa nas questões LGBT a partir da teoria *queer* e também no feminismo em geral. E aí eu participei um tempo, assim, desse coletivo, só que não fui algo ativo, sabe, porque eu tava com outras... É, acho que só esses grupos, assim, que eu consigo me lembrar. (MASCARENHAS, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Além disso, podemos trazer alguns coletivos apontados por Mello, Brito e Maroja (2012). Em um contexto que abrange as identidades que vivenciam a diversidade sexual e de gênero, pode-se citar a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), primeira organização da categoria a nível nacional, e no que toca as construções de coletivos por identidades específicas, há a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY) e a Articulação Brasileira de Gays (Artgay). Outros coletivos que trazem a questão da interseccionalidade, dialogando com questões de raça/etnia e geração, há a Rede Afro GLBT, o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (Candaces – BR) e a Rede E-Jovem. No contexto da Bahia, há também o Coletivo LesbiBahia, o Coletivo Aquenda! de Diversidade Sexual e de Gênero, e próprio Coletivo Casulo de Dissidência Sexual e de Gênero do qual faz parte a entrevistada Lili, atuando estes dois últimos na cidade de Cachoeira.

É essencial falarmos também, da Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+ (RENOSP-LGBTI+)⁴⁴, que faz uma articulação interessante com as discussões desenvolvidas nesse trabalho, em especial, reconstruindo objetivamente as instituições que atuam na política de segurança pública no Brasil.

Em Portugal, as (es/os) militantes mencionaram os seguintes coletivos:

Ponto íris, a Rede [Ex Aequo], a Coletiva, Pantera Rosa, ILGA. São, assim, as principais que estou a lembrar. Há em Viseu um grupo também. Há a **AMPLOS [Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual]** que é de mães, é um grupo de mães [...]. Tens também o **PolyPortugal** que é discussão para a poligamia, que também tem a ver com direitos. [...] Sei que agora em Barcelos foi criado um grupo, uma associação. Não sei se

⁴⁴ Para mais informações acesse <<https://www.renosplgbti.org.br/>>.

associação, mas um Movimento Social chamado assim, então que organizou agora a marcha LGBT. [...] Ano passado já se realizou a marcha em Bragança. Este ano tivemos em Barcelos, Aveiro, Faro, Lisboa, Porto, Funchal, Viseu e Coimbra. (FRIDA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Então, eu conheço o **Catarse**, não é? Conheço o **Movimento LGBTQI+ de Bragança**, a **Plataforma Já Marchavas**, portanto existe o do Porto também, e depois existem vários em Lisboa, não é? (KARL, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Neste momento já há muitos. Houve um *boom* muito grande de Movimentos desde há 3 anos pra cá que, havia alguns, mais isolados, há uns que existiam há já bastante tempo. Por exemplo, a **AMPLOS**, no Porto a **ILGA**, que é uma instituição, não só portuguesa, muito pelo contrário, europeia. (MARSHA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Mesmo a **AMPLOS**, que é a Associação de Pais e Mães. Pronto, **Catarse**, **Rede Ex Aequo**, **ILGA**. Que mais? Muitas! (risos) Poxa, Movimentos têm muitos mesmo. **Coletiva** também é LGBT. Pronto, o próprio **Somos Blergh**. Quê mais? O Porto, inclusive... São muitos. (RIVERA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Tu agora tens muitos porque, felizmente, em quase todas as cidades de Portugal agora começam a surgir marchas e conseqüentemente acabam por se associarem e formarem, nem sempre associações, mas grupos. Então, tens o **Movimento LGBT de Bragança**, tens a **Catarse** em Vila Real, tens o **MOP [Marcha do Orgulho LGBT no Porto]** que é quem organiza a marcha do Porto, tens a **Rede Ex Aequo** que funciona, principalmente, em Lisboa e depois, eles até têm grupos pelo país, tens a **ILGA**, agora tens o **Já Marchavas** que é de Viseu, tens um coletivo que iniciou agora há pouco tempo também, em Aveiro, que aconteceu agora há pouco também, a marcha. Tens também, não sei se é um coletivo ou se é só um grupo de pessoas que organiza, por exemplo, a marcha do Algarve e vais tendo assim, esses pequenos grupos, ou associações, ou movimentos, assim um bocadinho já... Se calhar, tens também o **Braga Fora do Armário**, e assim que eu me lembre, sei que agora vai haver uma marcha em Barcelos, por isso também deve estar, se não já está formada, deve tá pra ser formado um grupo, também em Barcelos, e é isso. (GISBERTA, Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019, grifo nosso).

Colling (2015) traz alguns outros Movimentos LGBTI+ que desenvolvem atividades no país, como o Opus Gay, o não te prives⁴⁵ e o Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais em Coimbra.

Quanto aos principais objetivos dos Movimentos LGBTI+ no Brasil, Tibira (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019) discute que houve uma repaginação nas demandas, “[...] essa geração tá brigando mesmo pelo direito da existência [...]”.

⁴⁵ A escrita com iniciais minúsculas é uma escolha do próprio coletivo.

Segundo ele, saíram da centralidade pautas semelhantes à reprodução da família monogâmica e hetero-patriarcal, como o casamento e a adoção, e bandeiras que dizem respeito à garantia de segurança pública estão tendo a possibilidade de ascensão. Ainda acrescenta que “[...] é uma geração que tem entendido os não-binários, os bissexuais, as pessoas *queers*, entendido diversas coisas.”. Então, Tibira colore na sua fala um movimento de demarcação das dissidências identitárias e de ampliação das lutas para além do segmento de homens gays brancos e de classe média/alta.

No sentido das bandeiras de luta das mulheres lésbicas no Brasil, Lili (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019) traz a saúde sexual das mulheres que se relacionam com mulheres, a inserção no mercado de trabalho, a inclusão nas instituições educacionais da pauta LGBTI+, a legitimação do lesbocídio, a luta contra o epistemicídio⁴⁶ sapatão.

No âmbito de outras lutas mais amplas que atravessam os demais segmentos da sigla LGBTI+, Lili (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019) coloca a luta pelo reconhecimento da identidade sexual e de gênero de adolescentes LGBTI+, a efetivação da hormonização para pessoas trans e da cirurgia de redesignação sexual. Ela discute, também, sobre a transversalidade das políticas públicas com a população LGBTI+, trazendo demandas como a construção da política de previdência social visibilizando pessoas trans e travestis.

Além da demanda de direitos iguais que sintetiza os apontamentos colocados pelas (es/os) entrevistadas (es/os) quando perguntadas (es/os) sobre os objetivos dos Movimentos LGBTI+ em Portugal, e, sobretudo, da educação para alcançar a igualdade, expresso no Manifesto da 3ª Marcha de Vila Real, Colling (2015) acrescenta, mais especificamente, a desconstrução de uma perspectiva patologizante no que toca as questões envolvendo identidade de gênero, a possibilidade de doação de sangue por homossexuais e a aprovação do direito à adoção, já que no país é permitida apenas a coadoção⁴⁷.

⁴⁶ O epistemicídio é uma forma de morte simbólica, que fala sobre a não-produção de epistemologias, de conhecimentos sobre determinadas populações, no sentido de ocultar os saberes destas, não falar sobre suas histórias e trajetórias. Uma das formas de necrobiopoder que atua na morte à autoestima, e no sentido da negação de identidades e culturas.

⁴⁷ Frida (Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019) explica que a coadoção se dá quando um dos membros de uma relação homossexual tem um (ume/uma) filho (e/o), então a (e/o) outra (e/o) companheira (e/o) pode coadotá-lo (e/o).

Gisberta (Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019) fala também, sobre a utilização do capitalismo das bandeiras de luta da população LGBTI+, uma espécie de *Pink Money*⁴⁸. “Porque tu vês agora, cada vez mais, marcas e empresas que utilizam a comunidade LGBT como marketing e que no resto do ano [...] têm políticas que prejudicam as pessoas LGBT.”

Por fim, questionamos quais as estratégias construídas pelos Movimentos LGBTI+ para dar conta do que o Estado, na figura da política de segurança pública e das legislações, não tem dado: a garantia de segurança, assistência e afirmação para esta população. Um questionamento necessário diante dos contextos de fragilidades para as pessoas LGBTI+ em ambos os territórios, ainda que de formas diferenciadas.

No que toca as estratégias construídas pelos Movimentos no Brasil, Marielle (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019) traz os mutirões para a retificação do registro de pessoas trans e travestis, as paradas LGBTI+ por todo o país, e os movimentos artístico-culturais, entendendo estes como processos formativos.

Lili (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019) acrescenta as estratégias de aquilombamento, “de construções em comunidade, estratégias de partilhas, de subdivisões de tarefas, [...] do compartilhar, do coletivizar-se.”. Fala também, de outra estratégia construída pelos Movimentos Sociais, que corrobora com o que discute Mello, Avelar e Brito (2014), que é a pressão política e a fiscalização, para que o Estado responda às necessidades da população LGBTI+.

Em Portugal, Marsha (Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019) fala sobre as marchas LGBTI+, o processo embrionário de construção de casas de acolhimento, as atividades formativas, como “tertúlias” (mesas-redondas) com o objetivo de discutir a temática de gênero e diversidade sexual.

Rivera (Entrevista Semiestruturada, Portugal, 2019) traz as pesquisas e levantamentos dos casos de violências como uma estratégia importante, e coloca as atividades de convívio que se assemelham à estratégia de aquilombamento mencionada por Lili (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019), no Brasil.

⁴⁸ O *Pink Money*, ou Dinheiro Rosa, é uma estratégia do capitalismo objetivando a venda de mercadorias para a população LGBTI+, trazendo símbolos do Orgulho LGBTI+ como o arco-íris, a bandeira, as cores, nos produtos.

Enfim, mas não menos importante, demarcamos, através das falas de Lili e de Tibira, que atua como professor da educação básica (Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019), a educação como estratégia central na construção de segurança.

Eu penso que a primeira metodologia de proteção é porque os Movimentos Sociais se inserem numa construção de uma **educação popular**, de uma educação enquanto prática da liberdade, né? (LILI, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Tá na sala de aula, pra mim, hoje, é um momento de assegurar que existências como a minha, como a sua [...] possam ser respeitadas, entende? Porque o tempo inteiro eu estou ali falando. (TIBIRA, Entrevista Semiestruturada, Brasil, 2019, grifo nosso).

Assim, afirmamos que, seja por meio da educação popular ou da educação institucionalizada, educar como prática da libertação (hooks, 2013) é, sobretudo, revolucionar as estruturas.

NOTAS FINAIS

O trabalho apresentado objetivou discutir a segurança pública no Brasil e em Portugal para pessoas LGBTI+, interseccionando especialmente questões de raça e territorialidade com as discussões sobre diversidade sexual e de gênero. Dialogamos também, sobre a atuação dos Movimentos Sociais na construção de estratégias de segurança e na pressão para o desenvolvimento de políticas públicas para a população.

Ao longo desse trabalho, trouxemos discussões que são transversais aos diálogos centrais das produções de conteúdo sobre diversidade sexual e de gênero. Questões que dialogam sobre as relações da propriedade privada, das religiosidades tóxicas, do racismo prisional, entre outras discussões, com as identidades de gênero e sexuais diversas.

Reforçamos aqui, a necessidade de se pensar a cisheterossexualidade como um projeto de investimento da Igreja Católica e do Estado na construção de uma estrutura de família monogâmica e heterossexual que garante a lógica da propriedade privada, no contexto da sociedade de classes. Afirmar isso é delimitar que a violência contra pessoas LGBTI+ é uma violência identitária, e que se articula com a estrutura complexa de acumulação do capital. Romper com a sociedade de classes na vigência do sistema Capitalista, então, possibilita reconfigurações de alguns aspectos das formas de experienciar gênero e sexualidade nesta sociedade.

Contudo, afirmamos que a construção de outro sistema sócio-econômico não eliminará a opressão estrutural contra a população LGBTI+, visto que a heterossexualidade compulsória e o Capitalismo são sistemas de poder distintos, que se articulam em alguns de seus objetivos, mas que demandam análises e intervenções de enfrentamento específicos.

Somado a isso, a experiência de uma branquitude com as suas formas mais nocivas de se apresentar, no Brasil, possibilitou novas oportunidades de opressões contra vivências culturais naturalizadas entre povos não-brancos, contra suas identidades e suas manifestações de corpo, sexo e afeto. Portanto, é urgente pensar nas interseccionalidades, no acúmulo de opressões, e nas manifestações a partir destas, de outras expressões de violência e realizar um movimento de pressão para a construção de políticas representativas que articulem gênero, raça, diversidade sexual, classe, entre outros aspectos identitários.

E para isso, inicialmente, é preciso assegurar que as vidas de pessoas LGBTI+ não sejam ceifadas pelo Estado e pelas próprias populações, através de práticas populares e/ou institucionalizadas de educação, com a inserção do debate sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas, universidades, com a revisão dos currículos, ementas disciplinares, com a construção de espaços formativos e que capacitem profissionais envolvidas (es/os) na construção da educação no Brasil. A intenção é “aquendar” o debate sobre segurança pública, instigar as reflexões sobre segurança a partir da educação, corroborando com bell hooks (2013), e contribuir para alargar os horizontes e construir uma sociedade livre de opressões.

Givigi e Oliveira (2013, p. 18) abordam sobre a multiplicidade da compreensão do que é aquendar, mas nessa direção “tomaremos aquendar como pegar de jeito e sacudir, desorganizando”, desconstruindo, e percebendo a necessidade de reatualizar efetivamente, reformando a sociedade como estratégia de revolução.

Entendemos como imprescindível as reflexões sobre reforma prisional e das penalidades da política de segurança pública, inclusive, repensando com os apontamentos de Livia Santana Vaz, se a criminalização garante segurança, e se esta é uma demanda efetiva da população. A abolição prisional discutida por Angela Davis (2018), também é algo a ser refletido como uma possibilidade futura no contexto do Brasil, entendendo o sistema de aprisionamentos como uma forma do Estado de materializar o seu necrobiopoder, e como uma estrutura racista e que aprisiona corpos pretos e pauperizados.

Em Portugal, a espetacularização da mídia e a seletividade das forças de segurança se colocam como questões que fragilizam a sensação de segurança da população, uma estratégia de fazer morrer subjetividades, seja através da construção de um imaginário coletivo adoecido pelo medo, ou pela negligência do Estado.

Enquanto segurança pública para pessoas LGBTI+, no Brasil há um trabalho profundo a ser realizado com operadoras (us/es) de segurança pública, em especial com a PM, para que estes não violem direitos e violentem pessoas, mas garantam a segurança e proteção de seus corpos. As Conferências LGBTI+ têm pautado a necessidade de captar essas (us/es) profissionais para uma atuação sem discriminar, e isso precisa de efetividade e articulações para um exercício concreto.

Outro ponto a ser discutido no campo da política de segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil, é a construção de legislações que respondam às necessidades da população, sem que tragam como objetivo a higienização social, com o aprisionamento de corpos não-brancos. A construção, sobretudo, de uma legislação que penalize sem criminalizar, um aparato burocrático sem caráter provisório como é o caso da recomendação do STF para a interpretação da lesbo/homo/bi/transfobia como racismo.

Uma demanda histórica é, também, a reforma da segurança pública na própria Constituição Federal, movimento que não foi realizado profundamente na transição para a Constituição de 1988, e que fragiliza as formas de materialização da segurança pública no Brasil.

Em Portugal, a violência velada como característica da violência contra pessoas LGBTI+ precisa ser problematizada, e é relevante que o discurso que legitima somente a morte ou a violência física, seja desconstruído. As políticas de fazer morrer são políticas sequenciais até a letalidade, e todas as etapas até esta, seja a violência simbólica, institucional, psicológica e patrimonial, precisam ser consideradas e findadas.

É necessário, também, acolher as experiências pautadas na qualidade de vida em Portugal, de forma a apreendermos os investimentos estatais, as pressões de ativistas, e os caminhos que podem possibilitar bem-estar e melhorias no quadro violento que se coloca para a população LGBTI+ no Brasil. Pautamos também, como demanda, a construção de políticas de relações internacionais que reforcem vínculos de acolhimento, que se apoiem entre si, e que encontrem abrigo em casos de perseguição, de violência, ou mesmo no sentido da desconstrução de práticas que somam xenofobias e lesbo/homo/bi/transfobias contra corpos estrangeiros.

Um trabalho intenso e árduo tem sido realizado pelos Movimentos Sociais, na construção de estratégias que vão desde as formações de militantes, à construção de casas de acolhimento não-governamentais, às paradas LGBTI+, e às formas de aquilombamento como metodologia de coletivização. Esses Movimentos demandam apoio por parte do Estado e da Sociedade Civil, no desenvolvimento de suas atividades, e, essencialmente, no respeito às suas trajetórias.

Como últimas anotações deste trabalho demarcamos que essa pesquisa terá continuidade, é uma produção que não pode ser findada. O epistemicídio é uma realidade para a população LGBTI+ e o exercício é continuar escrevendo, refletindo

e afirmando as nossas histórias, as nossas existências e a produção praxiológica de conhecimento. Pensar cada vez mais, como estratégia de organização e revolução.

“As gay, as bi, as trava e as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!”.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Romanos 1-7**. Salvador: Paulus, [s.d.].

ALMEIDA, Miguel Vale de. O contexto LGBT em Portugal. In: NOGUEIRA, Conceição; OLIVEIRA, João Manuel de (Org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF2/0892_ESTUDO_ORIENT_ACAOSEXUAL_IDENTID.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro (Org.). **Dissidências sexuais e de género**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 19-42.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CARVALHO, Micaela Leite Santos Montezuma de. **Orientação Sexual, Homofobia e Educação**. 2012. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação para a Saúde, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2012. Cap. 3. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/13588/1/Micaela%20Leite%20Santos%20Montezuma%20de%20Carvalho.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

COLLING, Leandro. Panteras e locas dissidentes: o ativismo queer em Portugal e Chile e suas tensões com o movimento LGBT. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 233-266, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 1., 2008, Brasília. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Presidência da República/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. 290 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS DE LGBT, 2., 2011, Brasília. **Anais da Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**

– **LGBT**. Brasília: Presidência da República/ Secretaria de Direitos Humanos, 2011. 176 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 3., 2016, Brasília. **Caderno de propostas da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Presidência da República/ Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016. 106 p.

CRUZ, Jocilene Santos da. **Movimentos Sociais e Formação Profissional em Serviço Social no CAHL - UFRB**. 2019. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019. p. 14-24.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Trad. Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2018. Cap. 1.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 13-21, June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 124-129, abr. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 mai. 2019.

FERNANDES, António Horta. O conceito de segurança: um obstáculo à paz. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 48, p. 139-164, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992015000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-63, Dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000600003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIVIGI, Ana Cristina Nascimento; OLIVEIRA, Camila Silva de. Aquenda! Universidade: O Recôncavo Baiano Sai do Armário. In: GIVIGI, Ana C. N; DORNELLES, Priscila G. (org.). **Recôncavo Baiano Sai do Armário: Universidade, gênero e sexualidade**. Cruz das Almas/ BA: UFRB, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**

Deteriorada [online]. Trad. Mathias Lambert, 2004. Disponível em: <<http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2015. Cap. 1.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Cap. 1.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetórias, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 7, p. 414-464, 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 85-236.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica!**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 123-144, Abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922015000100123&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov. 2019.

LORDE, Audre. **Não existe hierarquia de opressão**. Trad. Renata. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Cap. 1.

MADAME FILHO. **A brasileira que virou símbolo LGBT e cujo assassinato levou a novas leis em Portugal**. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160218_brasileira_lgbt_portugal_mf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de, (Org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf> >. Acesso em: 03 dez. 2019.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 297-320, abr. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2018.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, Dez. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz; PAULINHO. **População LGBT morta no Brasil: Relatório GGB 2018**. Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em:

<<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

MIRANDA, Gabriel; PAIVA, Ilana Lemos de. Os Becos sem Saída do Debate Sobre Segurança Pública: Notas Sobre o Fetiche do Estado Penal. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 38, p. 44-56, abr. 2017. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 nov. 2019.

MOTT, Luiz. **Etno-História da Homossexualidade na América Latina** [online].

Apresentado no Seminário-Taller de História de las Mentalidades y los Imaginarios, 1994, Bogotá: Pontificia Universidad Javerina de Bogotá, Departamento de História e Geografia, 1994. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/viewFile/12016/7631>>. Acesso em: 16 set. 2019.

MOURA, Marcos Vinícius (Org.). **Levantamento Nacional de Informações**

Penitenciárias, Atualização - Junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em:

<<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MOURA, Rafael Moraes. **STF criminaliza homofobia e transfobia no Brasil**. 2019.

Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,stf-criminaliza-homofobia-mas-faz-ressalva-quanto-a-liberdade-religiosa,70002870934>>. Acesso em: 07 out. 2019.

MUSSKOPF, André Sidnei. A relação entre diversidade religiosa e diversidade sexual: um desafio para os direitos humanos e o Estado laico. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, p. 157-176, jan./jun. 2013.

PEREIRA, Manuel. Política de Segurança Interna. **IDN – Revista Nação e Defesa**, Instituto de Defesa Nacional, ano XV, nº 54, abr./jun. 1990. Disponível em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2686/1/NeD54_ManuelPereira.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES; Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê Sobre Lesbocídio no Brasil:** de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. p. 37-109. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2019.

PORTUGAL, José Eduardo Ribeiro e Silva Moreira. **Secção de Programas Especiais:** o sentimento de segurança na população. 2014. 104 f. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada – Mestrado Integrado, Academia Militar, Lisboa, 2014. Cap. 2.

PORTUGAL. Lei nº 53, de 20 de agosto de 2008. Aprova a Lei de Segurança Interna. **Lei de Segurança Interna.** Lisboa: Procuradoria-geral Distrital de Lisboa, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Trad. Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 27 nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>>. Acesso em: 28 set. 2019.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do Conceito de Interseccionalidade para a Pesquisa e Prática Feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos.** Florianópolis: [s.n.], 2013. p. 1 - 12. Disponível em: <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências. **História**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.365-391, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v31n1/a17v31n1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Cap. 2.

SOARES, Luiz Eduardo. A eficácia pragmática da sensibilidade antropológica e a inversão do modelo defensivo: Observações sobre o lugar do simbólico na política pública de segurança. In: CORRÊA, Mariza et al. (Org.). **Gênero e Cidadania.** Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

_____. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a06v2161.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SOUZA, Edinilsa Ramos de Souza; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Segurança pública num país violento. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 3, p. 1-4, 2017. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2017.v33n3/e00036217/pt>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SOUZA, Simone Brandão. **Lésbicas, Entendidas, Mulheres Viados, Ladies:** as várias identidades sexuais e de gênero que reiteram e subvertem a heteronorma em uma unidade prisional feminina da Bahia. 2018. 309 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

TULUMELLO, Simone. Segurança urbana: tendências globais, contradições portuguesas e tempos de crise. In: CARMO, André; ASCENSÃO, Eduardo; ESTEVENS, Ana (Ed.). **A Cidade em Reconstrução:** Leituras críticas, 2008-2018. [S.l.]: Outro Modo, 2018. p. 73-80. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/35174/1/2018_Tulumello_cidade%20reconstru%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

WALMSLEY, Roy. **World prison population List.** 12. ed. Londres: ICPS, 2018. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_11th_edition_0.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista: Brasil

Nº da Entrevista: _____.

Data da Entrevista: ___/___/____.

**SEGURANÇA PÚBLICA PARA PESSOAS LGBTI+ NO BRASIL E EM
PORTUGAL: um estudo comparativo**

PERFIL DA(O) ENTREVISTADA(O)	
Idade: _____	Em qual se enquadra sua raça/etnia? () branca () preta () parda () amarela () indígena () outra: _____
Escolarização: _____	
Trabalha? () sim () não	
Profissão (se trabalhar): _____	
Cidade em que reside: _____	Bairro: _____
Identidade de gênero: _____	Orientação sexual: _____
Movimento Social que constrói/participa: _____	

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como é, para você, ser uma pessoa LGBTI+?
2. Para você quais os pontos positivos e negativos de ser LGBTI+?
3. Como você se sente em Portugal sendo uma pessoa LGBTI+?
4. O que você entende por segurança?
5. E o que você entende por segurança pública?
6. Você se sente segura (e/o) no Brasil com a sua orientação sexual/identidade de gênero? Por quê?
7. Quais situações você já viveu que te deixaram com medo em função da sua orientação sexual/identidade de gênero?
8. Você já sofreu violências no Brasil em função da sua orientação sexual/identidade de gênero? **(Se sim)** qual/quais?
9. Você conhece os direitos das pessoas LGBTI+?
10. O Estado brasileiro contribui para a proteção e garantia de direitos de pessoas LGBTI+? **(Se sim)** de que forma? **(Se não)** por quê?
11. Quais os locais em que as pessoas LGBTI+ podem buscar assistência e proteção no Brasil?

Nº da Entrevista: _____.

Data da Entrevista: ____/____/____.

12. Como a comunidade brasileira se relaciona com a população LGBTI+?
13. Quais os movimentos LGBTI+ que você conhece?
14. Os Movimentos possuem estratégias construídas para assegurar a proteção de pessoas LGBTI+? **(Se sim)** quais?
15. Quais são os principais objetivos dos Movimentos LGBTI+ no Brasil?
16. Fale um pouco sobre as atividades desenvolvidas pelos Movimentos LGBTI+ no Brasil!

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Brasil

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: Lili Presente! Gisberta Presente!: um estudo comparativo da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal

Responsável pela Pesquisa: Rodrigo Sales Queiroz (estudante do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Brasil).

Eu, _____, CPF nº _____ abaixo assinado, declaro ter pleno conhecimento do que se segue: 1) fui informada (e/o), de forma objetiva, que a pesquisa intitulada “Lili Presente! Gisberta Presente!: um estudo comparativo da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal” irá investigar sobre as transversalidades nos processos de segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal, a partir de um estudo comparativo; 2) Estou ciente que não é obrigatória a minha participação nesta pesquisa. Caso me sinta constrangida (e/o) antes e/ou durante a realização da mesma, poderei interromper ou remarcar a entrevista a qualquer momento; 3) Poderei, através dessa pesquisa, melhorar o meu conhecimento sobre segurança pública, diversidade sexual e de gênero; 4) Sei que o pesquisador manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade; 5) Me foi esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado com o objetivo científico, mantendo minha identidade em sigilo, portanto autorizo a utilização das informações e experiências aqui relatadas, concordando com tudo que está esclarecido neste termo, com ou sem registro em cartório.

Brasil, _____ de _____ de 2019.

Pesquisador: Rodrigo Sales Queiroz

Entrevistada (e/o)

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista: Portugal

Nº da Entrevista: _____.

Data da Entrevista: ___/___/____.

**SEGURANÇA PÚBLICA PARA PESSOAS LGBTI+ NO BRASIL E EM
PORTUGAL: um estudo comparativo**

PERFIL DA(O) ENTREVISTADA(O)	
Idade: _____	Em qual se enquadra sua raça/etnia? () branca () preta () parda () amarela () indígena () outra: _____
Escolarização: _____	
Trabalha? () sim () não	
Profissão (se trabalhar): _____	
Cidade em que reside: _____	Bairro: _____
Identidade de gênero: _____	Orientação sexual: _____
Movimento Social que constrói/participa: _____	

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como é, para você, ser uma pessoa LGBTI+?
2. Para você quais os pontos positivos e negativos de ser LGBTI+?
3. Como você se sente em Portugal sendo uma pessoa LGBTI+?
4. O que você entende por segurança?
5. E o que você entende por segurança pública?
6. Você sente-se segura (e/o) em Portugal com a sua orientação sexual/identidade de gênero? Por quê?
7. Quais situações você já viveu que te deixaram com medo em função da sua orientação sexual/identidade de gênero?
8. Você já sofreu violências em Portugal em função da sua orientação sexual/identidade de gênero? **(Se sim)** qual/quais?
9. Você conhece os direitos das pessoas LGBTI+?
10. O Estado português contribui para a proteção e garantia de direitos de pessoas LGBTI+? **(Se sim)** de que forma? **(Se não)** por quê?
11. Quais os sítios em que as pessoas LGBTI+ podem buscar assistência e proteção em Portugal?

Nº da Entrevista: _____.

Data da Entrevista: ___/___/____.

12. Como a comunidade portuguesa se relaciona com a população LGBTI+?
13. Quais os movimentos LGBTI+ que você conhece?
14. Os Movimentos possuem estratégias construídas para assegurar a proteção de pessoas LGBTI+? **(Se sim)** quais?
15. Quais são os principais objetivos dos Movimentos LGBTI+ em Portugal?
16. Fale um pouco sobre as atividades desenvolvidas pelos Movimentos LGBTI+ em Portugal!

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Portugal

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: Lili Presente! Gisberta Presente!: um estudo comparativo da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal

Responsável pela Pesquisa: Rodrigo Sales Queiroz (estudante do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Brasil).

Eu, _____, CC nº _____ abaixo assinado, declaro ter pleno conhecimento do que se segue: 1) fui informada (e/o), de forma objetiva, que a pesquisa intitulada “Lili Presente! Gisberta Presente!: um estudo comparativo da segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal” irá investigar sobre as transversalidades nos processos de segurança pública para pessoas LGBTI+ no Brasil e em Portugal, a partir de um estudo comparativo; 2) Estou ciente que não é obrigatória a minha participação nesta pesquisa. Caso sinta-me constrangida (e/o) antes e/ou durante a realização da mesma, poderei interromper ou remarcar a entrevista a qualquer momento; 3) Poderei, através dessa pesquisa, melhorar o meu conhecimento sobre segurança pública, diversidade sexual e de gênero; 4) Sei que o pesquisador manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam a minha privacidade; 5) Foi-me esclarecido que o resultado da pesquisa somente será divulgado com o objetivo científico, a manter minha identidade em sigilo, portanto autorizo a utilização das informações e experiências aqui relatadas, a concordar com tudo que está esclarecido neste termo, com ou sem registro em cartório.

Portugal, _____ de _____ de 2019.

Pesquisador: Rodrigo Sales Queiroz

Entrevistada (e/o)

APÊNDICE E – Registros fotográficos da III Marcha de Vila Real







ANEXO A – Manifesto da 3ª Marcha de Vila Real

3ª MARCHA PELOS DIREITOS LGBT+ VILA REAL

Mais uma Marcha. A terceira. A terceira Marcha LGBT+ de Vila Real

No século da inovação, no século das Novas Tecnologias, ainda nos deparamos com bastantes desigualdades.

Deparamo-nos, hoje, com a forte ascensão das vozes de ódio da extrema-direita. Vozes que se levantam com o objetivo de ferrir a comunidade LGBT+ e de corroer a opinião pública. Continuamos a assistir à privação desses direitos que são tão básicos como o direito à educação e à saúde.

E falamos de direitos que passam, única e exclusivamente, por papéis. Por burocracias.

E mais uma vez, a coragem dos valentões políticos dos abraços e da compreensão, desmascarou-se e voltou à sua forma original: a forma medieval, elitista, primária, preconceituosa e que continua, às claras, a prestar vassalagem aos interesses da religião predominante, neste estado que se diz laico.

A autodeterminação de género não é um privilégio: é um direito fundamental à existência humana.

É um direito à felicidade, à livre determinação de si.

Tal como a intersexualidade. Tal como todas as formas de ser feliz o são.

A felicidade individual deveria ser o primeiro de todos os direitos.

Mas por que tanto custa aceitar a felicidade do outro? Saímos à rua por acreditarmos numa sociedade que se respeita, que se dá ao respeito, que se ama a si própria.

Porque acreditamos num estado igualitário, onde a orientação sexual, a trans e intersexualidade não são obstáculos à hegemonia, mas sim parte integrante desta.

Saímos à rua por todas e todos que ficam em casa: por vergonha de si mesmos, pelo medo que a rua lhes ensinou a ter, pelo pensamento afligido de ver as famílias que os abandonam, pelos padrões que os perseguem, pelos amigos que se tornam inimigos. Pela solidão antecipada, pelo vazio que vem depois.

Somos a voz de todas e todos os que não podem expressar livremente o amor por si ou por outrem.

Mas aqui estamos nós. Em Vila Real. Levar Vila Real para o mapa da igualdade. Para ensinar Vila Real que a liberdade é para todos.

Para acabar com a ignorância de quem não aceita e de quem repudia.

Estamos aqui para não deixar as instituições competentes adormecerem o assunto, para alertar as forças de segurança, o dever proteger as cidadãs e os cidadãos, independentemente do género, etnia ou orientação sexual.

Porque é dever do Estado, das autarquias, da escola pública e de todas as instituições educar para a igualdade e proteger as suas cidadãs e cidadãos, mas que infelizmente pouco ou nada tem acontecido neste sentido.

E somos nós, organizações voluntárias, que andamos na rua e nas escolas a formar a futura sociedade.

Basta de incompetência estatal, da desresponsabilização dos seus deveres e de termos cidadãs e cidadãos de primeira, de segunda e até de terceira.

Não à discriminação. Não ao discurso de ódio.

Sim à tolerância. Sim ao direito à igualdade.

Ninguém larga a mão de ninguém.

Ninguém ficará para trás.

A luta ainda agora começou.

FRASES DE ORDEM

- ★ Seja homem ou mulher, eu amo quem quiser!
- ★ Lgbt, ou não, vem para a rua, sem opressão!
- ★ Marcha, marcha, marcha sem pudor, tudo o que queres, é amor!
- ★ Preconceito, é para o otário, vamos embora, sair do armário!
- ★ Amar, não tem idade, abraça a igualdade!
- ★ Nem menos, nem mais, direitos iguais!
- ★ Assim se vê a força LGBT!
- ★ Acabem com o ódio, acabem com a dor, queremos os nossos filhos, educados com amor!
- ★ Sim, sim, sim, somos assim!
- ★ A nossa luta é todo o dia, somos pessoas e não mercadoria!
- ★ Deixa passar! Deixa! Deixa passar! Sou LGBT e o mundo eu vou mudar!
- ★ Com a homo/bi/transfobia andamos para trás (andar para trás) E com a igualdade (correr para a frente)
- ★ LGBT não finja que não vê!
- ★ Assim se vê, a força LGBT!

